

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

# ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

8.<sup>a</sup> SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME VII



LISBOA  MCMLVI

# Arqueologia e História

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS  
DA  
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

- 1.<sup>a</sup> Série  
*Arquivo de Architectura Civil — Jornal dos Architectos Portuguezes e Archeologos*, 10 fascículos (1865)\*.
- 2.<sup>a</sup> Série  
*Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, volumes I (1876)\*, II (1880)\*, III (1882)\*, IV (1886)\*, V (1888)\* e VI (1890)\*.
- 3.<sup>a</sup> Série  
*Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, volumes VII (1893)\* e VIII (1900)\*.
- 4.<sup>a</sup> Série  
*Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, volumes IX (1901), X (1904) e XI (1907).
- 5.<sup>a</sup> Série  
*Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, volumes XII (1910) e XIII (1913)\*.
- 6.<sup>a</sup> Série  
*Arqueologia e História*, volumes I (1922)\*, II (1923)\*, III (1924), IV (1925), V (1926), VI (1928), VII (1929), VIII (1930), IX (1930) e X (1932).
- 7.<sup>a</sup> Série  
*Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portuguezes*, volumes I (1934)\*, II (1936), III (1937), IV (1938), V (1941), VI (1942) e VII (1943).
- 8.<sup>a</sup> Série  
*Arqueologia e História*, volumes I (1945), II (1946), III (1947), IV (1947), V (1951) e VI (1955).

Os volumes marcados com \* estão esgotados.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

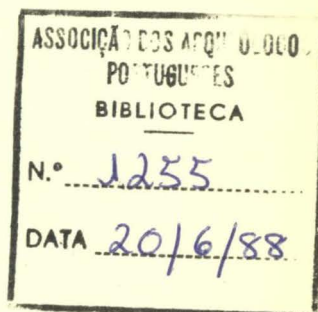
# ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

8.<sup>a</sup> SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME VII



LISBOA  MCMLVI



BIBLIOTHECA  
DA  
ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUESES  
Edifício Histórico do Carmo

Publicação subsidiada pelo Instituto  
de Alta Cultura

## TÁBUA DAS MATÉRIAS

	Págs.
A Lenda do Abade João — <i>Gastão de Melo de Matos</i> . . . . .	11
Dois Pseudo-Retratos de D. Manuel I e de D. Diogo Ortiz de Villegas — <i>Mário da Costa Roque</i> . . . . .	37
Castro de Vila Nova de S. Pedro — VIII — Campanha de Escavações de 1955 (19. <sup>a</sup> ) — <i>Afonso do Paço e Edward Sangmeister</i> . . . . .	93
Les Espagnols de la Conquête du Nouveau Monde au XVI <sup>ème</sup> Siècle — <i>Raoul Gerard</i> . . . . .	115
Moçambique na Pre-História da África Meridional — <i>Lereno Antunes Barradas</i> . . . . .	121
A Espada de D. Afonso Henriques — <i>Carlos de Passos</i> . . . . .	147
Os Leões do Paço da Ericeira — <i>Jean Ollivier</i> . . . . .	183
Selo e Matriz, Inéditos e Antigos do Conselho de Sintra — <i>Gabriel da Rocha Souto</i> . . . . .	193
IV Congresso Internacional das Ciências Pre-Históricas e Proto-Históricas — <i>Afonso do Paço</i> . . . . .	211

# Sobre a Lenda do Abade João

pelo

sócio efectivo

Gastão de Melo de Matos

## Sobre a Lenda do Abade João

### I

CONFORME indica o título do nosso trabalho, não vamos tratar pròpriamente da lenda do Abade D. João de Montemor, mas sòmente apresentar certas considerações a ela respeitantes, que supomos poderem fornecer alguma coisa de novo acerca da sua formação e desenvolvimento.

Não convém, em rigor, falar da lenda do Abade João, visto que, directa ou indirectamente, a conhecemos sob formas bastante dessemelhantes para nos levarem a pensar que os elementos dela tenham sido elaborados repetidas vezes, por pessoas diversas, e talvez em diversos locais; desta maneira, as várias lições só terão adquirido aspecto definitivo quando já divergiam bastante umas das outras, e, possivelmente, ou até provàvelmente, se afastavam de forma sensível do tema inicial.

Supomos haver sido pela primeira vez tratada a elaboração da lenda pelo grande historiador D. Ramón Menendez Pidal em 1903. Mais de trinta anos depois, no volume do mesmo autor *Historia y Epopeya* (Madrid, 1934) apareceu uma reedição, na qual o ilustre filólogo tomou em conta as observações que o seu anterior estudo havia suscitado. A esta forma de *La leyenda del Abad Don Juan de Montemayor* supomos poder considerar

a definitiva, visto que foi reproduzida, em 1941, no tomo da *Colecção Austral* que se intitula *Poesia árabe e poesia européa*.

Mais recentemente, o Senhor Doutor Lindley Cintra publicou no tomo XVII, 109-111, da *Revista da Faculdade de Letras*, da Universidade de Lisboa (Lisboa, 1951), uma nota em que revelou a existência, num manuscrito da *Crónica Geral da Espanha*, de certa cota marginal, em português e em letra da segunda metade do século XV, onde se fala do Abade D. João; como se trata de um volume que esteve fora de Portugal, não induziu do facto mais que uma probabilidade de ser a lenda conhecida entre nós no século XV. O leitor anónimo, aliás, pensará nela a propósito de um combate que a crónica coloca em Albelda.

Na presente contribuição, intentamos demonstrar que um dos elementos da lenda parece ser de origem portuguesa, embora discorde inteiramente da história de Portugal, e também que corria no nosso país na segunda metade do século XIV.

É demasiadamente conhecido o valor das obras de Menendez Pidal, a cujo perfeito saber e correcção de método tanto deve a historiografia peninsular, para que possa estranhar-se que, no nosso estudo, nos aborremos constantemente ao seu notável trabalho, tanto mais que julgamos, em geral, fundamentada a sua tese da origem castelhana para a forma mais divulgada da lenda, se a despirmos de pormenores mais ou menos recentes, e só lhe encararmos os elementos comuns.

O mesmo não podemos dizer sobre a conclusão a que chega de que esta só se difundiu em Portugal tardiamente, e por via erudita. Pelo contrário, e como já dissemos, é provável que um dos elementos da lenda seja de origem portuguesa, ou, pelo menos, conhecido em Portugal em época cerca de um século anterior àquela de que data a mais antiga redacção castelhana conservada, e apenas poucas dezenas de anos posterior à primeira referência que se tem encontrado aos feitos do abade de Montemor.

Começaremos por apresentar metódicamente os diferentes aspectos

da lenda, no que nada mais fazemos do que seguir o illustre romanista, e depois estudaremos cronològicamente as referências que a ela se encontram. Eis um breve resumo do que pode considerar-se fundo comum das diferentes versões.

Era D. João abade de um mosteiro muito antigo, já existente no tempo dos godos, que tinha sido consentido, por preitesia, durante o domínio moiro, e onde se professava a regra de Cister; mais tarde, a região onde ele se situava havia sido reconquistada pelos cristãos. Senhor de grandes rendas, e de todos os abades que, naquele tempo, existiam em Portugal, viveu durante o reinado de Ramiro III de Leão, em Montemor-o-Velho. Outra versão fala, mais vagamente, de um castelo chamado Montemor e de um rei Ramiro indeterminado; outra ainda faz o herói abade de Lorrão, embora senhor de Montemor.

Indo rezar matinas, numa noite de Natal, encontrou o abade à porta da igreja exposto um menino, que fora concebido em tremendo pecado, como filho que era de dois irmãos; este elemento novelesco falta nalgumas versões.

Baptizou-o com o nome de Garcia, e fê-lo criar e educar com especial carinho. Mais tarde, julgando reconhecer nele grandes virtudes cavalheirescas, enviou-o à Corte, onde o Rei o armou cavaleiro, em honra do abade, de quem, segundo uma das formas da lenda, o monarca era sobrinho.

Uma versão perdida, que serviu a Fr. Bernardo de Brito, dizia talvez que o abade, para dar a entender que tinha ao exposto amor como se fora seu pai, lhe deu o nome de Garcia Eanes.

Chamando-se já D. Garcia, voltou ele para Montemor; levava consigo trezentos cavaleiros que o Rei lhe deu, ou foi nomeado pelo abade D. João chefe da sua hoste, ao tempo inactiva por haver tréguas com os moiros.

Resolvido a atraiçoar a fé cristã, confessou o seu intuito, um dia em que andava à caça, a dois escudeiros (ou a alguns servidores) de quem fazia particular confiança, e convenceu-os a acompanhá-lo, depois do que

regressou a Montemor, e disse ao abade que desejava ir fazer guerra aos moiros.

D. João tentou dissuadí-lo, mas acabou por aceder ao que ele lhe pedia, e deu-lhe para a expedição projectada trezentos cavaleiros (ou duzentos, a mais dos que já tinha) e um bom fidalgo chamado Bermudo Martins (sobrinho do abade numa das versões) a quem encarregou de olhar por D. Garcia como por um irmão.

Na lição de Brito, pelo contrário, o abade fizera Bermudo Martins comandante das suas tropas, e foi a inveja a causa que levou Garcia a renegar; este fugiu sozinho, ou, pelo menos, não induziu a acompanharem-no as forças que o abade, na outra versão, lhe confiara para invadir os domínios dos moiros.

Depois de se ter internado em terra de infiéis, o traidor mandou prevenir a Córdova o rei Almançor, que o acolheu festivamente; abraçou o islamismo, recebendo o nome de Çoleima, e induziu o rei a fazer, com numeroso exército, uma entrada em terras cristãs.

Não estava o abade desprevenido, porque Bermudo Martins conseguiu fugir de Córdova (onde ficaram a maior parte dos cavaleiros levados por Garcia, que também renegaram a fé cristã) e voltou a Montemor, contando a seu tio o que vira. Evidentemente, este pormenor é estranho à versão de Brito.

Assim, quando Almançor e Çoleima, depois de assolar as terras em que passavam, penetrando até à Galiza, e profanando a igreja e o túmulo do Apóstolo Santiago, regressavam a domínios sarracenos, encontraram o castelo de Montemor apercebido para a defesa, a puseram-lhe cerco.

O sítio de Montemor durou muito tempo (uma das versões eleva-o a três anos) e, durante ele, o abade e os seus praticaram memoráveis façanhas, que não interessam ao nosso propósito. Finalmente, a guarnição, prestes a sucumbir à fome, acordou em imolar todas as pessoas incapazes de se defenderem que havia no castelo, para que não caíssem nas mãos do

inimigo, e intentar depois uma última sortida, em que pensavam morrer matando. O próprio abade deu o exemplo do sacrifício, degolando sua irmã e seus sobrinhos.

Abandonando depois o castelo desabitado, D. João e os seus atacaram o arraial sarraceno, e conseguiram completa vitória. Çoleima foi morto, e Almançor fugiu com parte dos moiros, sendo perseguido durante longo espaço, que um dos textos avalia em doze léguas.

No momento em que o abade compreendeu que o seu cavalo, já muito cansado, não podia ir mais longe, estava perto de Almançor e desafiava-o para o combate. O rei moiro, porém, recusou a luta, e continuou a galopar; então o abade, não podendo aproximar-se mais, atirou-lhe a lança, que o atingiu, mas Almançor, voltando-se, sem deixar de fugir, disse-lhe que o não tinha ferido, mas só «a aljuba lhe havia rota».

Próximo do local onde se deu este último incidente da perseguição, mandou o abade aos seus cessar a luta, e aí lhe chegou a notícia de que todas as pessoas, que por sua ordem tinham sido degoladas em Montemor, haviam ressuscitado; depois de agradecer a Deus o milagre, e em memória dele, resolveu ficar no local onde lhe deram a nova, a fazer vida de penitência, e, para isso, ali fundou um mosteiro (na versão de Brito, simples eremitério que depois originou o mosteiro) cujo primeiro abade foi. Ainda muitos anos depois, e em memória do fundador, só podia ser abade desse mosteiro um fidalgo provado em cavalarias.

Das palavras do fugitivo Almançor, ficou ao ponto em que ele as disse o nome de Aljubarrota, e àquele em que o abade gritou «cessa, cessa» para mandar parar os seus homens, também dessas palavras ficou o nome de Ceissa (aliás Seiça). Finalmente, o mosteiro, que D. João e fundou e onde morreu, foi o de Alcobaça, em verdade não muito longe, mas não também na vizinhança imediata daqueles locais, e cujos abades eram, quase sempre, provenientes de grandes famílias, tinham funções militares, como fronteiros-mores e senhores de muitas vilas, e gozavam de importância social bem conhecida.

Esta é, em resumo, a forma por que a lenda do Abade João de Montemor aparece em obras castelhanas, que remontam, pelo menos, ao século XV, mas que serão certamente elaboração literária feita sobre elementos mais antigos.

Inútil é salientar as numerosas inverosimilhanças desta narração. Montemor foi tomada e destruída por Almançor em 990, na primeira invasão que dirigiu através do território português, e Ramiro III, o último rei leonês deste nome, morreu em 984, anteriormente portanto a esse facto. Não existia então a Ordem de Cister, e a regra beneditina só se difundiu em Portugal depois de 1050; posterior ainda é a fundação do mosteiro de Alcobaça. A etimologia de Aljubarrota e a de Seiça são daquelas tantas injustificadas, que tardiamente aparecem, com apoio em semelhanças fonéticas mais ou menos exactas.

A versão de Fr. Bernardo de Brito não tem maior valor histórico. Acima ficam apontadas as principais divergências, das quais só poucas interessam ao nosso propósito. O guerreiro português é abade do mosteiro beneditino de Lorvão, e os seus cavaleiros não perseguem os moiros durante doze, mas apenas durante duas léguas; por isso Ceissa não é a localidade próxima de Alcobaça, mas a que fica perto de Montemor. Aqui, convém ainda observar que a confusão entre as pronúncias de Seiça e da suposta Ceissa tem de ser relativamente moderna, e provavelmente originária do Sul de Portugal, porque nas províncias do Norte ainda hoje se conserva a distinção fonética.

Os documentos em que Brito tentou apoiar-se são claramente apócrifos, e, portanto, insubsistentes as correcções cronológicas por ele apontadas. Pode admitir-se que introduzisse algumas alterações no relato primitivo, para o tornar compatível com os seus conhecimentos históricos.

É bem conhecida a má reputação de veracidade do cisterciense, mas, no caso que tratamos, há, pelo menos, elementos de uma versão anterior a ele, cuja invenção lhe não pode ser atribuída: a forma por que se refere às cerimónias com que Garcia teria sido armado cavaleiro pelo rei de

Leão (que, para Brito, é Ramiro I) prova que o cronista se serviu de um texto, por ele considerado antigo, diferente dos que hoje se conservam, e que, por sinal, lhe merecia limitada confiança.

Terceira e imprecisa lição nos legou Jorge de Montemor, por meados do século XVI. Numa das suas versões, não há referência ao feito do abade, mas apenas se diz que Montemor sustentou largos anos o cerco do rei maometano Marsílio; na outra, fala-se «del sancto abad don Juan», e de «su traidor sobrino don Garcia», mas o rei moiro continua a ser Marsílio, que cerca infrutuosamente «aqueel castillo inexpugnable».

Pondo de parte o parentesco de Garcia com o abade, que não oferece qualquer interesse histórico, só faremos notar a integração do sítio de Montemor no ciclo carolíngio, através do nome de Marsílio.

Vejamos agora por que meios chegou até nós notícia da lenda do Abade D. João.

A primeira informação conhecida parece referir-se a um romance, remonta a meados do século XIV, e figura numa obra portuguesa. No poema quase totalmente perdido de Afonso Geraldês sobre a batalha do Salado, ou antes sobre os feitos de D. Afonso IV, que Lindley Cintra considera com razão, apoiando-se em outro dos raros fragmentos existentes, perfeita réplica do *Poema de Afonso XI*, dizia-se:

Outros falam da gran rason  
De Bistoris gran sabedor  
E do abbade dom Joon  
Que venceu rei Almançor

O falecido Professor José Joaquim Nunes propôs que no segundo verso se lesse Abistoris (=Aristóteles), o que nos levaria a supor Afonso Geraldês lido em romances de origem erudita; e sendo assim, bem podia também aparentar-se a sua lenda do Abade João com a versão que serviu a Fr. Bernardo de Brito, visto que no seu texto não há referência a Montemor nem a Lorvão.

Cronològicamente, seguem-se os textos conhecidos e publicados por Menendez Pidal. Um deles é obra de Diogo Rodrigues de Almela, outro é anónimo, mas derivam certamente de uma origem comum, porque coincidem entre si, desde que não tomemos em conta as variantes inevitáveis que resultam da forma de transmissão.

Ambos eles, como demonstra o ilustre escritor, se aparentam notavelmente com a épica castelhana, sobretudo a de período tardio; as coincidências apontadas pelo sábio romanista são em número demasiadamente grande e de evidência demasiadamente flagrante para que se não suponha demonstrada a sua hipótese.

Pensamos que se deve considerar ideia adquirida para a história da literatura que D. Ramón Menendez Pidal teve razão, ao dizer que um e outro relato são prosificações de um romance em toantes, próprio daquela época literária, o qual pode ser o romance conhecido de Afonso Geraldês, ou um texto com ele derivado de origem comum.

Foi essa, aproximadamente, a hipótese de D. Carolina Michaëlis, e aqui devemos notar que o poema de Afonso Geraldês, em que se encontra a primeira notícia da lenda, não se filia naquela escola literária, mas, embora escrito em português, se aparenta notavelmente com um poema castelhano, também singular dentro do seu idioma.

Num dos textos publicados por Menendez Pidal, o ponto onde termina a perseguição, e onde o Abade D. João fica a fazer vida de eremita, aparece com o nome de Alcobas (Alcoupaz num dos documentos de Brito) que poderá ligar-se com Alcoba, topónimo que, já em princípios do século XII, aparece a designar a serra do Caramulo.

Fr. Bernardo de Brito, todavia, não aproveitou a semelhança de pronúncia, porque seria desarrazoado supor que a perseguição feita aos moiros seguisse a direcção de Nordeste. Quanto à semelhança de Alcoupaz com Vale de Combas, e à imaginosa etimologia de Verride, não oferecem qualquer interesse, e são, plausivelmente, de criação tardia.

Por volta de 1536, era conhecida em Portugal a lenda do Abade João,

e estava localizada em Montemor-o-Velho, segundo a referência da *Grammatica* do P.<sup>o</sup> Fernão de Oliveira; a nota deste autor, apesar da sua concisão, faz-nos ver que ele admitia a perseguição dos moiros derrotados «por espaço de jornadas», e a acabar na Estremadura.

Embora Fernão de Oliveira não fale na criação de um mosteiro, a sua versão liga-se, portanto, sob o ponto de vista corográfico, com a imaginária fundação de Alcobaça no século X, ou até anteriormente, visto não sabermos se o autor coloca o sítio de Montemor no tempo de Almançor, ou, como Brito, no de Ramiro I de Leão.

Temos, pouco depois, os dois passos já indicados de Jorge de Montemor, que põem esse cerco em tempo de Carlos Magno, fazendo-o portanto ainda mais antigo que o reinado de Ramiro I.

Já no século XVII, encontramos a longa narração de Fr. Bernardo de Brito, as palavras de Fr. António Brandão, que possuiu o poema de Afonso Geraldês, e a descrição do P.<sup>o</sup> Jorge Cardoso, a quem Fr. Francisco Brandão transmitiu os versos que nele faziam referência ao abade. Notaremos que, admitindo a hipótese de Bistoris ser deturpação de Aristóteles, as palavras «gran rason» bem podem referir-se só ao filósofo, e não também ao Abade João, como pensava D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

Um pouco anterior seria a cópia, que se diz feita pelo licenciado Gaspar Álvares de Louzada, de um dos documentos apócrifos que serviram a Fr. Bernardo de Brito.

O escrivão da Torre do Tombo é outro nome mal reputado entre os historiadores, especialmente depois das críticas que lhe fez o ilustre diplomata João Pedro Ribeiro. Todavia, em época mais recente, Braamcamp Freire e o Senhor Machado de Faria chamaram a atenção para o manuscrito em que ele coligiu certos apontamentos extraídos das chancelarias reais, que se verifica serem rigorosamente exactos. Aliás, a confiança merecida por Louzada não interessa para a discussão do caso presente, porque nem é certo que ele fizesse a cópia, nem era notável o seu saber diplomático.

Finalmente, as obras do século XVII tardio, ou ainda posteriores, bem como as tradições locais de Montemor, não oferecem interesse porque se limitam a repetir, mais ou menos fielmente, alguma das versões antes citadas.

Se procurarmos classificar os elementos da narração, veremos que, sem dúvida, o principal interesse da lenda está no longo e vitorioso cerco, terminado pela derrota e perseguição dos sitiantes, e pelo milagre da ressurreição dos degolados. Mas, na transmissão do cantar ou conto primitivo, foram numerosas as transformações, e é bem possível que algumas delas se originem na imaginação ou em reminiscências literárias dos escritores que nos conservam as diferentes versões.

A identificação de Seiça, a de Alcobaça, Alcupaz, ou Alcobas, a data do cerco, são demasiadamente flutuantes para que sobre elas se possa basear qualquer hipótese. Já vimos que um leitor português da *Crónica Geral* ligava a lenda do Abade João com um combate no extremo norte de Castela.

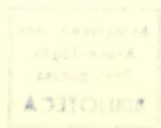
A personalidade de Almançor, monstro clássico da Reconquista, também nada nos pode indicar, bem como a do fabuloso Marsílio, ou a de um indeterminado Rei Ramiro.

## II

Vamos referir-nos agora a dois elementos, que tudo nos leva a crer portugueses, e que é admissível terem contribuído para a elaboração do que podemos considerar a forma definitiva da lenda.

O primeiro, cuja ligação com ela é pouco aparente, estará talvez na suposta antiguidade do mosteiro beneditino de Lorvão. Conforme o Senhor Dr. Rui de Azevedo, a sua fundação deve ter sido pouco posterior à reconquista de Coimbra por Afonso o Magno, em 878, provavelmente.

É bem sabido que este rei das Astúrias, cujo reinado durou de 866



a 910 (ou pelo menos, 908) levou muito para o sul a Reconquista, sobretudo na zona atlântica da Península, onde, provavelmente seria mais fraca a capacidade de resistência dos infiéis, menos interessados por essa região afastada. O mesmo fizeram os seus sucessores, e Ordonho III, entre 950 e 955, atingiu e tomou Lisboa, sem, todavia, a conservar.

Assim, no reinado de Afonso III, e nos dos reis leoneses anteriores à reacção muçulmana chefiada por Almançor, o território português ao Norte do Mondego era firmemente cristão, e a fronteira ficava bastante mais ao Sul.

Devemos à amizade de um distinto investigador, o Senhor Dr. João Alvim, a comunicação de interessantes observações, que mantém inéditas mas nos autorizou a usar, sobre a corografia, a toponímia e os caracteres folclóricos da região próxima de Ourém.

Segundo uma das cartas elaboradas pelo ilustre medievista, Senhor Tenente-Coronel Costa Veiga, por ali passava a região fronteiriça na época em que se feriu a batalha de Ourique, e o Senhor Dr. João Alvim pensa encontrar nos nomes de localidades uma confirmação dessa ideia, em vista do notável predomínio dos de origem germânica (ou latina), e arábica, respectivamente ao Norte e ao Sul do vale do Tomarel, o que parece indicar que sobre uma e outra margem se tenham fixado populações de raças inimigas.

Esperando que o ilustre investigador queira desenvolver e publicar o seu tema, não podemos, todavia, deixar de nos referir a outra ordem de observações, que também lhe devemos, e que mais ainda aproveitam ao nosso intuito.

Dizem elas respeito à topografia dos contrafortes setentrionais da serra de Aire, região muito difficilmente transitável, e onde o avanço cristão apenas encontrava três passagens, e mesmo essas fáceis de defender.

Destas circunstâncias, e de outras que nos comunicou o Senhor Dr. João Alvim, não parece excessivo induzir que por aquela região mais ou menos se situasse a flutuante zona fronteiriça antes da ofensiva recon-

quistadora de D. Afonso Henriques, e as mesmas considerações se aplicam à época de Afonso o Magno e dos seus sucessores, em que as condições de toda a espécie eram aproximadamente semelhantes.

Independentemente, porém, desta possibilidade, é quase certo que, na maior parte do século X, a Estremadura fosse teatro de operações militares, visto que não ficavam longe os territórios cristãos.

Ora a este período, nota o Senhor Dr. Rui de Azevedo, corresponde o grande esplendor do mosteiro de S. Mamede de Lorvão, que, no século X, teve bens nos territórios de Arouce, Miranda, e Condeixa, ao Sul do Mondego, e limítrofes do de Montemor; não parece todavia, que os tenha tido no território dependente desta vila.

Com a nova invasão sarracena, nos fins do século X, o mosteiro subsistiu, mas foi despojado durante ela de algumas ou muitas das suas propriedades, que reivindicava depois de segunda e definitiva reconquista de Coimbra por Fernando Magno, em 1064, na qual, provavelmente, colaboraram os monges de Lorvão.

Cerca de cem anos mais tarde, nos fins do século XII, um documento apócrifo, que se atribuiu ao mesmo rei, há muito conhecido, mas de que Rui de Azevedo viu um exemplar não estudado antes, estabelecia, ou tentava estabelecer definitivamente, a tradição da existência do mosteiro de Lorvão já no tempo da monarquia goda.

Talvez esse apócrifo fosse forjado para apoiar as queixas dos monges laurbanenses contra os bispos de Coimbra, mas é «admissível que os factos narrados correspondam à tradição oral dos acontecimentos, apenas deformados pelo perpassar dos anos e pela ideologia da época».

Dentro do regime de transmissão das lendas, Lorvão corresponde bem, portanto, ao mosteiro de fundação anterior à invasão sarracena, que vive em preitesia durante ela, e que se situa numa região readquirida pelos cristãos, antes das conquistas de Almançor.

Também a Lorvão, e não a Montemor, convém um passo da relação anónima publicada por Menendez Pidal (*Historia y Epopeya*, 212) onde

se diz que Almançor, depois de destruir Coimbra, mandou «mover toda a gente, e fueron por Mondego arriba», mas não será muito de alegar como elemento probatório essa circunstância, ocorrente num livro onde se não encontra a Lorvão referência alguma, e cujo autor não se revela particularmente conhecedor da geografia portuguesa.

Ora um dos abades deste mosteiro, cuja existência está documentalmente provada, chamou-se João. Não viveu na época de Ramiro III e de Almançor, nem mesmo se pode fixar com absoluta certeza a época do seu governo. O Senhor Dr. Rui de Azevedo considera como mais provável data do documento em que ele figura a era de 945, correspondente ao ano de Cristo de 907, mas também admite que ele possa ser de 924 a 927.

No primeiro caso, o Abade João seria contemporâneo de Afonso o Magno, e talvez de seus filhos Garcia I, Ordonho II, e Fruela II; no segundo, possivelmente de Sancho Ordoñez e Afonso IV, e de Ramiro II.

Não prova grande coisa essa coincidência de nome, porque nos são muito mal conhecidas as campanhas da época, e nada nos autoriza a supor que nelas tomasse parte o abade de Lorvão, nem conhecemos qualquer tradição guerreira do mosteiro, embora já no século X ali se tivesse implantado o culto de S. Jorge, um dos padroeiros dos exércitos bizantinos, que só muito mais tarde começa a figurar nos calendários espanhóis (Pierre David, *Études historiques*, 212-13).

Verifica-se, em todo o caso, que o histórico abade João viveu exactamente na época em que é admissível um combate entre cristãos e moiros na Estremadura, combate certamente de pequena significação na história da Reconquista, mas que a lenda pode ter magnificado, e, mais tarde, transformado numa das fabulosas derrotas de Almançor. Também não seria impossível um ataque de moiros a Montemor, mas parece improvável que um abade de Lorvão dirigisse a defesa.

Fr. Bernardo de Brito não conheceu esse documento com todos os visos de autenticidade, que nos conserva o tombo de Lorvão, ou, se o conheceu, não o utilizou, porque de forma alguma se podia ligar com a cons-

trução histórica que formara. Quanto ao documento apócrifo atribuído a Fernando Magno, que aproveitou e que João Pedro Ribeiro o acusou de ter forjado, sabemos hoje que era muito anterior. O Senhor Dr. Rui de Azevedo encontrou notícia dele num inventário de 1543, e descobriu, além disso, como dissemos, um exemplar do documento que apresenta características de ser escrito no século XII.

Não pareceria, aliás, inadmissível ter sido essa ideia da alta antiguidade do mosteiro de Lorvão que levasse Fr. Bernardo de Brito a construir a sua versão da lenda, se não soubéssemos que deve ter trabalhado sobre um texto desconhecido que se ligaria com ela.

É facto digno de ser tomado em consideração não ter o austero Fr. António Brandão repellido a possibilidade de existência do abade guerreiro — atitude semelhante à que Menendez Pidal cita de Fr. António de Yepes, em 1609. Não deve, porém, ter encontrado notícias a seu respeito, porque, segundo amavelmente nos informou o Senhor Tenente-Coronel Costa Veiga, que trabalhou muito sobre os apontamentos dos Brandões existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, não é provável que neles haja qualquer referência ao abade D. João — seja o da história ou o da lenda.

Várias circunstâncias nos privaram de verificar, por agora, a existência dos apócrifos que serviram a Brito; quanto às lendas etimológicas das duas Seiças, nada sabemos também. Na segunda parte da *Monarchia Lusitana*, III, 200 v.º, Fr. António Brandão fala-nos de um documento de 1162, em que um dos confirmantes é o abade de Seiça (de Montemor), D. Martinho. É posterior à carta de couto (1175), e só na era de 1233, (a. D. 1195) é feita doação de Seiça ao mosteiro de Alcobaça.

Segundo uma inquirição dos fins do século XII, parece que o eremitério de Seiça (de Montemor) tinha sido estabelecido neste mesmo século, e não deve sair do domínio da lenda a narração que Fr. Bernardo de Brito supõe feita pelo ermitão de Seiça a D. Afonso Henriques, cuja forma o cronista, aliás, confessa ser conjectural.

De Seiça de Ourém só temos notícias muito posteriores, e fundada-

mente julga o Senhor Dr. João Alvim que tenha sido criada por algum monge do mosteiro dos Tomaréis. A lenda etimológica que figura no *Santuário Mariano* não é aproveitável para o nosso ponto de vista, pois que é plausível ter sido de criação tardia, quando já estavam difundidos os textos de Fr. Bernardo de Brito.

### III

Há, porém, um segundo elemento, de todo independente do anterior, que se integra completamente na parte final da lenda do Abade João, embora o não nomeie.

Senão certo, parece ao menos extremamente provável que, na segunda metade do século XIV, corresse em Portugal uma lenda sobre a fundação de Alcobaça, que retrotraía a sua data a época muito anterior à verdadeira. Só a conhecemos através de uma transmissão evidentemente bastante adulterada, como veremos, e que se encontra nas *Crônicas* de Froissart. Reproduzimos essa narração da edição cuidadosamente feita por Kervyn de Lettenhove, onde figura no tomo XI (Bruxelas, 1870).

Como é bem sabido, Froissart deixou-nos duas descrições da batalha de Aljubarrota, uma que diz ter recebido directamente de João Fernandes Pacheco, outra que apresenta como reprodução das palavras ditas por Lourenço Anes Fogaça ao Duque de Lencastre, João de Gante, quando ele lhe pede notícias da guerra de Portugal e Castela; é esta a que nos interessa:

«Le roy de Castille à tout sa bataille vint à l'endemain gésir au chastel de Lerie à deux lieues de la Cabasse à Juberrotte, et l'endemain nous venismes à la Cabasse et là nous logeasmes; et le roy de Castille se loga ce soir à une petite lieue de Juberote, quant il fut deslogié de Lerie, car bien scavoit par les chevaucheurs quel chemin nous prendrions et que

nous logerions à Juberot. Monseigneur, je vous déclare que les Portingalois ont tousjours eu grandement en <sup>1</sup> Dieu leur confidence, et si on tousjours eu bonne fortune pour euls sur celle place de Juberot, et pour ce se y arrestèrent ils de rechief à celle fois.»

«Or me dittes la raison» ce dist le duc. — Voulentiers, monseigneur, respondi Laurentian Fougasse. Anchiennement le puissant roy Charlemaine, qui fut roy de France et d'Allemaigne et emperères de Romme, et lequel fut en son temps si grand conquéreur et si redoubté, desconfit à Juberot <sup>2</sup> ung puissant roy sarrazin <sup>3</sup>, et y eust bien cent mille Sarrazins mors, et se treuve-l'on et scet on par les anchiennes croniques et histoires que par celle bataille il conquist tout premièrement Connimbres et le pays de Portingal entièrement et le réduisy tout à la foy crestienne, et pour la cause de la grant victoire et belle que il ot sur les ennemis de Dieu, il fist là faire et édifier une abbaye qui est de noirs moisnes, et moult bien le renta en Portingal et en Castille tellement que ils s'en contentèrent.

«Encoires plus, monseigneur, il puet avoir environ deux cens ans que là ot unc <sup>4</sup> grant bataille à merveilles et sur celle <sup>5</sup> place une <sup>6</sup> grosse <sup>7</sup> journée, ung seigneur pour ce temps qui estroit frère du roy de Castille, ne oncques en devant ce en Portingal n'avoit eu roy, mais estoit appellé le seigneur de celle terre le conte de Portingal. Advint que iceulx deux frères le roy de Castille et le conte de Portingal eurent guerre mortelle ensemble pour département de terres, et tant que l'on ne les savoit, me pavoit appointier, ne mettre à paix fors par bataille, car la chose touchoit tant à ce conte et aux Portingalois, que il avoient plus chier à estre tous

---

<sup>1</sup> Toute grâce de

<sup>2</sup> <sup>3</sup> Sept rois mescréans

<sup>4</sup> Moult

<sup>5</sup> Mesme

<sup>6</sup> <sup>7</sup> Belle

mors que euls encheoir ou party et en la subgection ou le roy de Castille les voiloit mettre et tenir. Adont se aventurèrent les Portingalois et vindrent tenir leur journée à l'encontre du roy de Castille <sup>8</sup> si puissant que ils estoient dix contre ung, et les Castilliens ne prisoient en riens les Portingallois. Dont il advint que sur le champ de Juberot à la Cabasse fut la dure et aspre bataille des Castilliens et des Portingalois par telle fachon qu'elle fut <sup>9</sup> trop <sup>10</sup> cruelle. Mais finalement le conte de Portingal et ses gens obtindrent et subjuguèrent le roy de Castille et sa puissance, et furent Castilliens tous desconfis, et fut prins le roy de Castille par laquelle prinse et conte de Portingal vint à paix telle comme il vout demander, et furent adont et par bonne traittié départis, devisés et abonnés les deux roiaulmes de Portingal et de Castille. Et pour tant les Portingallois, qui à celle bataille furent, veirent que Dieu y avoit monstré sa grâce, quant ung si petit nombre de gens qu'ils estoient, avoit desconfy la puissance du roy de Castille. Adont les Portingallois vouldrent augmenter leur terre et le nom de leur pays et en firent ung roiaulme, et couronnèrent les prélats de Portingal et les seigneurs du pays leur premier roy en la cité de Connimbres, et le firent chevauchier parmy tout son roiaulme, la couronne de laurier en son chief en signiffiant honneur et victoire, ainsi comme anciennement les roys souloient faire; et depuis <sup>11</sup> est le roiaulme de Portingal tousjours demouré à roy <sup>12</sup>, et sachiés monseigneur, que, ainchois que ils se veissent en la subgection des Castilliens, ils prendroient ung moult loingtain du sang du roy de Portingal qui seroit mort sans avoir masle de luy, et quant le roy de Portingal fut venu sur la place, l'on luy démonstra bien toutes ces choses.»

Não é desconhecida esta narração de Froissart dos historiadores portugueses, e até já se serviu dela o falecido bibliotecário de Leiria Tito

---

<sup>8</sup> Et ses gens

<sup>9</sup> Moult

<sup>11</sup> <sup>12</sup> A tousjours esté le pays de Portingal um royaumes

de Sousa Larcher, para apoiar a hipótese, que defendia, da localização da batalha de Ourique na região vizinha daquela cidade.

Segundo a sugestão de um editor do cronista francês, e, ao que parece, de acordo com um texto que Kervyn de Lettenhove não adoptou, pretendia Sousa Larcher aproximar da tradição da batalha de Ourique a fabulosa vitória de Carlos Magno. Sob este ponto de vista, parece-nos muito pouco probatório o trecho de Froissart, mas, para o assunto que tratamos, não interessa identificar o suposto combate com qualquer batalha verdadeira, visto que, incontestavelmente, se trata de uma lenda, cuja forma conhecida se afastou muito da sua possível origem histórica.

Assim pois, ao que diz Froissart, Lourenço Anes Fogaça conta ao Duque de Lencastre que os portugueses tinham especial confiança no local de Aljubarrota, para nele travar batalha, porque ali houvera dois grandes e felizes combates.

Do primeiro, vitória de Carlos Magno contra os moiros, resultou a conquista de Portugal inteiro, e seu regresso à fé cristã; para a comemorar, o Imperador fundou ali «uma abadia de monges negros» dotada de grandes rendas. O segundo combate, também anterior à fundação da monarquia, travou-se entre dois irmãos um, rei de Castela, outro, conde de Portugal, e terminou pela vitória deste, apesar de inferioridade numérica do seu exército; o rei de Castela, feito prisioneiro, teve que reconhecer a independência portuguesa, e o vencedor foi pelos seus proclamado rei, e na sua descendência, mesmo longínqua, deve sempre ficar a coroa.

É provável que esta lenda, como todas em geral, contenha um fundo histórico copiosamente deformado.

Assim na batalha entre dois irmãos, castelhano e português, parece bem que haverá uma reminiscência das lutas de Sancho o Forte e Garcia, rei da Galiza. O colocar a batalha em Aljubarrota poderá ligar-se com uma confusão toponímica, existente, não sabemos desde quando, entre Santarén, vila da província de Zamora, onde Garcia foi preso por seu irmão, e Santarém, vila (hoje cidade) ribatejana.

Já a encontramos em Fr. Bernardo de Brito, que justifica a batalha em Santarém por ter D. Sancho ido esperar socorros de reis moiros seus vassallos (*Monarchia Lusitana*, II, 332 v.º).

O teólogo Antonio Veloso de Lyra no seu *Espelho de Lvsitanos em o cristal do Psalmo Qvarenta e Tres*, dá forma incompleta à informação: «Segunda vez em Santarem foram vencidos do Rey que já como Portuguez obedeciam: Porem como Castelhana mal logrado. Aqui foy prezo em fim o de Castella por Dom Egas Gomes & entregue ao Rey de Portugal, que pouco soube guardar, ao q̄ ouuera de ser verdugo de sua vida» (*op. cit.*, 9).

Também a encontramos na *Campanha de Portugal pella Provincia do Alentejo* por D. António Álvares da Cunha (Lisboa, 1663): «Junto a Santarem se deu a terceira (batalha) entre os Reys D. Garcia de Portugal, Dom Sancho de Castella, nos fins do mesmo ano (1071) na qual sendo rotos os Castelhanos, foi preso elRey Dom Sancho, & ainda que no mesmo dia voltou a sorte contra elRey Dom Garcia, foi pello achar desacompanhado hum troço de gente, que trazia o Cide» (*op. cit.*, 82). Esta narração, que, como se vê, difere um pouco da que nos transmite Froissart, figura já em cantos jogralescos, tardios, segundo Menendez Pidal, e tem evidente parentesco com as relações da batalha de Golpejera entre Sancho e seu outro irmão, Afonso, mais tarde imperador.

Por estranho que pareça e por absurdo que seja localizar no Ribatejo uma batalha entre estes dois reis, vimos, há cerca de vinte e cinco anos, estabelecer essa confusão a escritor nascido ali perto, que certamente desconhecia a existência de outra povoação do mesmo nome, embora se dedicasse, com maior boa vontade do que competência, a estudos de natureza histórica. Esse erro figura até numa obra do mesmo autor, que foi publicada oficialmente.

O fazer cair prisioneiro o rei de Castela, em absoluta contraposição à verdade histórica, é uma alteração de origem claramente portuguesa; na parte final da lenda, encontramos uma primeira forma das chamadas

leis de Almacave. Tudo, pois, parece indicar que se trata de notícia vinda de Portugal, e resultante da sobreposição de factos de épocas diferentes, dois e meio ou três séculos anteriores ao narrador, e mais ou menos alterados no decorrer da sua transmissão.

Quanto à lenda da vitória de Carlos Magno em Aljubarrota, liga-se por uma lado, como a narração de Jorge de Montemor, com o ciclo carolíngio, e por outro parece responder antecipadamente a duas objecções de Menendez Pidal.

A «*abbaye qui est de noirs moisnes*» — e esta forma do dizer indica tratar-se de um mosteiro existente ao tempo em que fala Lourenço Anes Fogaça — essa abadia dotada de grandes rendas, e situada perto de Aljubarrota, não pode ser outra senão a de Alcobça, e, embora fosse, em Portugal e Castela, «sabido y celebrado de siempre que el primer rey portugués, Alfonso Erríquez, habia sido el fundador de Alcobaza», embora corresse a lenda do seu voto antes da tomada de Santarém, Lourenço Anes Fogaça colocou a fundação no tempo de Carlos Magno, criador do mosteiro em sinal de reconhecimento de uma vitória que obteve contra os Moiros.

Contraria, portanto, esta narração «la historia y la leyenda portuguesas», mas «para ennoblecere más a Alcobaza con la intervenciónde algun Carlomagno, ya glorioso», o que poderá não ser invenção de um português, mas certamente parece ter sido admitido em Portugal, no século XIV, talvez tardio, talvez temporão.

Ora, como não é de pensar que o embaixador de D. João I desconhecesse um facto tão celebrado como a criação afonsina do mosteiro, só uma explicação ocorre para as palavras que Froissart lhe atribui: ter-se-ia formado sobre a antiguidade de Alcobça uma lenda paralela à de Lorvão, embora mais modesta sob o ponto de vista de tempo, e pensar-se-ia que o mosteiro existente era apenas restauração de outro, fundado séculos antes. Essa mesma foi a reacção de um leitor anónimo de um dos manuscritos de Almela (*Historia y Epopeya*, 143), certamente desconhecedor da lenda conservada por Froissart.

Vejamos, finalmente, qual o valor que deve atribuir-se ao texto do cronista francês, não, evidentemente, sob o ponto de vista histórico, mas naquilo em que nos pode esclarecer a respeito da fabulosa abadia carolíngia.

É certamente pouco admissível que Lourenço Anes Fogaça possa ter dito exactamente o que Froissart lhe atribui, porque, além de não ser provável que tenha assistido à batalha real, não diria que os Portugueses tinham chegado de Alcobaça a Aljubarrota, quando saíam de Porto de Mós. Também não seria provável que collocasse em Aljubarrota uma vitória, de que resultou, entre outras, a conquista de Coimbra, e menos que supuzesse ter-se dado a separação de Portugal e Castela por volta de 1185; aqui, todavia, pode acontecer que falasse, não em duzentos, mas em trezentos anos, no que não andaria muito longe da verdade, se se referia às lutas de Sancho o *Forte* com seus irmãos.

Não salientaremos outra inexactidão, a de attribuir a D. João de Castela, a intenção, que certamente não teve, de vir combater os Portugueses em Aljubarrota, porque, sobre esse ponto, podia Lourenço Anes estar mal informado.

Já depois de escrito este trabalho, tivemos ocasião de conhecer um bem elaborado artigo do Senhor Dr. Salvador Dias Arnaut, em que encontramos a afirmação de ter Lourenço Anes estado constantemente fora de Portugal, desde 31 de Março de 1384 até depois de 24 de Julho de 1386.

Não se tratará pois, talvez, de uma reprodução exacta, mas também não é crível que Froissart inventasse a narração do embaixador, não só porque parece não ser esse hábito seu, mas ainda porque nela figuram pormenores que se acomodam demasiadamente bem a um conhecido processo de deformações históricas, para que se devam supor produto da sua imaginação — e pormenores que, repetimos, apresentam caracteres de origem portuguesa.

Por essa mesma circunstância da probabilidade de que Froissart não reproduza integralmente as palavras de Lourenço Anes, não insistiremos

sobre o facto de lhe ser atribuída esta narração de uma lenda da fundação antecipada de Alcobaga. Mas é certo, pelo menos, que o cronista não duvidou fazê-la contar por um homem de illustração pouco comum, que «bel et bien savoit parler françois», «bien et attemprement et bon françois».

Em resumo, podemos suspeitar de deformações na transmissão, mas o fundo do *récit de Laurentian Fougasse* não terá sido alterado por Froissart. Aparte algum ponto mais mal comprehendido, ou algum lapso de memória, este poderá, quando muito, ter-lhe junto elementos de outra proveniência, que entendeu completarem-no.

Ainda assim, elles seriam com toda a probabilidade, como vimos, recebidos também de Portugal — única observação que interessa ao nosso ponto de vista, porque indica que entre nós corria a noticia de uma fundação de Alcobaga no século VIII.

Ora esta lenda da fundação do mosteiro é um dos elementos, e não insignificante, da história do Abade João, não na forma *erudita*, que conhecemos através de Bernardo de Brito, mas na transmitida por Almela e pelo anónimo. Se bem que nos não seja possível determinar a sua antiguidade, parece muito provável que ella corresse em Portugal por volta de 1385, uns trinta ou quarenta anos depois da data provável do poema de Afonso Geraldés, e uns sessenta anos antes que o livro em que apparece uma nota sobre o abade figure na biblioteca do condestável D. Pedro.

Em conclusão, pois, senão a toda a lenda, pelo menos a um dos elementos della, parece razoável attribuir origem portugueza, ou difusão em Portugal, em época aproximada daquella em que deve ter sido composto o poema ou romance do Abade João.

Foi esse elemento, exactamente, um dos que os nossos historiadores repeliram, por contrariar factos que conheciam perfeitamente, mas nada nos inhiibe de supor que o tenha recolhido o autor do poema perdido do Abade João, muito menos erudito, transpondo-o no tempo, se o conheceu sob a forma carolíngia, e integrando-o no poema parcialmente conservado através dos textos castelhanos.

Pelo contrário, não conheceu, ou não aproveitou, outro elemento possível, o que se liga à suposta antiguidade de Lorvão, que os historiadores do século XVII aceitaram, e que não só nada nos permite supor inventada por Fr. Bernardo de Brito, mas antes é certamente de criação anterior ao poema prosificado por Almela.

Que o autor fosse, segundo a aguda observação de D. Ramón Menendez Pidal, um jogral não português, talvez na terra de Bierzo, é bem possível, mas já nos parece menos seguro que fosse, como supõe o ilustre romancista, «viajero en Portugal». O pouco conhecimento que demonstra de coisas portuguesas — e às observações do sábio filólogo podemos juntar o erro de colocar Montemor a montante de Coimbra — permite supor que delas tivesse apenas informações sumárias, possivelmente de simples aquisição literária, uma das quais bem podia ser a da fabulosa antiguidade de Alcobaga.

Mas o seu poema pode ter-se divulgado muito antes da prosificação conservada por Almela e pelo caderno anónimo, visto que para a difusão da lenda entre nós não era indispensável a deturpação do nome de Alcobaga, uma vez que em Portugal se aceitava para a fundação do mosteiro uma data vários séculos anteriores à verdadeira.

É claro que não pode considerar-se inadmissível o fenómeno inverso: em qualquer época do século XIV, ter-se-ia transposto, da lenda de um esquecido abade de Lorvão para a de Carlos Magno, a suposta origem de Alcobaga. Nada, por agora, parece indicar-nos a possibilidade dessa transformação como digna de ser tomada em conta, e, em consequência, será aconselhável não formular sobre ela qualquer hipótese.

Outros textos surgirão, possivelmente, que nos permitam reduzir a incerteza com que o assunto se apresenta, mas aqueles que conhecemos são de molde a aproximar do texto de Afonso Geraldês a narração transmitida por Froissart, como contendo em si um elemento português da lenda do Abade João.

## BIBLIOGRAFIA

Além da citada por Menendez Pidal, *Epopeya y Historia*, Madrid, 1934, utilizamos:

- Alvim (Dr. João) — *De como Seiça deve ter nascido sob a égide de Alcobça, in Notícias de Ourém*, 1947.
- Azevedo (Rui de) — *O mosteiro de Lorvão e a reconquista cristã*, Lisboa, 1933.
- César (General Vitoriano José) — *A fundação da monarquia portuguesa e a batalha d'Ourique*, Lisboa, 1927.
- Costa Veiga (Tenente-coronel Augusto Botelho da) — *Estudos de história militar portuguesa*, Lisboa, 1936.
- Costa Veiga (Augusto Botelho da) — *Os nossos nobiliários medievais*, Lisboa, 1943.
- David (Pierre) — *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Coimbra, 1947.
- Dias Arnaut (Salvador) — *Froissart e João Fernandes Pacheco*, in *Revista Portuguesa de História*, III, Coimbra.
- Dias Arnaut (Salvador) — *Ladeia e Ladera*, Coimbra, 1939.
- Froissart (Jehan) — *Œuvres de...*, Bruxelas, 1780.
- Lindley Cintra (Luís Filipe) — *A lenda do Abade D. João de Montemor conhecida em Portugal no século XV?*, in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 1951.
- Machado de Faria (António) — *Os manuscritos de Lousada na Biblioteca Nacional*, Lisboa, 1934.
- Rocha Madail (António Gomes da) — *Documentos medievais do Convento de Seiça*, in *Revista de Guimarães*, volume especial comemorativo dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, Guimarães, 1940.
- Simões (Augusto Filipe) — *Escriptos diversos*, Coimbra, 1888.

**Dois Pseudo-Retratos de D. Manuel I  
e de D. Diogo Ortiz de Villegas**

pele

sócio efectivo

Mário da Costa Roque

## Dois Pseudo-Retratos de D. Manuel I e de D. Diogo Ortiz de Villegas

### PROÊMIO

○ *benemérito investigador Prof. Ernesto Soares, que com uma regularidade e diligência pasmosas, espalha, larga manu, eruditos ensinamentos de primeiríssima água, já nos tinha advertido, a propósito dos primeiros livros ilustrados portugueses, que «Em toda a xilogravura vamos encontrar o retrato, mas o retrato convencional... verdadeira panaceia iconográfica para a ilustração de diversas obras (Evolução da gravura de madeira... Lisboa — 1951, pág. 12).*

*Por outro lado ensinou-nos o Dr. Rocha Madail, com a sua elevadíssima competência e a sólida base de conhecimentos, em que assenta uma muito profunda e vasta erudição, que a decoração gráfica dos nossos livros, já passado o meado do século XVI, «ficava limitada ao emprego repetido e pouco variado de alguma gravura estrangeira que acompanhasse as remessas de tipo ou outra que, especialmente, se encomendasse, e pouco mais» (Tratado da Vida e Martírio dos Cinco Mártires de Marrocos. Imprensa da Univ. 1928, pág. XXVI).*

*Apoiados nestes dois pareceres e, embora fracamente, ajudados por escassa experiência própria, cremos, no que diz respeito aos caracteres fisionómicos das*

*personagens portuguesas dos séculos XV e princípios do XVI, que é, praticamente, nulo o valor icónico das xilogravuras coetâneas. De resto, para tal convicção, basta-nos observar umas tantas estampas a que supostamente se têm atribuído figurações de certas personagens, cujos traços fisionómicos nos são soejamente conhecidos por meio doutras fontes iconográficas, para logo concluirmos pela escassa ou nenhuma semelhança entre os possíveis retratos das xilogravuras e os das referidas fontes.*

*Neste sentido quem seria capaz de reconhecer o retrato de D. João III — com os seus traços tão característicos — na figura real do Manipulus curatorum, impresso em Lisboa, em 1523?*

*A personagem real representada nesta obra, quando o Rei tinha cerca de vinte anos de idade, em nada se ajusta à prosopografia que podemos ler em Fr. Luís de Sousa, Anais, capítulo IV, e que o Prof. E. Soares transcreve a págs. 191 do volume II do seu Dicionário de Iconografia Portuguesa.*

*Ao contrário do que está escrito nos Anais de D. João III, vemos que na figura da estampa do Manipulus nem a sua estatura é meã, nem a proporção dos membros, grande — em relação à corpulência — nem o pescoço, um pouco curto — antes pelo contrário nos parece elevadíssimo — e que, por fim, a cintura em vez de grossa pende, muito, nitidamente, para a delgadeza.*

*Já em 1920, Aquilino Ribeiro, chamara a nossa atenção, particularmente, para o vestuário e para o arranjo dos cabelos da figura do Manipulus, compostos de molde a serem tidos como mais próprios de um rei estrangeiro do que de um soberano, tão intransigentemente, defensor dos costumes portugueses (Anais das Bibliotecas e Arquivos, volume I, pág. 206).*

*Seja como for, temos para nós como certo que o ilustrador do Manipulus nem sequer tentou reproduzir as feições do monarca e por muito satisfeito se deu, esboçando uma qualquer figura, munida dos atributos reais e gravando à cabeça da estampa a legenda: DO IOÃ TERCERO.*

*Note-se que, tal como neste livro e em várias obras estrangeiras e nacio-*

nais do século XVI, o tipo da figura real sentada no trono recebendo das mãos do autor a oferta do volume que lhe é dedicado, tem uma origem miniatural muito mais antiga e, na sua quase totalidade, os traços fisionómicos do Rei estão longe de possuir qualquer semelhança com aqueles que nos são fornecidos por meio de fontes iconográficas de mais elevado apuro.

Cremos assim que a intenção dos ilustradores nunca foi, de um modo geral — como em particular dissemos para o caso do Manipulus — a de reproduzir o retrato autêntico do Rei, mas apenas a de representar...» o Rei não pelo que tinha de verdadeiro, mas como figura majestática que infundisse respeito e veneração...» (E. Soares — Obra e volume citados, pág. 320).

É neste sentido que, prudentemente devemos interpretar as figuras reais que a cada passo nos surgem nas xilogravuras de que agora nos ocupamos, constituindo grave erro, quanto a nós, designar como retrato de um determinado rei, uma qualquer figuração real só porque foi estampada no seu reinado.

Se assim não procedermos, uma figura ostentando os atributos reais representará, numa certa época, o retrato de um determinado rei, para algum tempo depois servir de efígie ao seu sucessor apenas por ter sido estampado no reinado seguinte.

O caso mais extraordinário que conhecemos neste sentido e que ignoramos se alguém já para ele chamou a atenção do público letrado, diz respeito a um pseudo retrato de D. Manuel I e constitui o objecto da primeira parte do estudo que vamos iniciar.

Na segunda parte, tentaremos alargar as considerações anteriormente feitas, tornando-as extensivas aos letrados, particularmente, ao tão discutido retrato de D. Diogo Ortiz de Villegas que ilustra o seu Cathecismo Pequeno.

## O Pseudo-Retrato de D. Manuel I no 3.º Livro das «Ordenações» de 1514

No 3.º livro das *Ordenações* de 1514 existe uma estampa (*Fig. I*) em que uma personagem real, isolada e sentada no trono, ostenta uma filacteria com a conhecida legenda DEO.IN.CELO : TIBI.AUTEM.IN.MUNDO.

Anteriormente a 1514, já entre nós a mesma xilogravura tinha servido para a ilustração de outras duas obras; em 1512, para a *Grāmatica Pastrane* (*Fig. II*) e em 1513, para *Este he o liuro e legēda... dos Sātos martires*, decorada esta com as mesmas tarjas da figura I.

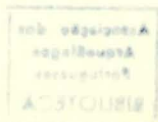
Trata-se pois de um bloco que esteve na posse, pelo menos durante estes anos, do impressor João Pedro de Cremona.

Mais tarde passou às mãos de Germão Galharde que o utilizou na impressão da *Ordenaçam da Ordem do Juizo de 1526*, tanto nos exemplares da variante *a* (D. Manuel — *Livros Antigos...* volume I, pág. 422) como da *b*, cuja estampa reproduzimos na figura III.

A personagem real representada é, habitualmente, tida como sendo o retrato de D. Manuel I, quando nos surge nas *Ordenações*, na *Legenda* ou na *Gramatica*<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Cf. Anselmo — *Bibliografia das obras impressas...*, pág. 249, n.º 532: «grav. que representa o monarca—Inoc.º *Dicc.* XIII pág. 311; «gravada em madeira a figura de D. Manuel sentado».—A. Fernandes Tomás, *Cartas bibl.*: 11.80 «uma estampa representando El-Rei D. Manuel sentado...» *Cat. Samodães* 1.545: «a fig. de D. Manuel sentado...». Pinto de Matos. *Manual Bibl.* — 273: «uma estampa representando el rei D. Manoel sentado...».



Apesar de em 1526 já reinar D. João III, a mesma gravura, com igual legenda na filactera, aparece — como dissemos — a ilustrar a *Ordenaçam* e, por isso, Anselmo, ao apontar a colação desta obra, escreve: «grav. que representa D. João III no throno» (*Bibliografia das obras impressas...*, n.º 575).

Temos, portanto, até esta altura da nossa exposição, a mesma estampa a servir de retrato de D. Manuel I e de representação de D. João III.

Nem todos os iconógrafos, porém, são do mesmo parecer e assim Ribeiro Guimarães, na descrição desta gravura, escreve: «O 3.º livro das *Ordenações* é precedido de duas estampas..., a primeira representa o rei sentado no throno, com o septro na mão esquerda e nos dois dedos indicador e pollegar da mão direita, sustenta a esphera e uma faxa com a já mencionada legenda. Esta estampa tem cercadura de folhagens... e o pelicano ferindo o peito para alimentar os filhos, divisa de el-rei D. João II, o que, por um instante, nos fez crer que a figura que está no throno poderia ser a da Rainha D. Leonor, prestando-se o desenho da mesma figura a esta suposição» (*Jornal do Commercio*, n.º 5.244 — artigo transcrito em *A Imprensa em Portugal no Sec. XV e XVI*, de Brito Aranha, pág. 19).

Da descrição de Ribeiro Guimarães retemos, como particularmente importantes, as duas observações que o conduziram à ideia de que a figura representada poderia ser a da Rainha D. Leonor.

A primeira diz respeito à tarja lateral direita que faz parte da cercadura da composição da estampa das *Ordenações* na qual Ribeiro Guimarães pretende ver a divisa de D. João II.

Na outra observação aponta-nos o desenho da figura com aspecto feminino que se presta àquela conclusão.

É evidente que a tarja por ser um elemento móvel da composição não possui qualquer valor probativo.

Ocorrem-nos, de momento, umas tantas estampas em que essa mesma tarja ou o seu desenho foram sucessivamente utilizadas, sem que as obras que

as contêm, mostrem qualquer relação com D. João II ou com D. Leonor; assim, encontra-se, sem qualquer significado particular, na primeira folha do texto do *Sacramêntals* de 1502, na *Gramática Pastrane* de 1512, repetida pelo menos em três estampas; na *Este he o liuro e legêda... dos Sãtos Mártires* de 1513, na folha do rosto e na gravura da personagem real que nos ocupa; e na primeira página dos *Autos dos Apóstolos* de 1505, onde se nota a particularidade da tarja lateral esquerda se apresentar com os mesmos elementos daquela a que nos estamos referindo mas todos eles invertidos em relação às restantes que acima apontamos. Assim, naquelas vemos o pelicano com a cabeça para a esquerda do observador e o homem nu, de perfil para a direita, ao passo que na tarja dos *Autos* sucede, precisamente, o contrário, isto sem contar com outras diferenças de menor evidência que por agora não interessa mencionar.

Por último, podemos ver a tarja do pelicano no 3.º livro das *Ordenações* a que se referiu Ribeiro Guimarães.

Portanto, julgamos difícil atribuir-lhe qualquer outro papel que não seja o meramente decorativo.

Quanto ao desenho da figura real já o caso é diferente. Na verdade as feições nele representadas, não sendo femininas, são certamente muito mais próprias de um efebo do que dum homem feito.

Sendo assim, se então quisermos pensar no retrato de D. Manuel I, o contraste torna-se muito mais flagrante, quando nos lembramos de que este rei, não andaria longe dos quarenta e três anos de idade, na altura em que, entre nós, a gravura foi pela primeira vez impressa.

A hipótese de se tratar de uma xilogravura aberta para o mesmo soberano muito anteriormente à tiragem da primeira obra portuguesa em que foi incluída, também não é para admitir. Basta para tal atentarmos na idade com que D. Manuel I subiu ao trono.

Voltemos, porém, a Ribeiro Guimarães.



FIGURA I

*Ordenações de 1514. «Retrato» de D. Leonor? —  
«Retrato de D. Manuel?*



¶ Edparés corâ serenissimo pncipe e excellêntissimo dño Emanuele. Egregi<sup>o</sup> vir Jo  
 annes petr<sup>o</sup> d' bonis hob<sup>o</sup> exposuit se pastranas imp<sup>o</sup> sup ad cõdes oiuz vtilitat: quaz  
 ob causas sup<sup>o</sup>plici sermõe penit<sup>o</sup> vt sibi soli liceat doc<sup>o</sup> facere: ne forte ali<sup>o</sup> q<sup>o</sup> sp<sup>o</sup>ã imp<sup>o</sup>me  
 re volca cū dño eiusdẽ Joãnis ad hoc se itromitteret: quã ob rẽ pfato Joãni pcessus  
 fuit q<sup>o</sup> nemini liceat imp<sup>o</sup>mere aut imp<sup>o</sup>mi facere nõ tã Elirbone quã i oib<sup>o</sup> loc<sup>o</sup> e caus  
 tati<sup>o</sup> tot<sup>o</sup> lustrante regni op<sup>o</sup> p<sup>o</sup>icti: nisi ipi Joanni: sub pena comẽta in p<sup>o</sup>uilegio  
 eivẽ a Rege pcesso: p tali ope imp<sup>o</sup>so: aut v<sup>o</sup>dito: p<sup>o</sup>ra hoc serenissimi Emanuel ecu  
 ctu: cui<sup>o</sup> pene alterã v<sup>o</sup>mitõã eivẽ Joãni: e alterã eivẽ a q<sup>o</sup> accusat<sup>o</sup> fuerit pcedõs esse:  
 cui<sup>o</sup> q<sup>o</sup> pene sabiacere oi<sup>o</sup>no debeat q<sup>o</sup>cuq<sup>o</sup> volumẽ aliq<sup>o</sup> similit<sup>o</sup> extradiõẽz illustri<sup>o</sup>  
 sumi Regis prefati imp<sup>o</sup>ressum vendere vellet in hac civitate nostra: aut quibuscumq<sup>o</sup>  
 alijs in civitatibus: tãtis: e locis nostris.

FIGURA II

*Gramatica Pastrane, de 1512. «Retrato de D. Manuel I.*



FIGURA III

*Ordenaçam da Ordem de Juizo, de 1526. —*  
*«Representação» de D. João III.*



**Artis grāmaticę precepta  
stephamilitis.**

FIGURA IV

*Gramatica*, de Estêvão Cavaleiro. Sa-  
lamanca, 1493 — «Retrato» de D. Isa-  
bel, a Católica

Como dissemos, a hipótese do retrato de D. Leonor, não é para aceitar.

Quanto ao sexo da personagem real, que para Ribeiro Guimarães, se apresenta feminino, nunca nele atentáramos e quando muito, poderíamos supor a figuração capaz de ser utilizada tanto para um rei como para uma rainha.

Pensamos hoje de um modo um pouco diverso e sem, de qualquer maneira, lhe quereremos atribuir a qualificação de retrato, é muito provável que a gravura tivesse sido aberta, originariamente, para a representação de uma rainha e não de um rei.

Na verdade a mesma personagem que na estampa está sentada no trono ostentando entre o indicador e o polegar a filacteria com a legenda tão nossa conhecida, antes de ter sido a representação de um homem, foi figuração de uma mulher. A mutação fez-se à custa de uns, poucos, anos de intervalo entre as respectivas tiragens e uma passagem de fronteira.

Acentuemos em primeiro lugar, que quando a xilogravura em questão foi estampada pela primeira vez entre nós, já não era inédita.

Com efeito, encontramos-la inserta no exemplar único da Biblioteca Colombina, que tem por título — ARTIS GRAMMATICAE PRAECEPTA de Stephanus Miles, impressa em Salamanca em 1493.

Desta obra apresentamos uma reprodução na figura IV em que, sem qualquer sombra de dúvida, podemos ver, comparando-a com as figuras I, II, e III, que se trata de uma única e mesma xilogravura e não de uma cópia ou adaptação feita entre nós.

Significa tudo isto que 19 anos antes de ser utilizado em Portugal já o mesmo *bloco* tinha servido em Salamanca para a decoração da *Artis grammaticae*... e daqui a nenhuma possibilidade de ele ter sido aberto para representar o retrato de D. Manuel I.

Seguindo as ideias de D. Francisco Vindel, nome tão sobeja e universalmente conhecido como mestre eminente da bibliografia hispânica, não hesitaremos em classificar a estampa como retrato da soberana então reinante no

país vizinho. Das páginas 53 e 54 do seu monumental trabalho — *Arte tipográfica... sec. XV* — volume relativo a Salamanca — permitimo-nos transcrever textualmente o seu parecer, quando se refere à gramática apontada: «Portada grabado en madera que representa a la Reina Isabel» — «El grabado xilografico representa el retrato de la Reina Isabel la Catolica, primero que ilustra los libros españoles».

Vejamos também D. Vicente Castañeda, académico de número e Secretário perpétuo da *Academia de la Historia* que, referindo-se à mesma estampa, escreve: «el grabado de la portada *del Arte de la Gramatica* de Esteban Miles, impresso en *Salamanca* en 1493, es un possible retrato de la Reina Catolica sedente en su trono con los atributos de la realeza».

Deste modo, conhecidos tais pareceres, só nos resta acrescentar à lista de figuras reais, anteriormente esboçada, mais o nome desta soberana. E assim, e até ver, apresentaremos a seguinte lista: D. Leonor, D. Manuel I, D. João III e por fim D. Isabel a Católica.

Além de quaisquer outras conclusões que poderíamos tirar do facto do mesmo retrato ter servido para tantas personagens, conclusões que por óbvias são desnecessárias, seria para nós de muito maior interesse saber de que mãos veio à posse de João Cremona, a *madeira* de Salamanca.

Que não foi *aberta* em Portugal — como se tem escrito — parece-nos evidente pela sua utilização, com antecedência de 19 anos, em país estranho.

Ignoramos, porém, quem fosse o seu primeiro possuidor, visto o cólofon da *Artis Grammaticae* ser muito parco em informações. Dele está ausente o nome do impressor e apenas, muito escassamente, somos informados de que a obra foi estampada em Salamanca «anno a natali Christiano MCCCCXCIII. Pridie Nonas Nouébris».

Também nos parece digno de interesse fazer desaparecer o carácter pretencioso que caiu sobre a personalidade de D. Manuel I, pela simples utilização num seu suposto retrato, de uma legenda, tida como divisa própria, quando,

sabemo-lo agora, ela teve uma origem que lhe foi completamente estranha. Na verdade devemos admitir o emprego do celeberrimo dístico :

DEO. IN. CELO: TIBI AUTEM. IN. MUNDO,

como significando apenas respeito à Realeza de um modo geral e não especificamente à personalidade de qualquer soberano que a utilizasse por divisa particular. Só assim, de resto, se pode explicar o seu emprego sucessivo em dois países — Portugal e Espanha — e em três reinados: D. Isabel, D. Manuel I e D. João III.

Para terminar, parece-nos, suficientemente demonstrado o muito cuidado que deve haver na designação de *retrato* aplicada a xilogravuras dos séculos XV e XVI que entre nós serviram para figuração de personagens reais. Assentemos, particularmente, na sem razão que assiste aos iconógrafos que pretendem ver na estampa do 3.º livro das *Ordenações* um retrato de D. Manuel I.

Nos capítulos seguintes veremos a possibilidade de estender a outras personagens, as considerações que atrás esboçámos e que ficaram bem concretizadas no estudo da suposta figura de D. Manuel I.

## I

### O PSEUDO RETRATO DE D. DIOGO ORTIZ

No verso do frontispício do precioso cimélio que tem por título: *Catecismo Pequeno da doutrina e instrução que os xpãos ham de creer e obrar pera conseguir a benaumentança eterna...* de D. Diogo Ortiz de Villegas, obra impressa em Lisboa em 1504, existe, como é em geral sabido, uma xilogravura que o ocupa totalmente.

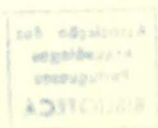
Esta estampa já reproduzida e dada a público umas quantas vezes, outras tantas originou hipóteses várias, todas elas elaboradas à volta da identificação da figura nela representada.

Se não estamos em erro, foi o problema, pela primeira vez, posto em foco, pela pena erudita do Ex.<sup>mo</sup> Senhor Dr. Alexandre de Lucena e Vale, nosso ilustre conterrâneo e excelso investigador visiense. A ele devemos o conhecimento de serem idênticas a gravura do *Cathecismo* de 1504 e a da *Gramática* de 1516, de Estêvão Cavaleiro.

Dado o intervalo de doze anos que separa as tiragens das duas obras, concluiu o Senhor Dr. Lucena e Vale que «nenhuma dúvida poderia haver de que a figura nela [estampa] contida deveria representar não um professor universitário, mas indiscutivelmente um bispo, presumivelmente o próprio D. Diogo Ortiz de Villegas» (*A Catedral de Viseu* — Separata da revista «Beira Alta» — 1945, pág. 55).

Mais tarde, no elevado monumento de vastíssima erudição que o Ex.<sup>mo</sup> Senhor Dr. Américo Cortez Pinto construiu e deu a público sob o título *Da Famosa Arte da Imprimissão*, podemos ler, a págs. 255-258, as considerações que sobre a mesma estampa do *Cathecismo*, aquele ilustre autor produziu. A extensa nota que lhe consagra, começa por compendiar as informações colhidas pelo Senhor Dr. Lucena e Vale, sob a forma seguinte: «Reproduzimos... a gravura... em que alguns bibliófilos como Inocêncio, Anselmo, e particularmente o ilustre investigador Visiense Alexandre de Lucena e Vale supõem ver um Bispo, enquanto que o erudito Conservador do Arquivo Universitário de Coimbra, Dr. Rocha Madahil, supõe tratar-se de um Professor Universitário».

Seja-nos aqui permitido um pequeno reparo. Não há dúvida de que o Senhor Dr. Lucena e Vale pensava em 1945 — e não sabemos se ainda pensa — que a figura em questão era *indiscutivelmente um bispo, presumivelmente o próprio D. Diogo*. Também sabemos por intermédio do mesmo Senhor (*Obra citada*, pág. 56) que o Dr. Rocha Madail *preferia ver na indumentária*



da figura mais a de um Lente do que a dum bispo <sup>2</sup>, e sobre esta sua opinião ficamos capazmente elucidados.

O mesmo não sucede quanto à afirmação do Senhor Dr. Lucena e Vale e do Senhor Dr. Cortês Pinto, quando nos ensinam que Inocêncio e Anselmo a «identificaram como um bispo» ou nela «supõem ver um bispo».

Vamos por partes: Inocêncio escreve uma pág. 168 do tomo 2 do *Dic.º Bibl.º* «E no verso do frontespício [do Cathecismo] uma estampa... na qual se vê retratado o mesmo bispo [D. Diogo] de corpo inteiro, sentado...».

O que daqui podemos concluir é que Inocêncio afirmou que a estampa representava o retrato do bispo D. Diogo e não o retrato *dum bispo*, inominado, que necessariamente devia estar munido das insígnias próprias — todas ausentes na figura em questão — para, como bispo, ser reconhecido.

Existe pois uma certa diferença entre a afirmação de a figura representar o retrato do bispo D. Diogo — com ou sem vestes episcopais — ou o retrato de um bispo indefinido que, necessariamente, nos seria apresentado com as insígnias próprias.

As mesmas considerações podemos fazer à afirmação de Anselmo (*Bibliografia das obras impressas...*, pág. 160) quando escreve: «Fl. 1 — v.º — est. que representa o bispo no sólio e um anjo com a legenda: Temos, portanto, as seguintes hipóteses:...».

Inocêncio e Anselmo .....	Retrato de D. Diogo
Lucena e Vale .....	Indiscutivelmente um bispo, presumivelmente, o retrato de D. Diogo
Rocha Madail .....	Presumivelmente, um lente.

Na *História da Literatura Portuguesa Ilust.*, vol. I, pág. 74 e no volume

---

<sup>2</sup> Acrescentava, no entanto, o Senhor Dr. Rocha Madail a necessidade de um estudo comparativo com estampas coetâneas para se poder pronunciar definitivamente.

do *Instituto* comemorativo do Centenário da Universidade, indica-nos o Senhor Dr. Lucena e Vale a existência da gravura da *Gramática* de Estêvão Cavaleiro com a mesma legenda: «Professor univesitário com as insígnias doutorais». Por último, lembremos Sousa Viterbo que também considera a figura como sendo um bispo, tanto no *Movim. Tipog. em Portugal...* págs. 293, como em *a. Litt. Hesp. em Portugal*, págs. 169, e bem assim Venâncio Deslandes, em *Documentos para a História da Typographia*, 1888, págs. 11, que, todavia, indica a figura como retrato do autor.

Existem, portanto, três interrogações: 1.º — trata-se de um bispo? 2.º — trata-se dum lente ou professor catedrático? 3.º — é o retrato de D. Diogo?

Estava assim o problema no pé em que o tinha colocado o Senhor Dr. Lucena e Vale quando, como dissemos, foi estudado e tratado mais largamente pelo Senhor Dr. Américo Cortez Pinto na obra e páginas atrás apontadas.

Este erudito bibliógrafo depois de, muito conscienciosamente, ter estudado as estampas que ilustram uns tantos livros os quais contêm, como elemento comum, figuras com características iguais ou semelhantes às da gravura do *Cathecismo* — reviu o seu parecer inicial e modificou-o no sentido que adiante examinaremos.

## II

### A ESTAMPA DO CATHECISMO NÃO REPRESENTA UM BISPO

Como podemos ver na reprodução junta (*Fig. V*) a figura em questão, encontra-se sentada a três quartos sobre a sua direita e numa ampla cadeira de dossel ligado a alto espaldar. Traja vestes roçagantes, capelo e na cabeça um barrete de gomos. Com a mão direita estendida e a esquerda fechada sobre um rolo de papéis, apoia o ante-braço esquerdo na base rectangular de uma estante. Numa das vertentes da qual vemos um livro aberto.

Aparecem, como elementos secundários, vários livros no chão, na base da estante, onde também está um raspador, e alguns outros sobre uma mesa na qual se vê um tinteiro com a respectiva pena. Em baixo, à direita, um cão apoia a pata sobre um osso.

Abrangendo a quase totalidade da metade superior da composição, um anjo de asas, largamente abertas, sustenta uma filacteria onde se lê o V.º 1.º do Cap. 55 de Isaias: «Omnes sitientes venite ad aquas. Isaye LV».

As gravuras estudadas pelo Senhor Dr. Cortês Pinto e aquelas por nós escolhidas dentre as muitas de que lançámos mão para o fim em vista, possuem a característica comum de representarem sempre, no seu terço lateral esquerdo, uma figura sentada num cadeirão de espaldar, com ou sem dossel, sempre com trajes, pomposamente roçagantes e de barrete na cabeça; a atitude habitual é a de ler, escrever, meditar ou entregar um livro aos assistentes. A parte central é sempre ocupada por uma estante de duplo plano, umas vezes ornamentada, outras não. O terço lateral direito mostra-nos uma mesa, um escriba ou diversos personagens. Estão sempre presentes vários livros, em desordem indicativa de consultas repetidas, tinteiro, caneta e raspador.

Antes de ter estudado o grupo de estampas, que de um modo geral possuem características idênticas às esboçadas, era o Senhor Dr. Cortês Pinto de parecer que a figura representava um bispo, baseando a sua opinião em considerações, às quais pedimos licença para, em parte, opormos a nossa modestíssima discordância.

Em primeiro lugar escreve o conspícuo autor (ob. e págs. cit.): «O livro em que figura [a estampa] sugere naturalmente a ligação do retrato com o autor da obra, e por outro lado a inscrição bíblica..., era indubitavelmente mais adequada a um eclesiástico e, particularmente, ajustada a um catequista».

Estamos em perfeito acordo quanto à segunda parte, mas quanto à primeira sugerimos dois pequenos reparos. Primeiramente, notamos que o que o Senhor Dr. Cortês Pinto deseja justificar é a sua opinião inicial de se tratar dum

bispo e por isso estranhámos o argumento de *ligação do retrato com o autor da obra* que só poderia provar que a estampa em questão seria o retrato de D. Diogo, e nunca esclarecer uma dúvida que se resume em saber se aquela figura é ou não representativa dum bispo, embora conhecida a dignidade episcopal do autor.

Para que esse esclarecimento se pudesse fazer, teríamos de partir da certeza de que o desenhador da figura a tinha retratado com as características de indumentária e demais atributos, próprios da dignidade prelatícia a que D. Diogo pertenceu. Logo que admitíssemos hipótese contrária, e de resto pouco provável, isto é, o poder ter sido o autor retratado com vestes seculares, para nada nos serviria o fazermos a natural ligação do retrato com o autor da obra, se o que pretendêssemos demonstrar fôsse identificar com um bispo a figura referida.

Em segundo lugar, cremos ser muito falível a ideia de supor — na época de que estamos tratando (c. 1500) — a existência, já não diremos permanente, mas pelo menos habitual, de uma relação iconográfica entre as figuras gravadas na entrada dos livros e os respectivos autores.

Estampas iguais tiradas da mesma *madeira* eram aproveitadas para obras diferentes de diversos autores e inclusivamente para géneros literários diversíssimos sem que o autor, o impressor ou os leitores se preocupassem demasiado com o assunto. Deste modo, ao pretendermos identificar a figura da portada de uma obra com o seu autor, corremos sempre o perigo de ignorar se em obra anterior a mesma estampa servira já para figuração de outro autor. Foi o que não há ainda muito tempo succedeu connosco. Assentes na mesma ideia — ligação do retrato com o autor — tivemos como certo que a estampa que reproduzimos na figura VI, representava um dos autores da celeberrima obra :

*Cy cōmance le romant de la rose  
Ou tout lart demours est enclose*



FIGURA V

*Catecismo Pequeno* de D. Diogo Ortiz. Lisboa, 1504.  
— Biblioteca da Ajuda.



Le piologue

**L**e suffist a vostre tres-  
 haulle seigneurie pro-  
 sperat en fleur de icu-  
 nesse militer souz le  
 triuphant esdard de  
 Mars le grant dieu des  
 batailles dont ho' auez deu ses exploits  
 plus q' nul prince de vostre aage Se auez

ques ce comme embrase dardant de fire es  
 pins damoureus espinacles ne desirez  
 estre champion des dames ensuivant le  
 tresplaisant guidon de Venus deesse des  
 mours. Dont sa soit ce que ses arcs / ses  
 darts / ses lances a les harnois de samou-  
 reuse artillerie soient de plus tendre tres-  
 peure que ceulx de guerre que son foige  
 a milan. Cousteffons quant l'z sont sub-

6 i

FIGURA VI

Cest le romant de la rose. Verard, c. 1503-1511.

— Cat. de très beaux livres. Roth — IX-139.



Sapientiam omnium detinorū. Jadis fut ungs Dis-  
 ciple qui souverainemēt destrouit de Venira la rōgnou-  
 sance de la sapience. Et enquerroit diligēmēt la Vie-  
 les hystoires/croniques & narracions des aucuns pe-  
 res. Si couuoitroit aussi. Destroit de saouir les posicions & l'ēti-  
 ment des paroles & querroit & encherchoit le sens & la verite des  
 prouerbes. Et mist tout son cuer a veiller po' p'pser a dieu q'le fist  
 & q' a tout fait en son priāt deuotement quil l'indōnast grace q' ne

FIGURA VII

Lorloge de Sapience. Verard, 1493. — Blum.  
 Les orig. de la grav. en France. II, est. XXXII.

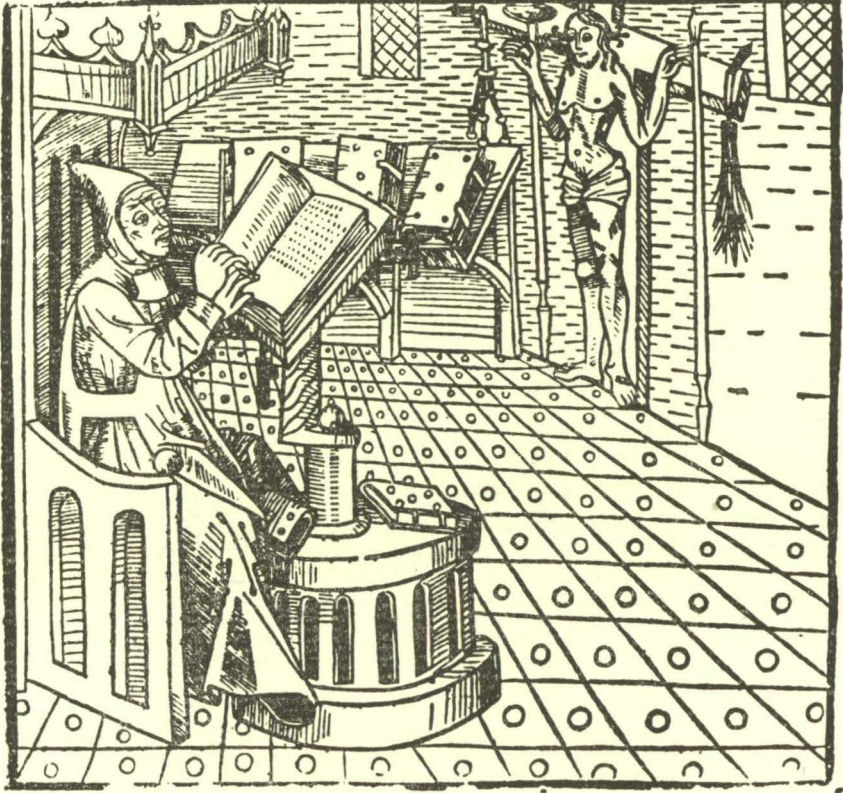


FIGURA VIII

*Grant Vita Christi*. Lyon, 1487. — Blum. *Les orig. de la grav. en France*. II, est. LXII.

na edição que foi dada a público entre 1503 e 1511, por Verard, sob o título: «Cest le romant de la rose moralise cler et net... (Brunet, *Manuel...* III — 1177, 5<sup>e</sup> ed.).

Sendo dois os autores desta obra, era para nós mistério saber a qual deles o desenhador da estampa teria querido representar: a Guillaume de Lorris ou a Jean de Meung?

A dúvida esclareceu-se, muito naturalmente, com o conhecimento que tomamos da mesma estampa, quando colocada na portada de *Lorloge de Sapience nouvellement imprimée a Paris*, que em 1493 o mesmo Verard fez imprimir (Figura VII) (Brunet, *Manuel...* IV-233, VI-64, da 5.<sup>a</sup> ed.).

Creemos não ser conhecido o autor desta obra e apenas sabemos que tendo ela sido originariamente escrita em alemão foi primeiro traduzida para latim e ulteriormente, para francês. Nestas condições tudo leva a crer (?) que o desenhador da estampa tenha querido representar apenas a figura do tradutor Henri de Sew e não o místico autor de *Lorloge*. Tudo isto estará certo, ou quase certo, se amanhã não encontrarmos outra obra anterior com a mesma gravura a querer representar personagem completamente diversa.

Nada por enquanto nos permite supor o uso da estampa do *Cathecismo* em obra saída a público, anteriormente.

O que, no entanto, desejamos acentuar é que no nosso caso como em tantos outros, é impossível fazer, com segurança, qualquer ligação de absoluta certeza entre a figura representada na estampa, com o autor da obra em que ela se nos apresenta. Existem, evidentemente, excepções, mas dum modo geral o rigor na escolha das gravuras destinadas a uma certa obra, tirada na época a que nos temos reportado, era muito escasso, para não dizer nulo.

Diz-nos em seguida o Senhor Dr. Cortês Pinto : «Afigura-se-me por outro lado que o interior, em que se destaca a imagem, está longe de sugerir o ambiente duma aula universitária».

Perfeitamente de acordo. Quanto a nós — digamo-lo desde já — também

está longe de se parecer com o de um recinto de igreja; nesta ordem de ideias, pedimos licença para não concordar com a afirmação que se segue: «A estante de leitura é antes a estante de uma igreja ou sacristia».

O tipo da estante em questão, existia tanto nas igrejas ou sacristias como em qualquer casa de pessoa culta e abastada.

É o antiquíssimo *lustrin* francês cujo modelo do século XV se pode ver na reprodução do ms. lat. 35, da Biblioteca Nacional de Paris: *Vita et pas. S. Dionysii Areop.*, inserta in Duret — *Mobilier, vases, objects et vêtements liturgiques*, pág. 198, ed. 1932.

No entanto, em interiores que ninguém pode classificar como pertencentes a igrejas, encontramos, a cada passo, estantes iguais, de dupla vertente limitando a respectiva caixa destinada a receber livros de pequenas dimensões, papel, ou documentos de natureza diversa. Os pormenores de construção podem variar: eixo direito ou quebrado em ângulo recto, para aproximar ou afastar o livro do leitor ou escritor, eixo em parafuso, para que, rodando a estante, esta suba ou desça, base redonda ou quadrangular com outra caixa para guarda de livros de maiores dimensões, etc. etc.... no entanto, as linhas gerais são sempre as mesmas mas de nenhum modo exclusivas das de igreja.

De resto, se se tratasse de uma igreja que explicação lógica daríamos — se nestas interpretações a nossa lógica tem qualquer cabimento — à presença daquele lebréu que com luxuosa coleira se prepara para tranquilamente roer o seu osso? Não tem ele muito mais aspecto de quem está em sua casa, de que em lugar alheio, nada próprio para cães a roer ossos?

Continuemos porém na análise a que nos entregamos.

«A cátedra pareceu-me mais episcopal do que escolar» escreve em seguida o Dr. Cortês Pinto. Não sabemos se à cadeira em questão poderemos, com rigor, chamar cátedra, mas de qualquer modo, o que cremos é que ela pode, muito bem, nem ser episcopal nem escolar. Para nós, trata-se simplesmente duma cadeira de espaldar alto com dossel, que na época a que nos reportamos, se

destinava a ser ocupada por qualquer elevada dignidade, tanto eclesiástica como secular.

Encontramos uma cadeira do mesmo tipo numa estampa da *Grant Vita Christi...*, Lyon 1487, que reproduzimos na figura VIII. Nela vemos sentado o escritor na atitude de escrever a sua obra. Nem da natureza da mesma nem da dignidade deste autor — Ludolfo da Saxónia — podemos concluir a qualidade episcopal ou escolar da cadeira representada.

Podem aplicar-se iguais considerações à estampa reproduzida na figura IX em frente da folha I da obra de Alain Bouchard: *Les grandes Croniques de Bretagne*, saída a público em 1514.

As vestes roçagantes que ao Senhor Dr. Cortês Pinto pareceram mais naturais num bispo do que na compostura dum lente encontramos-as em personagens que, sabidamente, estão fora dessas dignidades. Os exemplos mais frisantes que de momento nos ocorrem, encontram-se nas estampas insertas nas obras: Bocaccio — *Decameron* — Verard — 1485 e Christophoro Landini — *Formulário di lettere & di orationi uolgari con la proposta & risposta* — Firense — 1504.

Na primeira podemos ver uma xilogravura (*Fig. X*) onde Bocaccio (?) sentado numa cadeira de espaldar e dossel, muito diferentes dos representados no Cathecismo, escreve num livro apoiado em estante de uma só vertente. Conserva na cabeça um barrete de uma única peça e traja vestes, desmedidamente longas<sup>3</sup>.

Se tivéssemos como certo que estas eram mais próprias dum bispo do que dum professor, este exemplo claramente nos demonstrava o contrário.

---

<sup>3</sup> No terço lateral direito da estampa e já fora do aposento em que o erudito autor escreve a sua obra, vemos uma assistência composta de três homens e oito mulheres. Os homens são de fácil identificação: Dioneo, Pamphile e Philostrate; Das oito mulheres só uma está de pé, em meio das restantes, coroada como figura principal. Sendo sete as heroínas do *Decameron* cremos que o ilustrador tivesse querido nela representar a rainha Joana,

Com efeito Bocaccio, que nunca foi bispo, teve a seu cargo funções didáticas, quando aceitou, com o aplauso de toda a Toscana, a regência de uma cátedra que o Senado de Florença tinha acabado de criar. Nela comentou a Divina Comédia, abrindo o seu curso na Igreja de S. Lourenço em 23 de Outubro de 1373.

Também no formulário de Landini (1504) existe uma estampa que representa *um maestro in cattedra e sette discepoli* (Fig. XI). Um destes traja apenas vestes talares.

Pelo contrário o mestre é representado com uns vestidos que pelo desmedido desdobrar dos panejamentos, nos parecem incapazes de lhe permitir dar um passo.

Cremos deste modo, não ser muito para atender no estudo da figura do *Cathecismo* a existência das suas vestes roçagantes, que tanto podem ser atribuídas a um bispo, como a um professor catedrático, como a qualquer personagem a quem o ilustrador quisesse imprimir um porte vincadamente majestoso.

O anjo com a filacteria que ao Senhor Dr. Cortês Pinto «infunde uma sugestão mais religiosa do que escolar», além da Gramática de Estêvão Cavaleiro, do *Thesouro dos Pobres* e no *Comentário* à História de Plínio — todas indicadas por aquele ilustre investigador — encontrámo-lo também, com a mesma disposição, numa outra obra de Pierre Desrey (Fig. XVI) a que mais adiante faremos referência e que pela sua natureza só vem confirmar o carácter religioso que o anjo, primitivamente devia ter.

Para terminar este esboço resta-nos apenas falar de um elemento que, de

---

filha de Roberto, a quem Bocaccio tentou ser agradável por todas as formas. Uma delas foi precisamente a composição das suas cem novelas mais tarde publicadas sob o título de *Il Decameron*, a não ser que se trate da rainha simbólica que cada dia tomava a presidência e a quem todas as outras obedeciam. Neste caso porém, as assistentes seriam sete e não seis como consta do respectivo texto.



FIGURA IX

*Les grâdes croniques*, A. Bouchard. 1514.  
— *Beaux livres* — Bridel, XII-17.

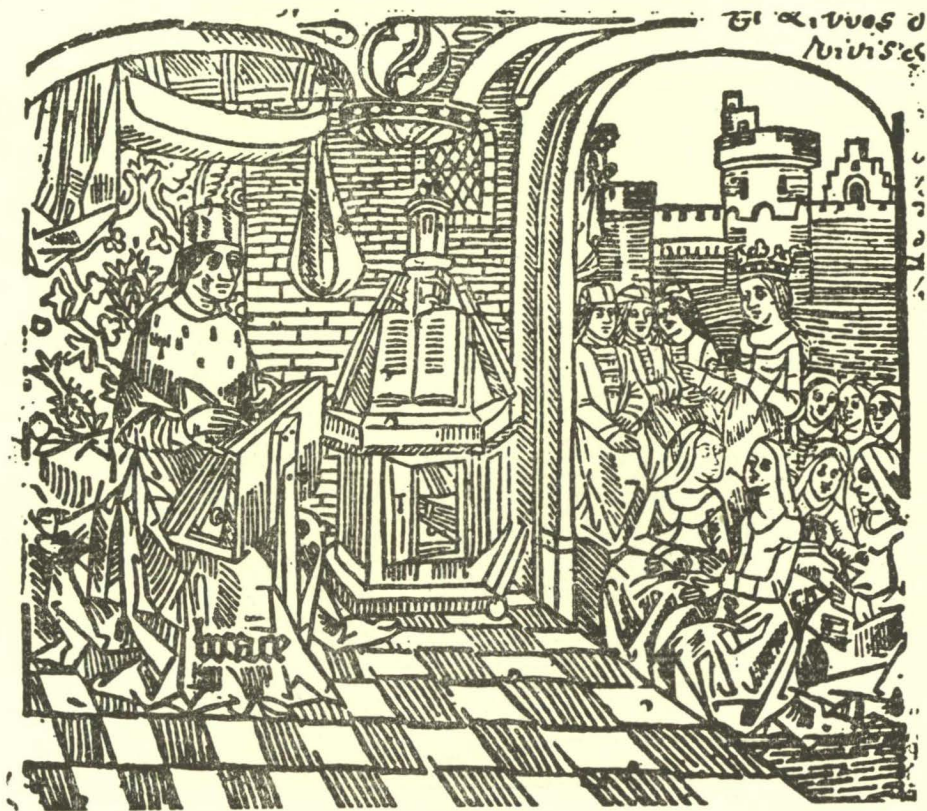


FIGURA X

*Decameron. 1485 — Blum — Les orig. de la grav. en France — II, est. XXXI.*

**F**ormulario di lettere & di orationi volgari con la propria  
sta & risposta / composto per messer Cristoforo Landini.



FIGURA XI

*Formulario. Landini. 1504 — Libri rari,*  
pág. 116 — Hoep. 1953.



FIGURA XII

J. Meschinot. *Les lunettes des Princes*, 1504 — *Cat. de très beaux livres* — ...Bridel — X, pág. 147.

início, julgámos de importância para a interpretação que nos propusemos, mas que hoje consideramos de escasso ou nulo valor: o barrete.

Por comparação feita entre algumas dezenas de estampas chegámos à conclusão de que o barrete de gomos, ou de uma só peça, se encontra em personagens das mais diversas categorias: nomeadamente na estampa do *Formulário* de Landini, os barretes do mestre e da maioria dos discípulos são exactamente iguais.

Pelas muitas razões expostas fica bem demonstrado que a figura não podia, na verdade, ser a de um Prelado, conclusão a que — muito anteriormente a este nosso estudo — chegara o Senhor Dr. Cortês Pinto, embora seguindo via diversa. Propositadamente, não nos referimos ao argumento mais em evidência e que constituiria o caminho mais curto para chegarmos ao mesmo fim, isto é, à ausência absoluta de qualquer insígnia ou atributo episcopal, existente na figura do *Cathecismo*, o que bastaria para nos convenceremos de que o ilustrador, se realmente quis retratar D. Diogo, nunca pensou em o apresentar como bispo, o que seria algo estranho.

### III

#### A ESTAMPA DO CATHECISMO NÃO REPRESENTA NEM UM MESTRE, NEM UM PROFESSOR CATEDRÁTICO

Como dissemos, após exame minucioso de várias estampas em que se repetem características semelhantes e muitas vezes iguais às da figura do *Cathecismo*, o Senhor Dr. Cortês Pinto, reviu o seu parecer inicial. Depois de ter conscienciosamente estudado as obras a que pertencem essas gravuras, o ilustre bibliógrafo, aponta-as, tal como seguem: «a) *Cathecismo* de D. Diogo Ortiz, b) O livro de Estevam Cavaleiro, c) a *Historiarum adversus paganos*, d) O Mer

des Histoyres, e) O Thesouro dos Pobres e f) o «Comentário» de Martinho de Figueiredo».

Acrescentando:

«São seis livros e todos eles são, como vemos, livros de estudo». Com esta base, muito lógicamente, conclui: «hoje, sem pôr de parte a hipótese de se tratar realmente do retrato de D. Diogo estamos convencidos de que a imagem é na verdade a de um Mestre e não a de um Prelado».

A figura do *Cathecismo*, também não representa um mestre e para tal demonstração vamos utilizar o mesmo processo de estudo de que se serviu aquele bibliógrafo para chegarmos a uma conclusão exactamente contrária.

Tudo se resume em apontar a existência de outras obras da época que estudamos, inserindo xilografuras — que supomos terem sido gravadas expressamente para tal fim — e em que o motivo principal é também representado por uma figura com características muito semelhantes às do *Cathecismo*. Simplesmente, o seu carácter didáctico é muito discutível ou francamente inexistente.

São elas, por ordem cronológica do seu aparecimento, as seguintes:

I — Pierre Desrey — *Les postilles et exposition des epistres et evangilles dominicales avecques celles des fêtes sollenelles... et aussi la passion de nostre saulueur...* Guillaume le Rouge — Troye — 1492.

Uma das estampas encontra-se reproduzida na nossa figura XVI. Trata-se de um livro de Teologia que Brunet (*Manuel* IV-841 e *Table meth.* 494 — 5.<sup>a</sup> ed.) inclui entre as obras cujos autores são classificados como intérpretes do Novo Testamento.

Julgo não ter sido livro de ensino para uso corrente de escolares, pelo menos nesta edição, que pelo contrário mais nos parece uma tiragem de luxo, portanto de alto preço, só própria para ser adquirida e estimada como tal. Está

recheada de gravuras, muitas das quais já tinham sido utilizadas nas *Expositions des Evangiles* de Maurice Sully, tanto na tiragem de Chambery de 1484, como na de Chablis em 1489.

I I — *Lorloge de Sapience nouvellement imprimée a paris* — Verard 1493 —

Esta obra foi escrita originalmente em alemão e depois vertida para latim, donde foi traduzida a presente edição.

Brunet (*Manuel*, IV-233 e *Table meth.* 1518, da 5.<sup>a</sup> ed.) classifica-a de «livre ascétique, mystique et extravagant». Também não o julgo livro de ensino. Contém uma estampa que vai reproduzida na (*Fig. VII*) e, que foi aproveitada, pelo próprio Verard, para a impressão do *Roman de la Rose moralisié*, s. d. (c. 1503-1511).

I I I — Meschinot — *Les lunettes des Princes, avec aulcunes balades et additions nouvellement composées par noble homme Jehan Meschinot escuier en son vivant, grant maitre d'hotel de la royne de france, Jean Treperel 1504* — (Brunet — *Manuel* — Supl. I -- 1017).

A estampa reproduzida na figura XII, foi, ulteriormente, utilizada para outras duas obras, representando personagens completamente diversas:

a) No *Dictionnaire des œuvres de tous les temps et de tous les Pays* de Laffont — Bompiani — Paris (1952), volume II, pág. 644, como sendo o retrato de Justino, gravura do século XVI, a ilustrar o artigo que diz respeito à obra: «Histories Philippiques — œuvre capitale de Theopompe de Chios (378 — 304 av. J. C.)...».

b) No *Diário Popular* de Junho de 1954 com uma legenda sotoposta referente à personalidade do médico André Boorde.

Jean Meschinot que nasceu em Nantes, no primeiro quartel do século XV (c. 1415-1420) foi um dos poetas mais ilustres do seu tempo, e a sua única obra publicada, *Les lunettes des Princes*, teve sucessivas edições que marcaram, durante o fim do século XV e o século XVI, o excepcional interesse dos leitores por este livro de poesia.

IV — Alain Bouchard — *Les grãdes croniques de Bretagne, nouvellement imprimées à Paris... Jehan de la roche — 1514.*

Pela figura IX, podemos apreciar a semelhança muito acentuada entre a estampa destas crónicas e a que vem reproduzida na pág. 142 do volume II da *Bibliografia Geral Portuguesa*, como fazendo parte da *Historiarum Adversus paganos*. Ao passo que esta última obra é, sem dúvida, um livro de carácter didáctico (Dr. Cortês Pinto) — *Les grãdes croniques*, não contêm mais do que um amontoado de factos históricos e tradições fabulosas, que o tornam apenas próprio para ser incluído nos romances de Cavalaria tal como podemos ler em Brunet e nas sábias anotações do *Catálogo de Bridel* — XII-19.

O mesmo sucede com a obra seguinte:

V — Guillaume Fillastre — *Le second volume de la Thoison Dor traictant de la vertu de iustice et les autres vertus que delle dependent et procedent — Troyes — Nicolas Le Rouge — 1530 (Fig. XIII).*

É curioso notar que esta estampa foi obtida pela juxtaposição de dois blocos; num deles foi gravada a quase totalidade do desenho. O mais pequeno só se encontra observando com cuidado o canto superior e a margem lateral direitas da estampa. O conjunto teve largo uso e com o decorrer dos tempos desapareceu o mais pequeno. O maior ainda estava em serviço activo no

**C**Le Second volume  
de la **T**hoison dor  
Traictant de la vertu de iustice  
et des autres vertus qui delle  
dependent et procedent.



FIGURA XIII

G. Fillastre — *Le second volume de la Toison Dor...* —  
Troyes, 1530 — *Cat. Beaux livres...* — XII, pág. 50.



FIGURA XIV

*Cy commence ung petit et vile tractie des eaues  
artifficielles... — P. Schenck — Vienne, c. 1490.*



FIGURA XV

Martinho de Figueiredo. *Comentario...* — *Hist. da Lit.*  
*Port. II.* — I, 318.



FIGURA XVI

P. Desrey. *Les postilles et exposition...* Troye, 1492 — Blum.  
*Les orig. de la grav. en France* — II, est. LXXVI.

século XVIII e assim vamos encontrá-lo, não sem pequena surpresa, a ilustrar o prólogo do folheto de cordel *Gallien restauré* que foi impresso em Troyes, por Jean Antoine Garnier, no ano de 1754. A gravura incompleta vem reproduzida em *Le Livre de Colportage en France depuis le XVI siècle*, por Pierre Brochon que atribui, erradamente, a falta do *bloco* pequeno ao facto do conjunto ter sido criado para outra obra e por isso, propositadamente, amputado para ser incluído no *Gallien restauré*.

Julgamos que nenhuma destas obras tem carácter didáctico e nunca devem ter servido para ensino de escolares. Daqui se conclui que os personagens retratados nas figuras que atrás reproduzimos não devem por certo ter sido representados nem como mestres, nem como professores universitários.



Pelo exame global das cinco estampas por nós agora apontadas e pelo das que o Senhor Dr. Cortês Pinto reuniu, somos levados a crer que a figura que em todas elas aparece com características idênticas, nos surge como *simbòlicamente* representativa do autor da obra, melhor dizendo como um letrado, qualquer que seja a sua condição, eclesiástica ou secular, magnificamente instalado no seu gabinete de trabalho.

Com acompanhamento de mobiliário sumptuoso, a figura aparece sempre rodeada do aparato mais comumente tido como indispensável para a execução da obra a realizar, ou já realizada, tal como a abundância de livros de consulta ou de livros já escritos pelo mesmo autor, a estante imprescindível para a leitura e escrita, o tinteiro, a caneta e o raspador.

Por todo este conjunto e pelo trajar de vestes, pomposamente, pregueadas, a figura destinava-se a imprimir no leitor, logo à entrada do volume, uma ideia da sua extraordinária dignidade e elevada categoria literária.

Somos, portanto, de parecer que a figura do *Cathecismo*, tal como as congêneres, a que acima nos referimos, não representam um bispo, nem um mestre, nem um professor universitário, mas apenas, simbolicamente, o Erudito, o Letrado, o Escritor, o homem capaz de colocar o seu nome na portada de um livro de categoria quer esta fosse: científica, didáctica, religiosa, poética, etc. etc.

Não deixaremos, por fim, de fazer referência a uma gravura, (*Fig. XIV*) que com características muito semelhantes às que atrás apontamos, ilustra o verso da folha 1 da obra: *Cy commence ung petit et vtile traictie des eaues artificieles et les vertus et proprietes dicelles a Vienne* [Dauphiné] *par maitre Pierre Schenck*, s. d., mas c. 1490.

De todas as estampas reproduzidas é esta a única que representando um escritor sentado à sua estante de trabalho, nos permite, sem dúvidas, conhecer a sua profissão. Trata-se de um médico identificável pelo vaso de urina e pelo boião das drogas medicamentosas que assentam nas prateleiras da estante.

Neste caso a perfeita ligação do texto da obra com a representação do autor, perde-se, passado pouco tempo, quando a mesma gravura reaparece a ilustrar obras diferentes: *Quinze joies de mariage* de P. Bouttelier et *Liber Henrici contra fortunam*, de P. Mareschal e B. Chaussart, 1501. (Cf. *L'Imprimerie a Vienne en Dauphiné, au XV siècle* de Dalbanne et Droz, 1930, págs. 247 e 250).

#### IV

### A ESTAMPA DO CATHECISMO NÃO DEVE REPRESENTAR O RETRATO DE D. DIOGO

Com respeito à afirmação do Senhor Dr. Rocha Madail, de que, nos meados do século XVI, a pouco mais estávamos limitados do que à importação de gravuras estrangeiras, ignoramos a existência concreta de centros que

nos fornecessem madeiras, já prontas a imprimir ou destinadas apenas a sofrer ligeiras modificações feitas por gravadores nacionais.

Sabemos, no entanto, que as gravuras circulavam não só de um país para outro, mas dentro da mesma cidade eram pertença sucessiva de vários impressores; uma vez adquiridas eram cedidas, por empréstimo, por aluguer ou por venda, a outros impressores que, deste modo, as incluíam no seu material tipográfico dando-lhes o uso que melhor entendiam.

É portanto naturalíssimo que connosco succedesse o mesmo e que muitas madeiras nos tivessem chegado do Estrangeiro por meio de qualquer das referidas modalidades.

Além da importação de blocos e da pouco provável criação de um ou outro retrato original, temos também que considerar a cópia ou *adaptação* de gravuras já estampadas no Estrangeiro, particularmente a reprodução daquelas que pela sua composição mais se adaptavam ao gosto da época. Estas, ao serem transportadas e gravadas em novo *bloco* sofreram por vezes tratos de polé, nas mãos inhábéis dos copistas, que com imperícia notável, transformaram em autênticas monstruosidades verdadeiras obras primas da xilogravura dos séculos XV e XVI.

Como exemplo de cópia que, particularmente nos interessa, ocorre-nos a estampa que em 1529 Germão Galharde fez imprimir nos *Comentários* de Martinho de Figueiredo, à *História Natural de Plínio*, (*Fig. XV.*) Esta gravura serviu ao Senhor Dr. Cortez Pinto, para do seu estudo deduzir a possibilidade de a figura, aí representada, ser um mestre, dado o carácter didáctico da obra em que se encontra.

Pois o desenho — não a madeira — já em 1492, tinha servido a Guillaume le Rouge para ilustrar a obra de Pierre Desrey que apontamos atrás e que reproduzimos na figura XVI para comparação com a figura XV.

Trata-se na verdade de uma cópia autêntica, lavrada por mão imperita que, no entanto, não esqueceu qualquer pormenor; repare-se na conservação do

cordão franciscano, cujo significado nos sentimos incapazes de explicar em relação às duas figuras que o ostentam.

Exemplos de *adaptação* existem vários que por agora nos não interessam. Apenas, em particular, formulamos a hipótese, sob todas as reservas, de a nossa figura do *Cathecismo*, ter sido adaptada ou criada seguindo o modelo da figura contida na estampa que ilustra a obra *Lorloge de Sapience* — 1493 — ou qualquer outra que pertencesse ao tipo desta última e composta por elementos cuja reprodução estaria em voga nessa altura (*Fig. XVII e XVIII*).

Referimo-nos, por agora, apenas isoladamente, às figuras principais e não à composição geral das duas gravuras.

Aquelas ostentam — exceptuando o barrete — vestuário exactamente igual, como igual é a posição do corpo, ligeiramente voltado para a direita do observador; a figura de *Lorloge*, mais comodamente sentada, a outra do *Cathecismo*, mais inteiriçada com uma desproporção manifesta entre a altura do tronco e o comprimento dos membros inferiores. Muito semelhantes são os tufo laterais dos cabelos que sobressaem do barrete. O formato de nariz, a posição dos olhos e, especialmente, a colocação da boca, descaída sobre a commissura direita — mais exageradamente na gravura do *Cathecismo* — fazem saltar ao nosso espírito a ideia de uma adaptação.

Mas logo que passamos aos restantes pormenores das duas figuras, mais particularmente aos do vestuário, a nossa primeira convicção só encontra motivos para se arrear. A pequena capa que as figuras têm sobre os ombros, não só foi desenhada com o mesmo feitio, mas gravada com os mesmos traços; o sombreado da sua parte lateral esquerda, para dar ideia da bojadura da arca do peito, é obtida, do mesmo modo. A posição do antebraço direito e o desenho da respectiva manga, exactamente iguais.

A mão direita sofreu na gravura do *Cathecismo*, embora com desenho geral semelhante, um ligeiro movimento de supinação por ter deixado de segurar o livro aberto que se vê na estampa do *Lorloge*. A cintura encontra-se em



FIGURA XVII

D. Diogo Ortiz. *Cathecismo Pequeno*, 1504.  
(fragmento)



FIGURA XVIII

*Lorloge de sapience, 1493.*  
(fragmento)


 **L** tresor des poures: selon  
maistre Arnoult de ville no  
ue: maistre Gerard de solo: 7  
plusieurs aultres Docteurs  
en medecine de Montpellier. Nou  
uellemét imprime et corrige.



FIGURA XIX

A. de Vilanova — *Les Trésor des pauvres.* —  
*Bibliog. Geral Port.* — II, 333.

ambas abraçada pela mesma fita e se repararmos na sobreposição dos panejamentos que, desde essa fita, cobrem os joelhos e se alongam pelo chão, vemos que não só o aspecto geral é o mesmo mas que as dobras e os sombreados são obtidos por traços muitas vezes rigorosamente sobreponíveis.

Ainda fora da figura a adaptação continua pelo menos em dois pormenores. O primeiro diz respeito à estante, cujo feitio — com excepção da base — é absolutamente igual; o eixo vêmo-lo encurtado na gravura do *Cathecismo*, apenas para dar lugar à filacteria do anjo. O segundo encontra-se no pequeno ornato que encima a face anterior do braço visível do cadeirão e que no *Cathecismo*, não só foi exactamente copiado, mas até acrescentado com outro igual para a face lateral externa do mesmo braço.

Por todas as razões somos, fortemente, levados a crer que as figuras das estampas que agora nos ocupam, ou foram ambas criadas pelo mesmo modelo ou a do *Cathecismo* é uma quase cópia da que encontramos no *Lorloge*.

Quanto ao delineamento geral, da gravura do *Cathecismo*, o caso é diferente.

Já o Senhor Dr. Cortês Pinto chamou a nossa atenção para o facto da estampa desta obra ser em tudo idêntica à gravura que ilustra a portada da obra de Arnaldo de Vila Nova, *Le Trésor des pauvres*, na edição de Paris, s. d. mas do princípio do século XVI (*Fig. XIX*).

Na verdade a composição das duas gravuras é precisamente a mesma, mas os méritos artísticos e técnicos dos respectivos gravadores é que de modo algum se assemelham.

A estampa do *Cathecismo* é, sob qualquer ponto de vista, superior à do *Tesouro dos Pobres* e de tal modo que, mesmo sem sabermos a data precisa da sua tiragem se neste caso se trata de uma cópia — consideramos original a do *Cathecismo* e cópia a do *Tesouro*.

Podemos, em boa verdade, também admitir a hipótese das duas gravuras terem sido copiadas de um mesmo modelo anterior, por dois gravadores, um

bom e outro péssimo, mas se assim foi, isto em nada tira ou acrescenta ao nosso parecer de que a gravura do *Cathecismo* tenha vindo até nós do Estrangeiro.

De qualquer modo não é gravura original portuguesa e, sendo-o para que representasse o retrato de D. Diogo, apenas se podem encarar duas hipóteses:

- 1) Ter sido incorporada na *madeira* importada a cabeça de D. Diogo. (cf. Dr. Cortês Pinto, *obra* e págs. cit.).
- 2) Ser a gravura aberta em Portugal, à vista de um modelo original estrangeiro de onde tivesse sido copiada a estampa do *Tesouro* e sobre a qual a nossa fosse também delineada com o retrato de D. Diogo.

Nenhuma das hipóteses nos parece sequer provável.

Quanto à primeira existem exemplos de substituição de cabeças em figuras representativas de duas ou mesmo de três dignidades diversas. Nomeadamente, na estampa de Verard que serviu para três obras diferentes (*Bataille Judaique*, *Chroniques de France* de 1493 e *Lancelot du Lac* de 1494), e ostenta o mesmo cavaleiro, primeiro representando um bispo mitrado, depois o mesmo cavaleiro com uma coroa real e no qual, por fim a coroa é substituída por um elmo. Conforme o assunto tratado, houve necessidade de fazer as substituições referidas, mas o que nunca alguém se lembrou, foi de afirmar que essas substituições fossem feitas para representar o retrato do bispo, do rei ou do Lancelot.

Gravuras em que os traços fisionómicos fossem alterados para as figuras representarem os retratos de dois autores de obras literárias nenhum conhecemos e, se existem, são certamente muito raros.

As diferenças de fisionomia que se notam nestas adaptações, julgamo-las devidas mais à inhabilidade de copista ou adaptador ou à sua falta de interesse em reproduzir exactamente os traços fisionómicos do modelo original, do que propriamente à intenção de criar o retrato do autor da nova obra a que a estampa se destinava.

Quanto à segunda hipótese, é também inconsistente. Numa época em que um determinado retrato — chamemos-lhe assim — servira para representar per-

sonagens muito diferentes, apenas com alteração da legenda ou em que uma figura, munida dos atributos reais fôra utilizada em reinados sucessivos, não podemos pretender que tivesse existido uma excepção entre nós para o retrato de D. Diogo que assim teria sido gravado, expressamente, para ilustrar o *Cathecismo*.

Sendo costume mais ou menos frequente — conforme as necessidades — a utilização pelos mais cuidadosos editores, particularmente, pelo muito célebre Antoine Verard, das mesmas gravuras em obras de autores diversos, não cremos que uma dessas estampas que hoje pensamos ser o retrato do autor A, fosse aplicada numa obra do autor B, no mesmo país, na mesma cidade e com ambos os autores vivos, sem que estes e o público, imediatamente, se insurgissem contra tal abuso.

Em resumo, pela falta de dados iconográficos relativos ao bispo D. Diogo, não possuímos por agora elementos concretos que nos permitam afirmar se no caso da estampa do *Cathecismo* a figura gravada é ou não o verdadeiro retrato do famigerado bispo de Ceuta.

Indirectamente, no entanto, somos de opinião, que os traços fisionómicos ali representados, tanto podem assemelhar-se aos de D. Diogo como aos de qualquer outro — ou aos de nenhum — autor seu contemporâneo.

## V

### A ESTAMPA DO CATHECISMO NÃO REPRESENTA O RETRATO DE D. DIOGO ORTIZ

Os quatro capítulos anteriores encontravam-se escritos e prontos, tal como acabam de ser apresentados, desde Agosto de 1953. Razões de ordem diversa obrigaram-nos a não lhes dar maior importância do que aquela que realmente

têm, e por tal os deixámos adormecer na nossa mesa de trabalho. No decorrer de 1954 acedemos, extremamente penhorados, ao honrosíssimo convite que o eminente iconógrafo Prof. Ernesto Soares nos dirigiu, para do referido artigo extractar uma ou outra notícia que fosse de mais particular interesse, nomeadamente a do pseudo retrato de D. Manuel I, muito anterioremente, estampado em Salamanca.

Esses extractos foram publicados no suplemento do *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, n.ºs 4258 e 4424-A., e mais tarde no artigo que o mesmo autor publicou sob o título de *A Ilustração do Livro* no 4.º volume da «Arte Portuguesa» de João Barreira.

Quanto à estampa do *Cathecismo Pequeno*, era tão forte a nossa convicção de que a figura nela representada não sendo bispo, nem mestre, nem professor universitário, também não era o retrato de D. Diogo, que sempre firmemente abrigámos a esperança de o podermos demonstrar, não pelo exame comparativo com estampas similares coevas mas sim pelo achado da mesma gravura a ilustrar uma obra de autor diverso e impressa anteriormente a 1504, data em que o *Cathecismo* veio a público.

Neste sentido não enfadaremos o leitor com a pormenorização das muitas fontes consultadas, que dizem, especialmente, respeito a incunábulo ilustrado estrangeiro, pois é convicção nossa de que a gravura em questão chegou a Portugal, por encomenda feita em país estranho.

Digamos sòmente que a missão que nos impusemos foi extraordinariamente dificultada pela quase ausência de obras bibliográficas necessárias nos nossos centros de estudo — nomeadamente na Biblioteca Nacional — e também pelo elevado custo que as mesmas atingem no mercado.

De qualquer modo todas as pesquisas feitas foram infrutíferas tanto as efectuadas em Lisboa, como no Estrangeiro.

Passado mais de todo um ano sempre acalentando a mesma esperança, vimos, afinal, a receber o prémio de tão longa persistência, colhendo-o onde

menos o julgávamos possível. Com efeito, as duas condições atrás referidas que tanto ambicionávamos ver reunidas — utilização da gravura do *Cathecismo* em obra impressa anteriormente a 1504, saída do punho de outro autor que não do de D. Diogo Ortiz — existem, efectivamente, e encontramos-las juntas em uma só obra, que por sinal foi impressa em Portugal no alvorecer do século XVI.

Referimo-nos à *Glosa famosissima* de D. Jorge Manrique, um 4.º de 20 folhas, gótico, com gravuras, saído das oficinas de Valentim Fernandes em Lisboa, no ano de 1501.

Tal como o *Cathecismo* esta edição da *Glosa*, inclui, no verso da portada, a mesma estampa cuja reprodução publicamos em dimensões reduzidas, repetindo a seu lado, para maior facilidade de comparação, aquela que agora podemos, francamente, designar como pseudo-retrato de D. Diogo Ortiz de Villegas. (*Figs. XX e XXI*).

Não temos a mais pequena dúvida de que as duas estampas saíram de uma mesma *madeira*, e concordam em todos os pormenores, apenas diferindo na legenda da filacteria que no *Cathecismo* contém o *Venite ad aquas* — e que anteriormente na *Glosa* tinha sido preenchida pelo clássico e famosíssimo *Recuerde el alma dormida*, de D. Jorge Manrique.

Trata-se pois de um *bloco* que foi pertença de Valentim Fernandes e por este utilizado em 1501 para ilustrar o verso da portada da *Glosa*.

Três anos mais tarde concorreu com ele na sociedade estabelecida com João Pedro de Cremona e por ambos foi utilizado na decoração do *Cathecismo*.

A *Glosa famosissima* é obra de grande raridade, que supomos inexistente em Portugal. De todos os bibliógrafos nacionais consultados e que se lhe referem sempre sumariamente, como livro raríssimo que nunca viram, apenas Ribeiro dos Santos teve em seu poder um exemplar. (*Memórias da Literatura*, VII — 130 n. a.).

Os restantes ou se copiaram mutuamente ou foram beber ao Brunet e ao *Ensayo* de Gallardo os ensinamentos que nos transmitiram.



FIGURA XX

*Catecismo Pequeno* de D. Diogo Ortiz. Lisboa, 1504.  
— Biblioteca da Ajuda.



FIGURA XXI

*Glosa famosissima sobre las coplas de dō Jorge Marriq̄.*  
Lisboa — Valentim Fernandes, 1501.

Daí a ignorância em que temos estado acerca da existência da estampa da *Glosa*, posteriormente inserta no *Cathecismo*.

Note-se que Sousa Viterbo transcrevendo a notícia dada por Gallardo faz referência a uma estampa que no verso da portada da *Glosa* contém «un angel (que) sostiene en una cinta à guisa de lema el conocido verso: *Recuerde el alma dormida* — «(A. Lit. Hesp. em Portug. págs. 240)». Não teve porém possibilidade de a ver e daí o não ter dado a indicação de ser a mesma estampa do *Cathecismo*.

Como se trata de uma obra desconhecida entre nós, reservamos-lhe num futuro próximo, um artigo mais desenvolvido, para o qual já temos reunida grande parte dos elementos necessários.

Limitamo-nos por agora a focar, entre algumas *novidades* que o seu estudo trará ao conhecimento público, a necessidade de deslocar para 1501 a data do início dos privilégios de impressão dos livros portugueses. Deste modo avançamos um passo no esclarecimento da dúvida que Anselmo nos transmitiu quando na *Bibliografia das obras impressas...* págs. 155, descrevendo a traços largos a sùmula biográfica de Valentim Fernandes, nos informa de que *O Marco Paulo*, por este impressor publicado em 1502, é talvez o livro que primeiro teve privilégio de impressão em Portugal».

Registamos por isso a indicação da primeira garantia conhecida dever ser transferida do *Marco Paulo* para a *Glosa*, deslocando-a assim de 1502 para 1501 e, possivelmente, colocando neste mesmo ano a data do início dos privilégios em Portugal.

Por último, supomos objectivamente demonstrado que a estampa do *Cathecismo*, além de não representar nem um Bispo, nem um Mestre, nem um Professor catedrático, também não pode ser — pela utilização que lhe foi dada em 1501 — representativa dos caracteres fisionómicos do famoso bispo de Ceuta, D. Diogo Ortiz de Villegas.

# Castro de Vila Nova de S. Pedro

VIII — Campanha de Escavações de 1955 (19.<sup>a</sup>)

pelo

sócio efectivo

Afonso do Paço

e por Edward Sangmeister

## Castro de Vila Nova de S. Pedro\*

VIII — Campanha de Escavações de 1955 (19.<sup>a</sup>)

### PREÂMBULO

JÁ por várias vezes dissemos que as escavações de Vila Nova de S. Pedro tomaram novo rumo a partir de 1951, ano em que se encontrou um curioso pano de muralha na parte interior do recinto fortificado (figuras 1 e 6, F), bem como se pôs a descoberto um ligeiro resto de camada estratigráfica situada na base do castro e correspondente aos primeiros povos que ali se estabeleceram<sup>1</sup>.

---

\* Elementos deste estudo serviram de base a uma comunicação apresentada à Academia Portuguesa da História em 6 de Abril de 1956.

— Das campanhas de escavações de 1952 e 1953 já se deu notícia numa comunicação apresentada ao IV Congresso Internacional das Ciências Pre-históricas e Proto-históricas, reunido em Madrid em 1954. Serão porém motivo de estudo mais desenvolvido a fazer posteriormente, em conjunto com a de 1954.

<sup>1</sup> Afonso do Paço e Maria de Lourdes Costa Artur: «Castro de Vila Nova de S. Pedro: I — 15.<sup>a</sup> campanha de escavações (1951)». *Brotéria*, vol. LIV, Lisboa, 1952.

Este facto, permitiu-nos determinar mais tarde um período de habitação *pre-campaniforme*<sup>2</sup> dentro daquilo que se chama o *Eneolítico*<sup>3</sup>.

Até aqui, nas escavações a que se procedera em grutas mais ou menos remexidas, ou em povoados revolvidos pelos trabalhos agrícolas, apenas se poderia *constatar a presença de povos portadores do vaso campaniforme*, sem que fosse possível estabelecer uma estratigrafia reveladora de uma maior ou menor antiguidade dos mesmos.

Entre nós, até hoje, tal facto apenas se pode verificar em Vila Nova de S. Pedro a partir de 1951.

O conhecimento das muralhas acima referidas continuou em 1952, ano em que se pôs a descoberto um forno de cozer cerâmica<sup>4</sup>.

Ao findar a campanha desse ano e perante a extensão de muros interiores que já se divisavam, começámos nos últimos dias de trabalhos a procurar a sua parte exterior, tacteando com mil cuidados o terreno para que nada se destruísse.

Sem resultados positivos por essa ocasião, continuámos a sua busca em 1953, logrando-se então não só encontrá-la, como até reconhecer-lhe o cubelo n.º 1 e curiosos trechos à direita e à esquerda do mesmo, verificar a sua espessura e acentuada sinuosidade.

---

<sup>2</sup> Afonso do Paço: «Castro de Vila Nova de S. Pedro: VI — Campanhas arqueológicas de 1943 a 1950». *Arqueologia e História*, vol. III, Lisboa, 1954.

<sup>3</sup> Bosch-Gimpera, no seu trabalho: «La edad del bronce de la península Ibérica» (*Archivo Español de Arqueología*, vol. XXVII, Madrid, 1954), é de opinião que se manteve a designação *Eneolítico* em vez de *Bronze I*. Para este arqueólogo, o *Bronze* na Península, começa com o chamado *Bronze II* de Santa-Olalla e Mac-White.

<sup>4</sup> Afonso do Paço: «Sementes pre-históricas do castro de Vila Nova de S. Pedro». Academia Portuguesa da História, *Anais*, II série, vol. 5, Lisboa, 1954.

— Idem: «Necrópole de Alapraia». Academia Portuguesa da História, *Anais*, II série, vol. 6, Lisboa, 1956.

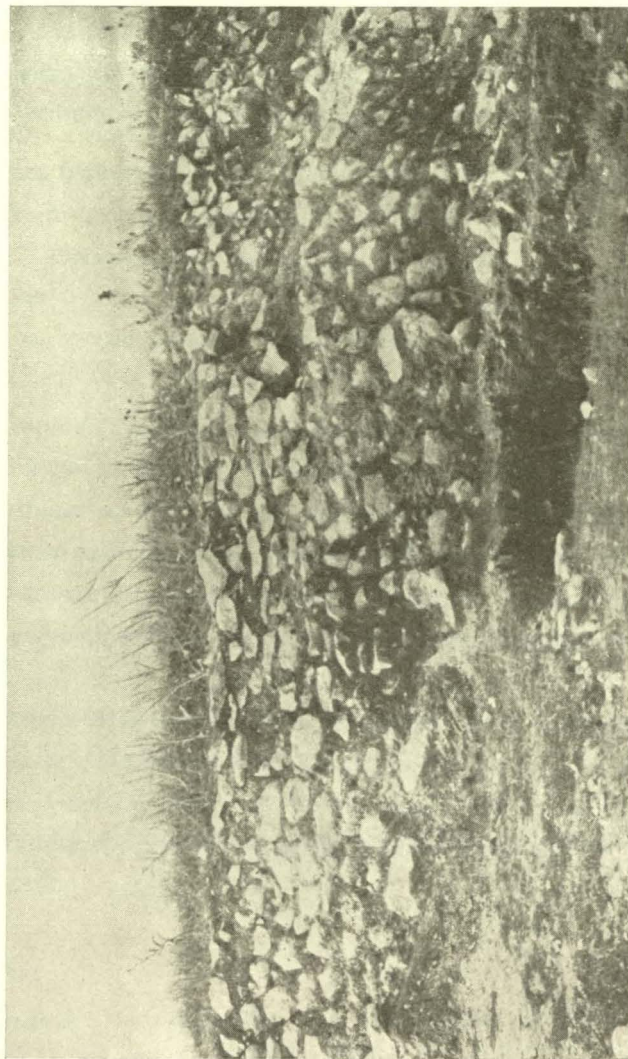


FIGURA 1

*Pano de muralha interior posto a descoberto durante a escavação de 1951*

Tínhamos portanto, nas campanhas de 1952 e 1953, constatado qualquer coisa de diferente em escavações desta época pre-histórica:

a existência de *um recinto fortificado, contendo ainda notáveis restos e de um forno de cozer cerâmica;*  
e dentro do chamado *eneolítico* distinguido  
dois extractos: um *pre-campaniforme* e outro *campaniforme*.

Foram estes factos que, dados a conhecer ao IV Congresso Internacional das Ciências Pre-históricas e Proto-históricas reunido em Madrid de 21 a 27 de Abril de 1954<sup>5</sup>, chamaram de tal maneira a atenção dos cientistas sobre o nosso castro que o Prof. Doutor Júlio Martínez Santa Olalla, que presidia aos trabalhos da Secção em que apresentamos o nosso comunicado, disse o seguinte:

*«El mundo científico internacional, a lo largo de quince años, ha venido teniendo noticias por las publicaciones del inolvidable Padre Jalhay y el Sr. Afonso do Paço de las escavaciones em Vila Nova de S. Pedro, que tienen el más alto interés histórico e documental, no solo para la Historia portuguesa sino para la Historia Universal, especialmente del Mediterráneo y Proximo Oriente y Paizes Atlanticos Europeus.*

... ..  
*Ante la importancia trascendental del yacimiento y, para conocimiento y orgullo de las Autoridades Portuguesas, se hace constar la felicitation de la Seccion V del IV Congreso Internacional de Ciencias Pre-historicas e Proto-historicas al Sr. do Paço y a la Señorita Costa Arthur y se encarece*

---

<sup>5</sup> Afonso do Paço e Maria de Lourdes Costa Artur: «Castro de Vila Nova de S. Pedro: Nota sobre as duas últimas campanhas (1952 e 1953)». Em via de publicação.

*à la Nacion Portuguesa la importancia fundamental de Vila Nova de S. Pedro y la esperanza que tienen de que para dichas escavaciones reciban sus Directores todo lo apoio moral y material necessário»* <sup>6</sup>.

No ano de 1954 continuámos no propósito de procurar o contorno exterior da muralha, verificar o seu sistema de construção e época da vida do castro em que teria sido levantada.

Outro dos intentos da campanha desse ano foi o de não deixar de obter elementos sobre o extracto pre-campaniforme e campaniforme.

Puseram-se a descoberto os cubelos n.ºs 2 e 3<sup>7</sup>, ambos voltados ao Norte e que, sendo de um belo traçado semi-circular, formam o troço mais perfeito do que nos resta de tão curiosa fortificação (figuras 2 e 3).

A sua altura, que é ainda bastante apreciável, atinge 3,™60 no recôncavo entre os dois cubelos referidos.

Cubelos e muralhas apresentam uma ligeira inclinação para o interior de maneira a formar com o solo um ângulo agudo.

As pedras que entram na sua constituição são muito irregulares, não facetadas, e para as segurar há entre elas um leito de barro amassado, espécie de argamassa, que as prende com certa solidez (figuras 1 e 4).

Feito um reconhecimento no interior da muralha, que apresenta espessuras que vão de 3 a 7 metros, verificou-se que a face exterior da mesma, numa profundidade de 1,™80, era constituída pela tal argamassa de pedras e barro, seguindo-se depois uma zona de pedras e terras soltas, espécie de enchimento que a parte consolidada do exterior e outra do interior seguravam perfeitamente.

---

<sup>6</sup> As escavações de 1952 e 1953 foram realizadas pelo signatário em colaboração com a Dr.<sup>a</sup> D. Maria de Lourdes Costa Artur.

<sup>7</sup> Para dimensões e planos, etc., consultem-se as figuras n.ºs 6, 7 e 8.

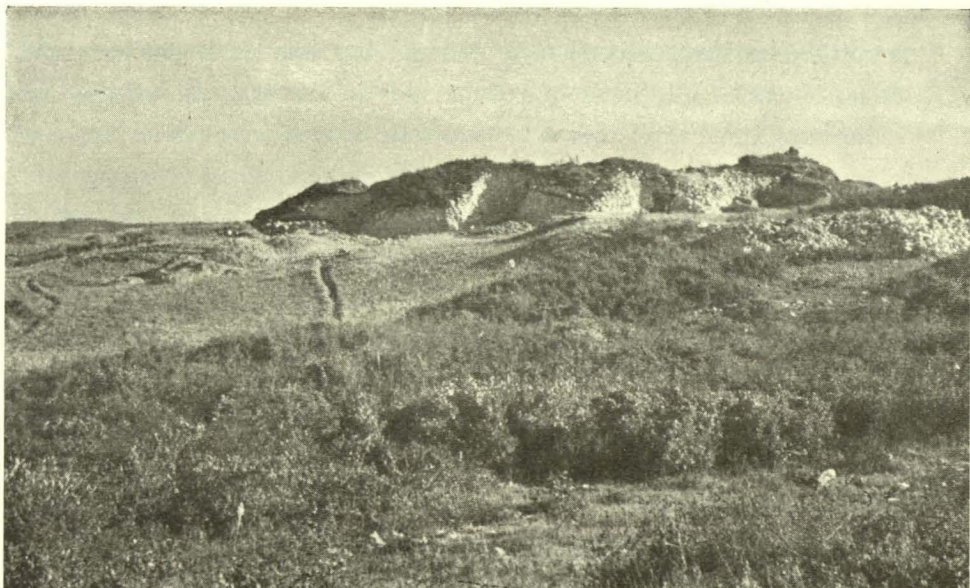


FIGURA 2

*Vista do castro tirada do lado norte, vendo-se os primeiros cubelos*



FIGURA 3

*Cubelos n.ºs 1, 2 e 3*

Nos anos anteriores, pelo que nos fora dado observar, pareceu-nos que a muralha assentava directamente no tufo calcáreo que constitui a base do castro e sobre o qual se estabeleceram os primeiros habitantes. Seria assim, contemporânea das primeiras gentes que ali viveram.

Porém, neste ano, no recôncavo entre os cubelos n.ºs 2 e 3, verificou-se que uma parte da construção assentava sobre uma espessa camada de carvões, cinzas, ossos e cerâmicas queimadas, que se estenderia por debaixo da fortificação, pois se divisava também no interior do recinto amuralhado, do lado direito do forno (figura 4).

Analisados os factos, pareceu-nos que este conjunto não formava um amontoado provocado por incêndio nem um sólido estrato, mas antes um simples depósito solto de coisas que a pouco e pouco para ali foram arremessadas.

As cerâmicas campaniformes que, como nos anos anteriores, nos mereciam atenções muito especiais, podemos mesmo dizer a atenção número um, continuavam a manifestar-se apenas em camadas mais altas, muitas vezes não só cobertas por materiais provenientes de desmoronamentos, como entre os próprios elementos desmoronados.

Escasseiam em Vila Nova, quase totalmente as taças baixas de bordos desenhados, género Alapraia, S. Pedro do Estoril, Montes Claros, Palmela ou Cova da Moura. Em dezanove anos de escavações apenas encontrámos dois pequeninos fragmentos <sup>8</sup>.

Em compensação aparecem-nos umas vasilhas grandes, no geral de bordos encurvados para o interior e ricamente decoradas de pontilhados.

Outro problema que nos mereceu atenções especiais foi o do forno semi-circular (figuras 5 e 8), um dos mais importantes achados deste castro e parece-nos que podemos asseverar, único até agora em povoados deste período

---

<sup>8</sup> ...«Sementes pre-históricas do castro de Vila Nova de S. Pedro».... pág. 325.

arqueológico, conforme se referiu no IV Congresso Internacional das Ciências Pre-históricas e Proto-históricas <sup>9</sup>

Logo após o seu encontro, em 1952, tratámos de o estudar em todos os pormenores, bem como relacionar com achados idênticos que porventura existissem <sup>10</sup>.

Verificámos que uma parte se encostava à muralha, mas o seu reconhecimento total não se podia fazer sem a destruição de um dos elementos, operação que nos pareceu criminosa. A outra era defendida por uma espessa e compacta camada de barros amassados, que também respeitámos, por ser a melhor garantia de conservação daquela tão importante obra de arte, que na feitura apresenta uma técnica diferente da de qualquer outra deste castro.

A sua construção, semi-circular e ligeiramente abobadada, tem uma espessura média de 0,90 e apresenta ainda uma altura de 1,30 (figura 8).

Observou-se que o lar, de que se conservam uns restos junto da raiz da abóbada, era de terra que se apresentava queimada pelas operações de cozedura.

Para ele não se fizera nenhuma obra especial, apenas se aproveitaram os terrenos sobre que se levantou a construção, no caso presente a camada estratigráfica que existe na base do povoado.

Sobre este lar havia bastantes elementos cerâmicos, muito fragmentados e de excelente cozedura.

Era pois bem nítida a impressão de que, quando foi destruído, se encontrava o forno em plena laboração, contendo dentro vasilhas de diferentes tamanhos, predominando as maiores à direita e as menores à esquerda.

---

<sup>9</sup> «Castro de Vila Nova de S. Pedro. Nota sobre as duas últimas campanhas (1952 e 1953)».

<sup>10</sup> Para tanto solicitámos informes dos mais conceituados especialistas do Eneolítico da Espanha, França e Inglaterra, todos nos asseverando que nada conheciam naquele género.

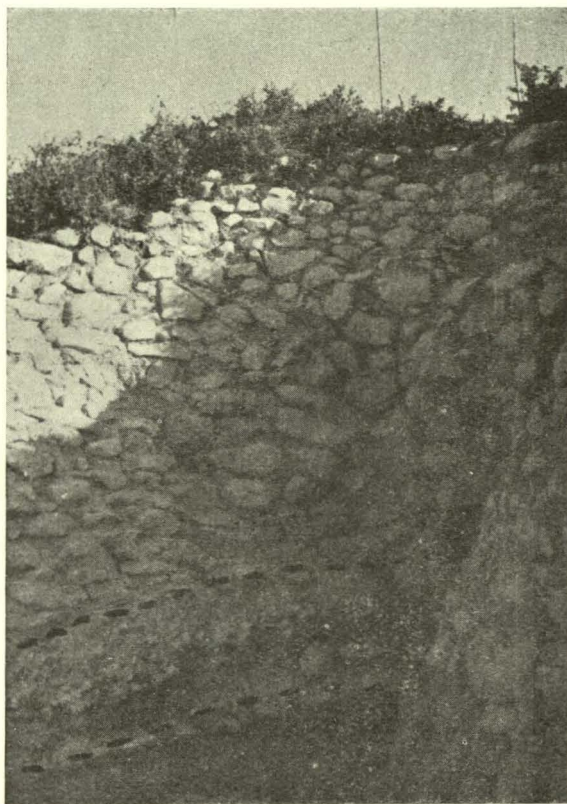


FIGURA 4

*Detalhe do recôncavo entre os cubelos n.ºs 2 e 3. Note-se a imperfeição da construção. Entre duas linhas ponteadas fica o aglomerado de ossos, carvões, etc., sobre que se edificou a muralha. Na parte inferior está o tufo calcáreo*



FIGURA 5  
*Vista do forno*

Dentre estes recipientes havia alguns com decorações incisas e brunidas, e outros desprovidos de ornamentação.

Notou-se ausência total de cerâmicas campaniformes ou com ornatos pontilhados.

Conjuntamente com o vasilhame, por ocasião da cozedura, haveria dentro do forno bastantes pedaços de madeira a arder, os quais não chegaram a uma combustão completa porque, caindo sobre eles as paredes, ficaram soterrados.

Pelo pouco que nos restava, quer-nos parecer que os recipientes de barro estariam mais dispostos junto das paredes do forno, ficando a meio as madeiras em combustão. Contudo havia alguns fragmentos destas junto das cerâmicas.

Das madeiras incompletamente queimadas mandámos em 1953 amostras para a América, por intermédio dos Serviços Culturais da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa, a fim de serem estudadas sob o ponto de vista do *Carbono 14*.

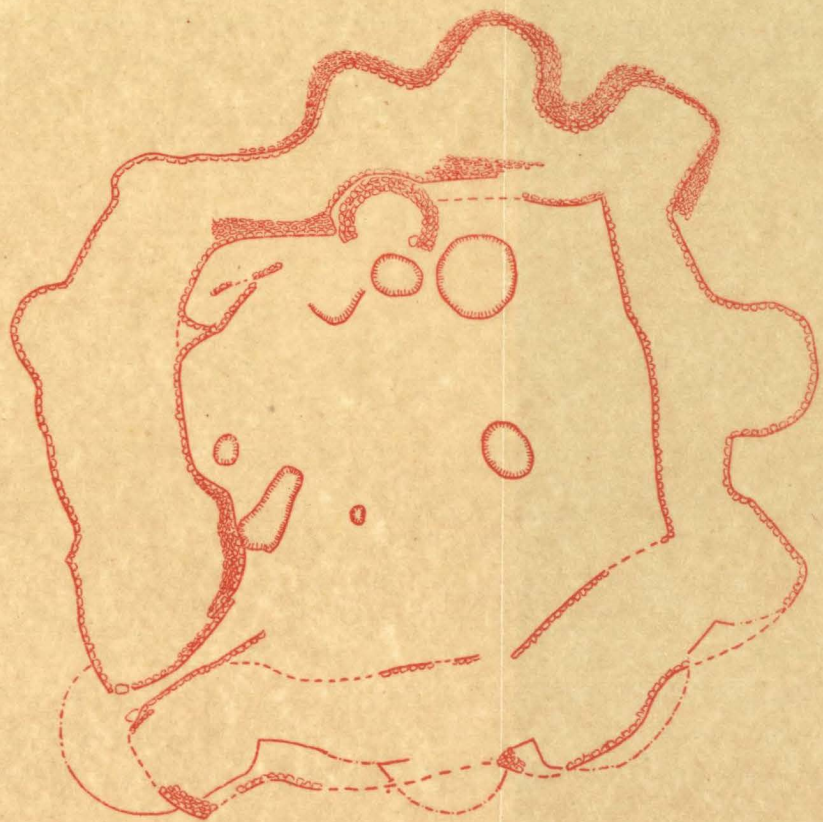
Outras foram entregues ao Laboratório da Direcção Geral dos Serviços Florestais para nos determinar as espécies vegetais empregadas no aquecimento do forno, trabalho que está correndo o seu curso. Entre elas havia fragmentos de cortiça que nos foram amavelmente identificados pelo ilustre engenheiro agrónomo Prof. J. Vieira Natividade<sup>11</sup>.

Levando mais longe os nossos reconhecimentos, abrimos um golpe no lar do forno. Verificámos então que, conforme acima ficou referido, este era constituído por uma parte da camada de estrato pre-campaniforme, conservando de permeio fragmentos de cerâmica, de osso, de sílex, etc..

Aprofundando o golpe junto da parede abobadada, constatámos que esta assentava sobre o mesmo estrato, um tudo nada mais abaixo do nível do lar. Daqui se concluiu que a construção desta obra de arte é mais recente que a da

---

<sup>11</sup> ...15.ª campanha de escavações (1951)...



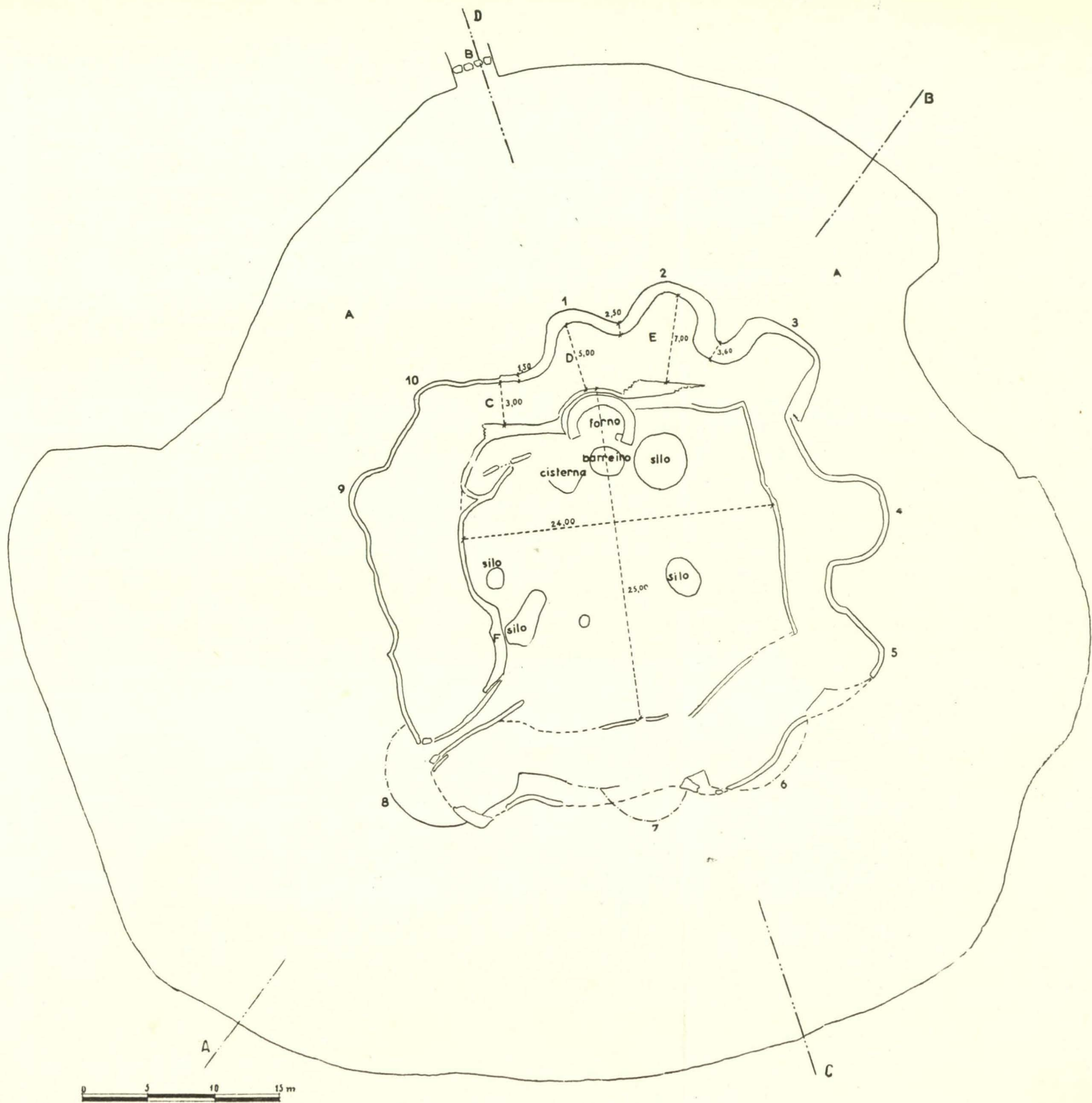


FIGURA 6

*Planta do castro em 1955*

de barros, e *vasadouro do forno* ao sítio onde havia os restos dos barros, cinzas e carvões, pois era exactamente igual a um que víamos junto da sua oficina.

\*

\*   \*   \*

Em 14 de Fevereiro de 1955 viera a Lisboa o Prof. Doutor Helmut Schlunk, Director do Deutsches Archäologisches Institut, de Madrid, acompanhado de dois professores do mesmo Instituto, Drs. Edward Sangmeister e Wilhelm Grünhagen, todos empenhados em estabelecer contacto com a arqueologia e arqueólogos portugueses.

Depois de diversas reuniões com o Prof. Doutor Mendes Correia e outros, o Prof. Schlunk foi recebido em 25 de Fevereiro pelo Presidente do Instituto de Alta Cultura, Prof. Doutor Gustavo Cordeiro Ramos, que prometeu todas as facilidades para tal contacto, devendo nós, que também estávamos presentes, aceitar como convidado, o Doutor Edward Sangmeister na próxima escavação de Vila Nova de S. Pedro.

Schlunk, chegado a Madrid, pediu superiormente, baseado nas palavras confortáveis que ouvira, os créditos e autorizações necessárias para que tudo pudesse estar em devida ordem a tempo e horas e uma vez senhor de todos os elementos, começou a tratar por escrito, com os organismos portugueses, da efectivação das promessas feitas.

O Instituto de Alta Cultura consultou a Associação dos Arqueólogos Portugueses sobre o assunto e nós, por indicação desta, elaborámos um plano de trabalhos dentro do que ficara assente na conversa a que assistimos em 25 de Fevereiro.

Foi deste modo que o Doutor Edward Sangmeister, Prof. do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid e da Universidade de Marburgo assistiu, como convidado, à escavação do castro de Vila Nova de S. Pedro em 1955.

Sangmeister tinha tomado parte, neste ano e no anterior, nas seguintes escavações espanholas:

Julho de 1954: *Caspe — Vale do Ebro* (campos de urnas) com o Prof. Doutor António Beltran, da Universidade de Saragoça.

Novembro de 1954: *Gar Cahal — Marrocos* (gruta eneolítica) com o Doutor Tarradell.

Março-Abril de 1955: *Los Millares* (povoado eneolítico) com o Dr. António Arribas e sob a direcção do Prof. Doutor Martin Almagro, então da Universidade de Barcelona.

Julho-Agosto de 1955: *Juliobriga* (povoado céltico-romano) com o Prof. Doutor García y Bellido, da Universidade de Madrid.

Agosto de 1955: *Cortes de Navarra* (povoado de campos de urnas) com o Prof. Doutor Maluquer de Motes, da Universidade de Salamanca.

De todos estes catedráticos ouvimos há pouco em Salamanca e Madrid as melhores referências a Sangmeister, considerado unânimemente além de um valioso cientista, um colaborador ideal.

*Los Millares* é um povoado de muitas afinidades com Vila Nova de S. Pedro, e não nos tendo sido dadas, até ao presente, possibilidades de o visitar e assistir às suas escavações, apesar de para tanto termos recebido gentilmente variados convites do Prof. Martin Almagro, temos de limitar a nossa acção comparativa ao que nos dizem outros mais afortunados que a tais trabalhos tem podido assistir.

Não julgando os estudos arqueológicos de carácter secreto, mas sim uma contribuição para o avanço dos conhecimentos da Humanidade, manifestámos sempre o maior prazer em que outros assistam aos trabalhos que realizámos no campo e dos resultados a que chegámos damos o mais breve possível notícia ao mundo neles interessado.

Para que a divulgação de tais conhecimentos não seja coartada aos que

foram convidados a assistir às escavações publicámos, primeiro no País, as conclusões a que se chegou.

É este o motivo da elaboração do presente trabalho, que sairá em Portugal ao mesmo tempo que outro de divulgação do valor arqueológico do castro de Vila Nova de S. Pedro virá a lume nas páginas da *Germânia*, por amável gentileza do Prof. Gerhard Bersu, da Römisch-Germanische Kommission.

Antes de terminar estas linhas, cabe-nos agradecer ao Prof. Doutor Edward Sangmeister a sua excelente camaradagem e a honra que nos deu em tomar parte na escavação de 1955. E em lembrança de tal facto subscrevemos ambos o trabalho que se segue.

Lisboa, Novembro de 1955

AFONSO DO PAÇO

\*

\*

\*

A) DESCRIÇÃO DA CAMPANHA DE ESCAVAÇÕES DE 1955 :

Se tivéssemos de buscar um nome para melhor definir a escavação deste ano, nenhum outro lhe ficaria melhor que o de «Campanha de muralhas», tal a actividade que se desenvolveu no reconhecimento destas, mercê de um de nós (E. S.), ter assistido à escavação de *Los Millares*, onde a identificação de fortificações revestira particular interesse e ainda do mesmo estar provido de excelente aparelhagem topográfica para se proceder ao seu levantamento (figuras 6 a 8).

Iniciada em 1 de Setembro nela se trabalharam doze dias úteis, encerrando-se a 14 do mês.

Para as suas despesas fora-nos concedida pelo Ministério das Obras Pú-

blicas — Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o subsídio de 9.700\$00.

Nos três primeiros dias de trabalhos<sup>13</sup> reconheceu-se até à base o cubelo n.º 3<sup>14</sup>, que o ano passado não houvera tempo de pôr completamente a descoberto. Constatou-se então, que no seu extremo direito, também assentava na espécie de cavidade existente no calcáreo entre este cubelo e o anterior — n.º 2 — e que, como atrás dissemos, estava cheia de cinzas, carvões, ossos e cacos queimados, conjunto este que aflorava também do lado de dentro da muralha e por debaixo desta, à direita do forno.

Verificou-se mais uma vez a carência total de cerâmica campaniforme no estrato inferior, bem como o aspecto compacto deste.

Tais cerâmicas só começam a aparecer por altura de uma camada que contém vestígios de desmoronamentos de muralhas, com abundância de pedras e terras um tanto soltas.

O cubelo n.º 3, de forma arredondada como o n.º 2, encontra-se na parte oriental bastante destruído por motivo de trabalhos agrícolas ali executados.

Por debaixo de uma parte deste cubelo e suas imediações, o solo apresenta-se rochoso, irregular e com bastantes fendas, diferente portanto do tufo macio e aplainado que aflora no restante do castro.

Para obviar aquele inconveniente, encheram-se todas as rugosidades com uma camada de barros avermelhados que cobrem de alguns centímetros a base do povoado naquele local.

Tais barros, muito compactos e ligeiramente humedecidos, são difíceis de trabalhar e contém de permeio alguns ossos e fragmentos cerâmicos. Este facto

---

<sup>13</sup> Sangmeister apenas chegou a Vila Nova de S. Pedro em 4 de Setembro.

<sup>14</sup> A designação de *cubelos* deve-se ao nosso presado amigo e ilustre especialista em fortificações, Tenente-coronel Augusto Botelho da Costa Veiga, cuja autorizada opinião ouvimos sobre o assunto.

tornou perfeitamente regular o piso sobre que se estabeleceram os primeiros habitantes.

O referido barro avermelhado ou greda, é o mesmo que já se notara na escavação de 1942, realizada nas imediações deste mesmo cubelo n.º 3<sup>15</sup>.

Cobre estes barros o estrato pre-campaniforme, que contém algumas cerâmicas incisas e os vulgares «copos» com decorações brunidas.

Os machados que encerra são de secção quadrangular ou ovóide e as pontas de seta idênticas às das outras camadas.

Abundam neste estrato inferior os chamados «pés de fogareiro», de que há dois tipos: um terminando em bico recurvado e outro achatado. Este apresenta a face superior e inferior plana e a lateral recta ou ligeiramente curva. Ambos são providos de um orifício horizontal.

Neste estrato inferior os ossos de animais são mais abundantes, predominando os bovídeos de grande corpulência. Parece que os restos de veado saem em maior quantidade nas camadas superiores<sup>16</sup>.

Nos primeiros dias de trabalho em conjunto, ainda se operou na camada inferior do estrato pre-campaniforme que torneava, pelo Oriente, o cubelo n.º 3, e o aparecimento na parte superior deste estrato, de uma sovela de cobre, veio-nos demonstrar mais uma vez, que os primeiros habitantes já eram conhece-

---

<sup>15</sup> Afonso do Paço e Eugénio Jalhay: «A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro — Notas sobre a 6.ª campanha — 1942». *Brotéria*, volume XXXVII, Lisboa, 1943.

<sup>16</sup> Na tarde do dia 4 (domingo), tendo chegado o nosso convidado, fomos visitar o local da escavação, a fim de o pôr em contacto com os trabalhos realizados e a realizar.

Sangmeister ficou maravilhado com o que se deparava diante dos seus olhos e com o aspecto que os restos de muralha apresentavam. Nunca tinha visto coisa semelhante.

Demos-lhe conhecimento da história das escavações, dos inúmeros problemas que estas nos suscitam e dos elementos de que dispúnhamos para os resolver. Como militar que foi, alinhou imediatamente connosco no ataque aos mesmos, não procurando fugir-lhe, facto este que nos uniu mais no conjunto de trabalhos que realizámos (Nota de Afonso do Paço).

dores do metal. Também o achado de alguns elementos de cadinho e jorra nos confirma que praticavam a metalurgia <sup>17</sup>.

Depois de desobstruído todo o cubelo n.º 3 que, como dissemos, se encontrava a Leste muito danificado, começou-se a limpar a ligação com o seguinte, tendo-se verificado que não se encontrava perfeitamente intacta como entre os dois cubelos anteriores, mas com indícios de desmoronamentos e possíveis reconstruções.

O cubelo n.º 4, de que apenas se retirou a parte superior das terras que o encobriam, está perfeitamente delineado sendo a sua forma elegante como a dos dois anteriores. Perante um conjunto tão completo de cubelos todos eles de grande perfeição, resolvemos dar maior intensidade ao reconhecimento das muralhas e levantamento topográfico do conjunto (figura 6).

Do cubelo n.º 4 em diante, apenas se retirou a primeira camada de terras que os escondia, camada no geral estéril ou pouco rica em espólio, deixando-se para mais tarde a sua desobstrução total com os problemas que encerra, principalmente da metalurgia, do estrato campaniforme e pre-campaniforme, etc.

Verificámos que o cubelo n.º 5 tinha o lado direito ainda intacto, mas do esquerdo pouco ou nada se conhecia.

A destruição era porém maior ainda nos cubelos n.ºs 6 e 7, reconhecendo-se apenas do n.º 8 bem ligeiros restos.

A seguir a este último há uma zona pouco definida.

Os cubelos n.ºs 9 e 10, de que se reconheceu apenas o alinhamento superior, estão ainda no restante envoltos de terras, mas o seu traçado não tem a beleza dos n.ºs 2, 3 e 4.

Pareceu-nos como já referimos, que há épocas de construções diferentes,

---

<sup>17</sup> Afonso do Paço; «Castro de Vila Nova de S. Pedro: VII — Considerações sobre o problema da metalurgia». *Zephyrus*, vol. VI, Salamanca, 1955.

mas aguardemos a exploração total para com mais segurança nos pronunciar-mos sobre tão melindroso quão sério assunto, pois não desejamos apresentar ao mundo científico conclusões que não nos pareçam seguras. É questão de aguardar com paciência os resultados de mais algumas campanhas de escavações para que se ponha a descoberto o que ainda se encontra envolto em terras.

Reconhecido na totalidade este reduto ou fortificação iremos iniciar a procura de uma segunda muralha, que nos parece existir na parte exterior da zona habitada que cercava o morro central.

Além desta presumível segunda muralha, há restos de uma outra, situada mais longe, de que apenas existe o alicerce de um pequeno troço reconhecido durante a campanha de 1940<sup>18</sup>.

#### B) MURALHAS :

Na figura 6, damos uma ideia do traçado da fortificação central a que se adicionaram dois cortes, figura 7, para melhor compreensão do seu perfil<sup>19</sup>.

A zona (A) que cerca o amuralhado representa a parte já escavada fora daquele reduto e que presumimos limitada por outra muralha sem a beleza da interior, de que um de nós (A. P.) reconheceu a Norte um possível alicerce (B) durante a campanha de 1954.

A parte central, pelo que se pode reconstituir, apresenta a forma um tanto quadrada, com as dimensões aproximadas de 25 m. no sentido N-S (tirada da parte exterior do forno) e 24 m. na direcção E-W.

Da muralha exterior, lobulada, reconheceram-se dez cubelos arredondados, dos quais são perfeitamente definidos e de um belo recorte os n.ºs 1, 2, 3,

---

<sup>18</sup> Afonso do Paço e Eugénio Jalhay: «A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro — Nota sobre a 3.ª, 4.ª e 5.ª campanhas — 1939 e 1941». *Brotéria*, vol. XXXIV, Lisboa, 1942.

<sup>19</sup> Os levantamentos topográficos do presente trabalho devem-se a um de nós (E. S.).

4 e 5 (este último incompleto). Estão destruídos quase na totalidade os n.ºs 6, 7 e 8 e apresentam contorno pouco sinuoso os n.ºs 9 e 10 apenas reconhecidos, como dissemos, na parte superior.

A dimensão N-S, entre a parte mais saliente do cubelo n.º 1 e o presumível exterior do cubelo n.º 7 é de cerca de 40,<sup>m</sup> outro tanto sendo o espaço E-W, que medeia entre os contornos exteriores dos cubelos n.ºs 4 e 9.

A espessura da muralha em três pontos, (C, D e E), que nos foi possível determinar sem sombra de erro, é respectivamente de 3<sup>m</sup>, 5<sup>m</sup> e 7<sup>m</sup>.

Os cubelos apresentam ligeiras diferenças e dos perfeitamente reconhecidos damos as dimensões actuais:

*Cubelo n.º 1:*

diâmetro da base .....	6 <sup>m</sup>
raio .....	2, <sup>m</sup> 40

*Cubelo n.º 2:*

diâmetro da base .....	6, <sup>m</sup> 40
raio .....	3, <sup>m</sup> 80

*Cubelo n.º 3:*

diâmetro da base .....	6 <sup>m</sup>
raio .....	5 <sup>m</sup>

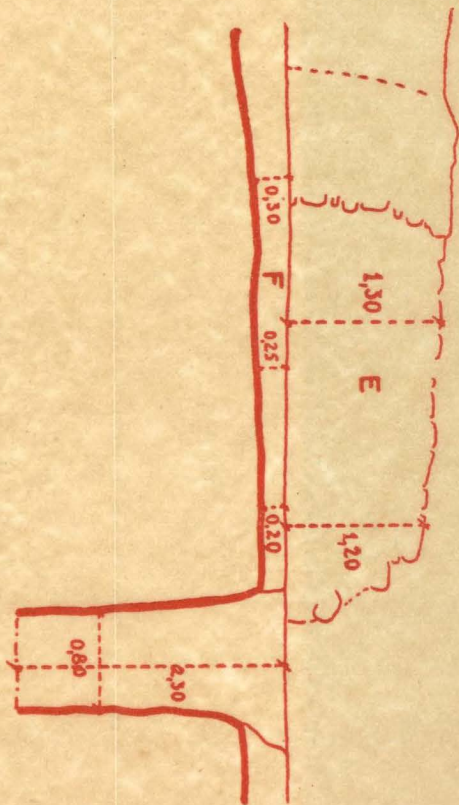
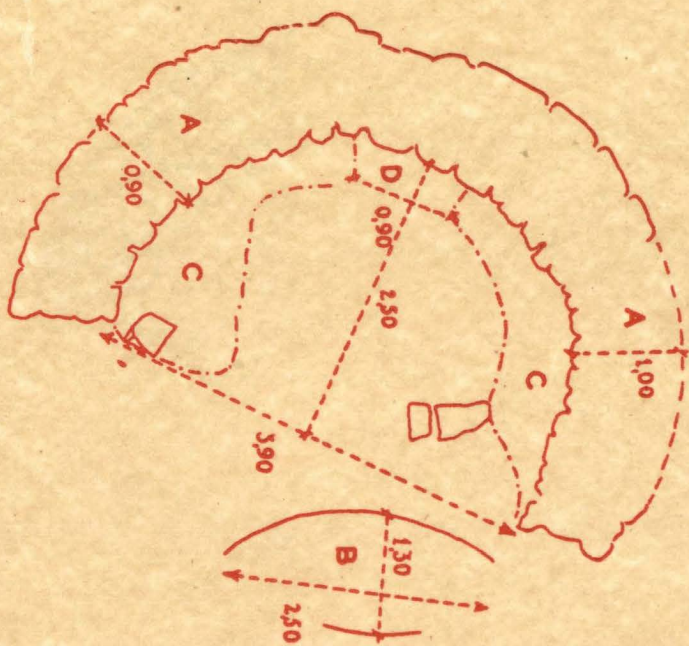
*Cubelo n.º 4:*

diâmetro .....	7 <sup>m</sup>
raio .....	5 <sup>m</sup>

Os salientes dos cubelos apresentam pequena altura, sendo as maiores as dos n.ºs 1 e 2 respectivamente 1,<sup>m</sup>20 e 1,<sup>m</sup>10, tirados a meio.

As maiores alturas da muralha são porém as que ficam na concavidade entre dois cubelos e assim temos de alturas médias:

entre os n.ºs 10 e 1 .....	1, <sup>m</sup> 60
entre os n.ºs 1 e 2 .....	2, <sup>m</sup> 50
entre os n.ºs 2 e 3 .....	3, <sup>m</sup> 60



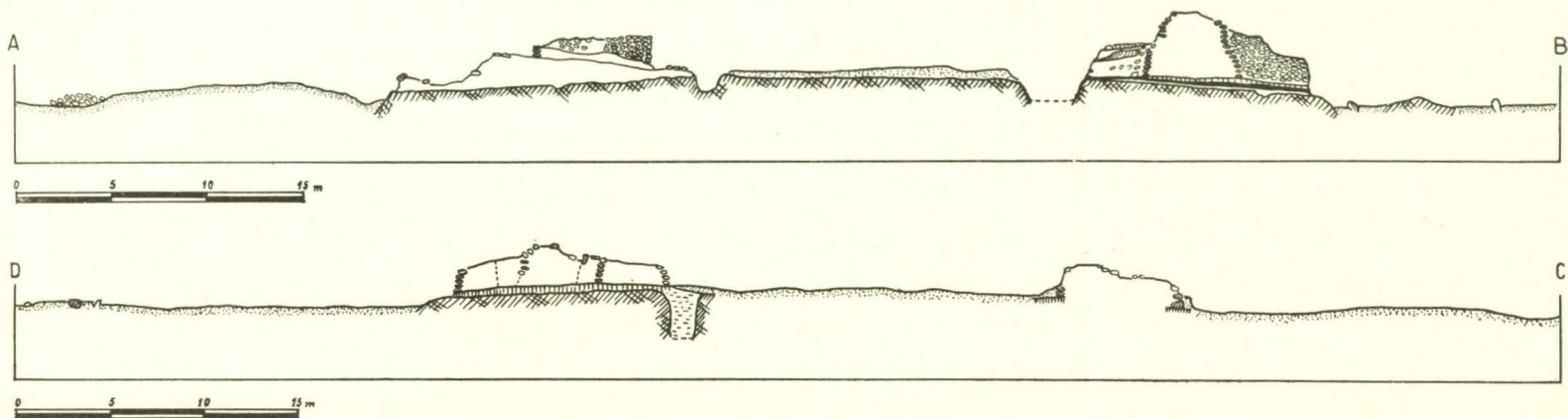


FIGURA 7  
*Partis segundo os cortes (A-B e C-D da figura 6)*

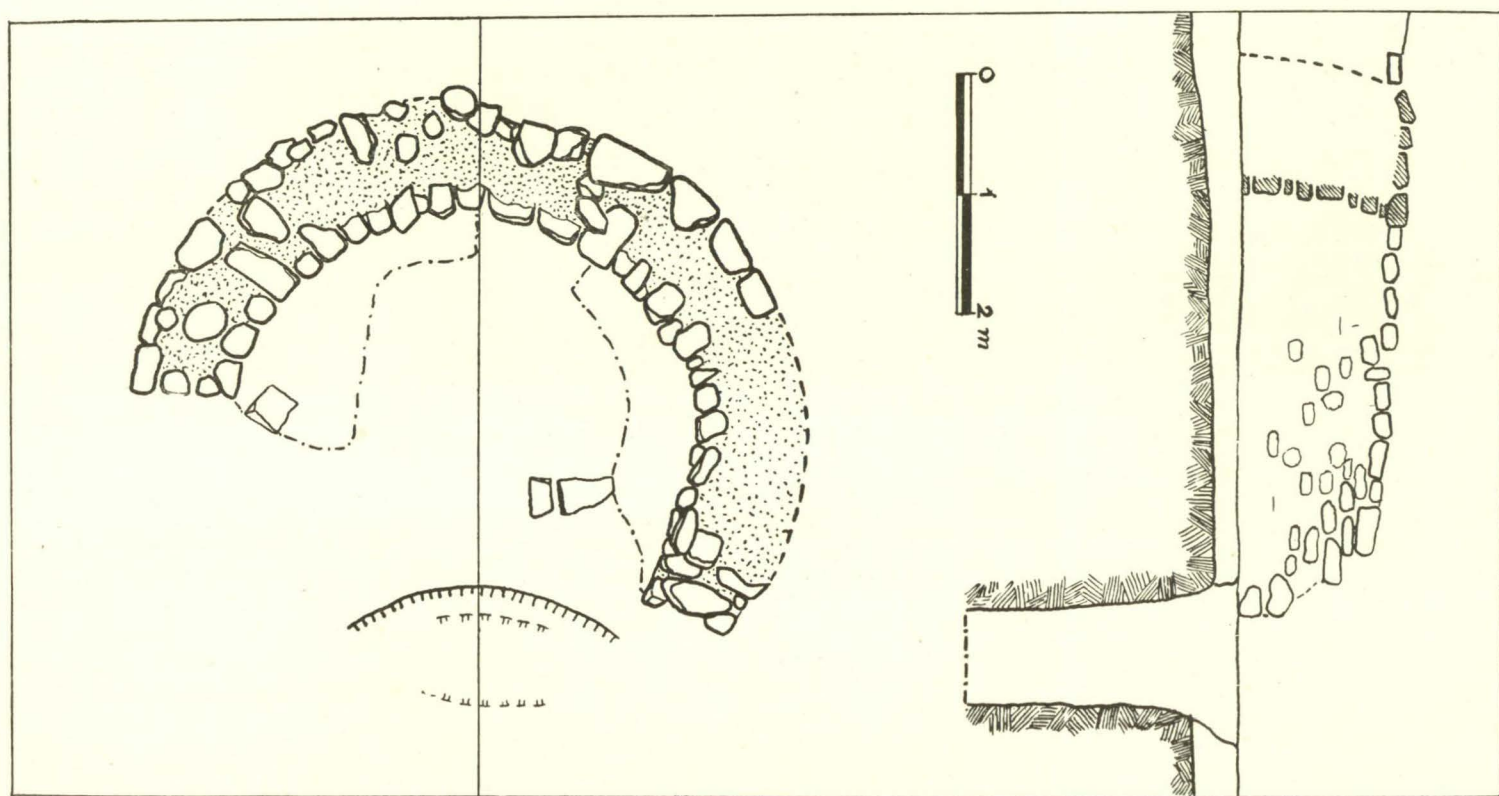


FIGURA 8  
*Planta e corte do forno*

Podemos ainda acrescentar que o perímetro externo do cubelo n.º 1 é de 8,70 e o do n.º 2 de 11,30.

Outras medidas não podem por enquanto ser dadas com rigor, por os trabalhos até agora realizados não passarem de reconhecimentos. De alguns cubelos porém, por estarem muito danificados, nunca poderemos obter sequer indicações aproximadas. Contudo, apesar das destruições havidas, ainda deste castro depois de concluídas as próximas campanhas, poderá dar-se uma bem interessante ideia do que era esta fortificação velha de mais ou menos de 4.000 anos.

### C) FORNO :

Esta obra de arte encontra-se muito arruinada e o seu traçado seria semi-circular (figuras 5 e 8).

É formado por duas fiadas de pedras (A) contendo outras de permeio, o todo sólidamente ligado por uma argamassa branca, diferente da amarelada e menos consistente empregada nas muralhas, com espessuras que variam de 0,90 a 1,00.

O diâmetro interior é de 3,90 e a profundidade 2,50.

O reconhecimento que se fez no lar (C), para verificar a raiz da abóbada, tem a abertura de entrada de 0,90 (D).

O *barreiro* que lhe fica em frente (B), mede 2,50 de comprimento por 1,10 de largura e a sua forma é um tanto ovalada.

No corte do forno que está representado na parte superior da figura 5, este mesmo *barreiro* tem a profundidade de 2,30.

A altura da abóbada (E) ainda existente oscila entre 1,20 e 1,30 e é formada de pequenas pedras ligadas pela argamassa branca acima referida.

No estrato (F) que serve de lar, há alturas que variam entre 0,30 e 0,20 e contém de permeio, como dissemos, abundantes elementos de espólio.

A construção encosta do lado esquerdo à muralha e do direito a um bloco consistente de argamassas amareladas.

D) *PARALELISMOS* :

Não encontrámos em Portugal, pelo menos até à presente ocasião, estudado e descrito, povoado que se compare ao de Vila Nova de S. Pedro, no que respeita a circuitos de muralhas providas de cubelos.

Contudo, quer-nos parecer, que o chamado monumento pre-histórico do Casal do Zambujal, situado na freguesia de Santa Maria Maior de Torres Vedras, de que o saudoso companheiro P.<sup>o</sup> Eugénio Jalhay, nos deu uma descrição <sup>20</sup>, deve ter qualquer coisa de semelhante e por isso se desejaria estudar, se para tanto nos derem os meios que são necessários. Se Jalhay fôsse vivo, depois do que se nos revelou em Vila Nova de S. Pedro, não queria outra coisa que aplicar ao Zambujal a lição do castro ribatejano.

São estes os motivos do empenho que um de nós tem sempre manifestado, em reconhecer pelo menos, à luz dos factos constatados em Vila Nova, o monumento do Casal do Zambujal e verificar o que sobre ele há de verdade <sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Eugénio Jalhay: «O monumento pre-histórico do Casal do Zambujal (Torres Vedras)». *Brotéria*, vol. XLII, Lisboa, 1946.

— *Idem*: «Pre-história de Torres Vedras: VII — O monumento megalítico do Casal do Zambujal». *Badaladas*, n.º 22, Torres Vedras, 1 de Fevereiro de 1950.

— Dr. Aurélio Ricardo Belo: «Notas sobre a arqueologia de Torres Vedras e seu termo: XVI — Pre-história: O monumento pre-histórico do Casal do Zambujal». *Badaladas*, n.º 63, Torres Vedras, 1 de Outubro de 1952.

*Idem, idem*, ... XVII ... n.º 64 ... 15 de Outubro de 1952.

*Idem, idem*, ... XVIII ... n.º 65 ... 1 de Novembro de 1952.

<sup>21</sup> De há muito que se impõe um plano nacional de estudos arqueológicos e um dos seus capítulos deve ser relacionado com as últimas revelações do castro de Vila Nova de S. Pedro.

Para lhe dar cumprimento, todos os nossos povoados do Eneolítico ainda existentes, escavados ou reconhecidos de há 50 ou mais anos para cá, deveriam ser sujeitos a um

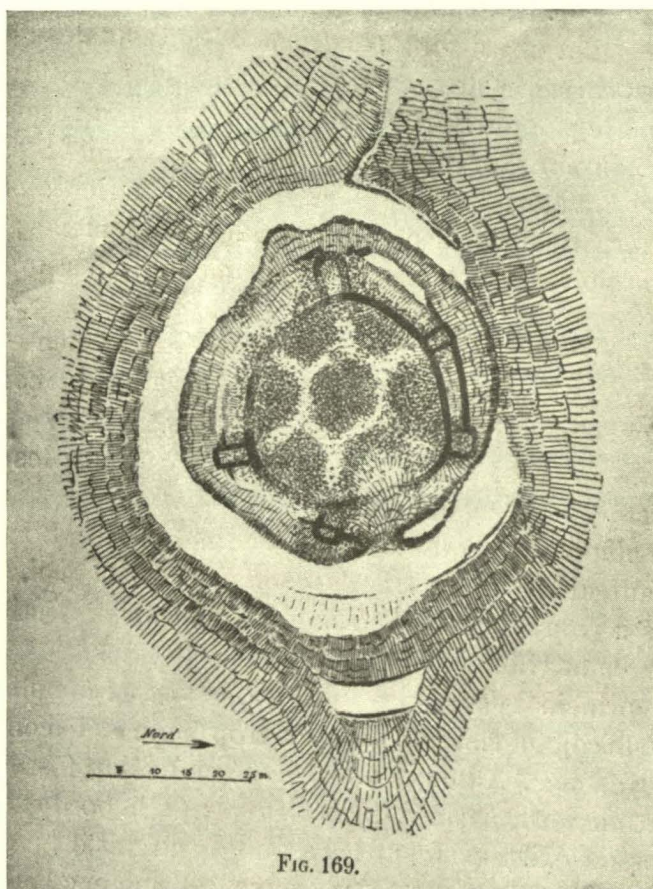


FIG. 169.

FIGURA 9

*Planta de uma fortificação de Los Millares (conforme L. Siret)*

Não se possuindo portanto elementos seguros de comparação em Portugal, vejamos o que se passa em Espanha.

Se percorrermos toda a vastíssima bibliografia arqueológica do país vizinho, reveladora de uma actividade quase sem par e de uma organização digna de ser tomada como modelo, não encontramos referências a povoados deste tipo com muralhas providas de cubelos.

Contudo, talvez possamos encontrar-lhe vislumbres de semelhança numa velha estampa de L. Siret<sup>22</sup> e nas poucas palavras que a ela se referem.

Este arqueólogo, numa das suas escavações do século passado, deparou em Los Millares, na zona levantina de Espanha, próximo de Almeria, com uma povoação rodeada de várias elevações, algumas das quais fortificadas, de uma das quais nos dá um desenho (figura 9).

Siret fala-nos de fossos, coisa que não possuímos em Vila Nova de S. Pedro, de um recinto grosseiramente circular e de cinco ou seis contrafortes, espécie de torreões, que o flanqueavam.

Sabemos que todo este conjunto está sendo cuidadosamente escavado e estudado sob a direcção do Prof. Doutor Martin Almagro, razão porque

---

exame atento e criterioso, a fim de se verificar quais os fenómenos do castro de Vila Nova de S. Pedro que se repetem ali.

As bases da nossa História devem aproximar-se destas navegações mediterrânicas e atlânticas de comerciantes de metais e por isso uma escavação arqueológica toma aspecto mais transcendente que o de recolha de objectos para as estantes de um museu. Nesta ordem de ideias nunca ela poderá ser confiada à picareta de um curioso, mas tão somente a um especialista que a saiba compreender. (Nota de Afonso do Paço).

<sup>22</sup> L. Siret: «L'Espagne préhistorique». *Revue des Questions Scientifiques*. Bruxelas, Outubro de 1893, pág. 36, figura 169.

— George und Vera Leisner; «Die Megalithgräber der iberischen halbinsel». Tafelband, Berlin, 1943, Tafel 86, n.º 2.

nos abtemos de mais o referir, aguardando o que sobre ele irá publicar com a sua mestria este catedrático madrilenho.

Também desejamos assinalar umas ligeiras notas sobre fortificações de *El Puntal de Cambra* (Valência), de que nos fala José Alcacer Grau, em que há restos de recintos circulares, muito diferentes, é certo, dos de Vila Nova de S. Pedro <sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> José Alcacer Grau — «El Puntal de Cambra». *Archivos de Prehistoria Levantina*, vol. V, Valencia, 1954.

**Les Espagnols de la Conquista du Nouveau  
Monde au XVI<sup>ième</sup> Siècle**

pelo

sócio correspondente

Raoul Gerard

## Les Espagnols de la Conquista du Nouveau Monde au XVI<sup>ième</sup> Siècle

**E**N Espagne, en Amérique du Nord, au Mexique et en Amérique du Sud d'innombrables tableaux, illustrations, dessins et statues nous démontrent les Conquistadores du nouveau monde armés de pic à cap, portant généralement pendant la Conquête du Mexique, 1519-1521 et celle du Pérou, 1536, le casque, appelé «Morion», donc pendant la première moitié du XVI<sup>ième</sup> siècle, tandis que ce casque «Morion» ne date que de la seconde moitié du XVI<sup>ième</sup> siècle et surtout à partir d'environ 1580.

Ce fait est d'autant plus étrange comme nous possédons dans quelques'un des Codices des illustrations presque contemporaines de ces Conquistadores, où des artistes Indiens, travaillant dans des monastères, du Mexique, nous donnent des illustrations primitives et précises de ces premiers Espagnols.

Cortez y est représenté en armure avec un casque à visière de l'époque de 1519-1521. L'armure sans doute fût portée pendant les marches fatigantes par des Indiens alliés ou prisonniers. Mais le reste des Espagnols est représenté dans le costume typique de l'époque de Charles V, avec de hautes bottes en cuir souple et clair, une jaquette courte, sans manches, souvent en cuir, des culottes courtes et bouffues, une chemise, et sous le chapeau ou coiffe en étoffe une cappe ou croix en acier, pour protéger le crâne. Quelques'uns avaient des

casques en acier de l'époque, mais pas encore le «Morion» dont la première facture connue date seulement de 1556. Quelques Espagnols possédaient aussi la cuirasse, mais seulement la pièce de devant, noircie généralement contre la rouille. Il y avait même quelques vieilles chemises en côte de maille, mais elles étaient rares et lourdes.

Le prix d'une armure complète était coûteux et de 300 marks-or, une somme énorme aujourd'hui que l'aventurier ne pouvait naturellement pas payer. Avec peu d'exceptions ces Conquistadores étaient des gens pauvres, avides de faite fortune au nouveau monde et à la recherche de l'or. En outre, réflexion faite, on arrive au raisonnement qu'il serait impossible de porter une armure pesant de 40 à 45 kilos pendant la conquête du nouveau monde lors des marches interminables parmi les forêts, jungles, déserts ou marais, dans une chaleur torride, des pluies tropicales, ou des tempêtes dans les altitudes des Cordilleras de l'Amérique du Sud sous un soleil brûlant, ou un vent glacial, la neige et la glace des altitudes. Simple raisonnement rend cela absurde.

Il est donc surprenant que nous trouvons partout ces Conquistadores en armure complète. Ceci est difficile à dire, parce que simple réflexion nous prouve le contraire. Mais cela démontre de nouveau, comment une erreur commise, et un image créé est accepté et répété sans réflexion ni critique. Nous avons bien d'autres de ces erreurs dans «L'Histoire Visuelle», étude tellement négligée.

Le directeur des Antiquités Coloniales du Mexique m'a dit il y a déjà longtemps que les Espagnols se servaient de l'armure en coton des Aztecs, appelée «Ichcahuipitli» d'une épaisseur d'environ trois centimètres, matelassée comme un édredon, légère, large et confortable, couvrant le corps comme une dalmatique et protégeant admirablement contre des coups de glaives et des flèches. Finalement, cette armure en coton, qu'on trouve aussi en Asie, et dans la Chine en soie-crue, ne coûtait rien, étant prise des prisonniers Aztecs ou des ennemis tués.

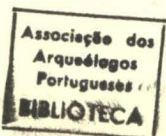
Pour terminer, Bolivar «El Libertador» est représenté partout à cheval en uniforme, copié des maréchaux de Napoléon I, chamarré d'or, bicorne et hautes bottes. Comme lui aussi, aurait parcouru l'Amérique du Sud dans un accoutrement qui lui aurait donné vite l'apoplexie! Pourtant la littérature démontre que généralement il portait un sombrero contre le soleil, une redingote élégante mais légère et simple, bref un habit convenable et serviable. Seulement pour des occasions exceptionnelles portait-il l'uniforme de parade. Manque d'imagination et de connaissances. Pauvre Libertador.

# Moçambique na Pre-História da África Meridional

pelo

sócio correspondente

Lereno Antunes Barradas



## TÁBUA DAS MATÉRIAS

	<b>Págs.</b>
Saudação ... ..	125
I — Palavras prévias . ... ..	126
II — O estudo da Pre-História na África ao sul do Sáara .....	127
III — África Meridional, berço da Humanidade ... ..	129
IV — O Quaternário na África Meridional ... ..	132
V — As Indústrias líticas na África a sul do Sáara ... ..	135
VI — Linhas gerais da Pre-História Moçambicana ... ..	139
VII — A investigação da Pre-História em Moçambique ... ..	143

## Moçambique na Pre-História da África Meridional

### SAUDAÇÃO

**C**UMPRE-ME agradecer à Ex.<sup>ma</sup> Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, de que me honro pela minha qualidade de sócio, ter-se lembrado do meu nome para esta troca de impressões sobre a pre-história de Moçambique.

Acedo de boa vontade a este honroso convite, porque a Pre-História de hoje, não sendo apenas passatempo de curiosos, mas ciência de cultura bem definida e profundamente humana, como tal deve ser divulgada e tornada merecedora da protecção oficial.

É assim com satisfação que volto a estas salas procurando contribuir agora para o desenvolvimento dos estudos da pre-história do nosso império Ultramarino.

Aproveito esta oportunidade para prestar homenagem, embora tardia, ao falecido Reverendo Padre Eugénio Jalhay, que muito estimei e considerei, devendo-lhe, em parte, ter ingressado na Secção da Pre-História, comparecendo às suas sessões de que muito gostosamente guardo as melhores impressões.

Recordo igualmente a, para mim, inesquecível visita de estudo em sua companhia, e ainda do falecido Dr. Rui de Serpa Pinto, do Ex.<sup>mo</sup> Presidente da

*Secção de Pre-História, Professor Joaquim Fontes, do seu secretário de então, Engenheiro Manuel Alves Costa, e do Reverendo Padre Luisier, que fizemos aos locais arqueológicos do Caia Inferior.*

*Lembro-me assim com saudade do Reverendo Padre Eugénio Jalhay.*

## I

### PALAVRAS PRÉVIAS

Pelas minhas funções de agrónomo, sobretudo em trabalhos de Hidráulica Agrícola, tanto aqui na Metrópole como em Moçambique, tenho tomado bastante contacto com o campo e em especial com os terrenos quaternários, onde existem, a par das boas condições para uma agricultura regada, frequentes vestígios deixados pela presença das primitivas raças humanas. Foi-me assim dado observar importantes estações paleolíticas nos terraços quaternários dos principais rios de Moçambique, muito particularmente na sua parte meridional.

A abundância destas estações é grande, e como regra bem fornecidas de instrumentos, e de variado significado, algumas delas com estratigrafia, o que permite colher elementos bastante seguros para a evolução das primitivas indústrias humanas e para a cronologia do Quaternário.

Por outro lado a investigação da Pre-História em bases verdadeiramente científicas tem tomado nos últimos tempos grande incremento nos países africanos, onde igualmente a riqueza arqueológica é muito grande, especialmente no que se refere aos primeiros tempos do aparecimento do Homem sobre a Terra, o que lhe dá feição e interesse muito particulares.

Desejo ocupar-me agora, apenas esquemáticamente, do panorama arqueológico de Moçambique, procurando pôr em evidência uma certa obrigação moral que temos na contribuição a dar para a investigação da ciência da Pre-His-

tória na África a Sul do Sáara, que hoje pode ser considerada em bases científicas o berço da Humanidade.

## II

### *O ESTUDO DA PRE-HISTÓRIA NA ÁFRICA E A SUL DO SÁARA*

Para boa compreensão do que poderá ser a investigação da Pre-História em Moçambique, é conveniente dar alguns esclarecimentos sobre as linhas gerais desta ciência na África a sul do Sáara, bastante diferente, a este respeito, da África Septentrional, que mostra mais afinidades com a Europa mediterrânea do que com o restante continente africano.

A África a sul do Sáara tem hoje particular importância nos estudos da Pre-História, pelo facto, ao que se supõe, e como se disse, de ter sido o berço da Humanidade, e presumivelmente, também, o centro de dispersão das primitivas indústrias paleolíticas, marcando dominante posição a África do Sul pelos seus ricos achados de fósseis humanos e proto-humanos.

A importância que tem hoje a Pre-História nos meios científicos africanos pode ser avaliada pela realização de congressos exclusivamente sobre esta ciência, efectuados de quatro em quatro anos (ou assim devia ser) que têm decorrido com muita afluência de cientistas e animação. Efectuou-se o primeiro em Nairobi, no Quénia, em 1947, e não foi antes por motivo da última guerra mundial; o segundo em Argel em 1952, por não ter sido possível realizar-se em 1951 na África do Sul, como assim fora proposto, devendo ter agora lugar, dentro de pouco tempo, o terceiro em Levingstone, na Rodésia do Norte. Os Congressos Pan-Africanos de Pre-História, com o seu secretariado organizado, e publicações próprias, sendo algumas com a colectânea das comunicações mais importantes, estão em plena actividade e mostram seguimento assegurado.

Certamente que a concepção de tais congressos foi dar especial relevo à

pre-história do continente africano, em particular à dos países a sul do Sáara, com características afins e um pouco diferentes das outras regiões, estabelecendo-se assim conveniente coordenação de estudos e útil colaboração entre estes países.

Há hoje também já boas secções de Pre-História nos museus das cidades mais importantes de África, ou, pelo menos, não deixa esta ciência de estar aí representada. Por outro lado, há cursos de Pre-História em certas Universidades.

Os reconhecimentos arqueológicos estendem-se por quase todo este continente e as escavações nos sítios clássicos, como estações de estratigrafia e grutas, são conduzidas por técnicos especializados, com o necessário rigor científico, de maneira a não se perder o mais pequeno objecto de significado arqueológico, ou qualquer pormenor de valor geológico.

Também, por outro lado, para se ver como estes estudos têm interesse internacional, diga-se que bastantes organismos estrangeiros mandam fazer pelo seu pessoal reconhecimentos ou explorações em África, ou até mesmo subsidiam algumas destas, como sucede, por exemplo, actualmente, na África do Sul, com a «Wenner-Gren Foundation» e a «Bernard Price Foundation».

Os estudos da pre-história de Moçambique têm assim de ser integrados nos da África em geral e nos da África do Sul em particular. Já a este respeito disse em tempos o Prof. V. Riet Lowe, no intuito de se promover o indispensável intercâmbio científico entre estes dois países, que «a ciência não deve conhecer fronteiras».

Tudo leva a supor, pelo que se tem observado, que as indústrias paleolíticas da nossa província ultramarina, especialmente no Sul, à parte alguns casos de feição regional, sejam as mesmas das já estudadas na União Sul-Africana.

Além disso a era quaternária decorreu semelhantemente nestas duas regiões, salvo as diferenças consequentes das condições geográficas dadas pela latitude, altitude e distância ao mar, notando-se, por outro lado, como parece,

certas dessemelhanças, quanto a pormenores e cronologia, com o que se passou na África Equatorial.

Na África do Sul as suas indústrias paleolíticas estão praticamente estudadas; a geologia do Quaternário já foi delineada com bastante rigor científico nos seus variados pormenores; e sobretudo os estudos da Antropologia pre-histórica são bem notáveis com revelações interessantíssimas.

Esta circunstância de a África do Sul e Moçambique fazerem parte da mesma grande e bem definida região pre-histórica, beneficiando a nossa província ultramarina dos ensinamentos já alcançados naquele país, e, por outro lado, devendo nós acompanhar o grande movimento a favor da pre-história que está sendo levado a efeito em quase todos os países da África, acarreta-nos a responsabilidade de fornecermos também elementos de estudo recolhidos nos locais que a este respeito tenham condições notáveis.

Para boa compreensão desta ciência em Moçambique, é conveniente, assim, ocuparmo-nos de certas particularidades da pre-história da África a sul do Sáara e, em especial, do que se refere à África Meridional.

### III

#### *ÁFRICA MERIDIONAL, BERÇO DA HUMANIDADE*

Os importantes descobrimentos de fósseis humanos, proto-humanos e pré-humanos no Quênia, Angola, Rodésia, e muito sobretudo na África do Sul, levam-nos a aceitar com bastante veracidade que a origem da Humanidade deve ter sido na África Meridional.

Em primeiro lugar podíamos mencionar os achados do «Procônsul», pelo Dr. Leakey e sua mulher na ilha Rusinga do Lago Vitória, não falando nos de outros antepassados do Homem que viveram no Miocénio Inferior. Interessa

agora sobretudo os notáveis descobrimentos do «Australopithecus» em Taungs; os do «Plesianthropus transvaalensis» em Sterkfontein; do «Paranthropus crassidens» em Swartkrans; e os do «Paranthropus robustus» em Kromdraai e Makapansgat, todos estes no Transvaal, do final do Pliocénio, considerados proto-humanos. Já tidos como humanos temos os achados de Brocken Hill, na Rodésia, os de Florisbad e Baía do Saldanha na África do Sul, de afinidades com a raça de Neanderthal. Por último Boskop, igualmente neste país, um elo entre esta raça e o «Homo Sapiens» mostra-nos um homem do final do Paleolítico Médio Africano, dado como antecessor do Hotentote.

Há assim razões cientificamente aceitáveis, com os proto-homens no começo de uma cadeia já bastante completa na evolução do tipo humano até ao verdadeiro Homem, de considerarmos hoje a África Meridional, de que faz parte Moçambique, e por extensão, provavelmente também, a África Equatorial, como centro de dispersão das mais primitivas raças humanas.

Conhecem-se já, pelo rigoroso método científico seguido nas escavações dos auspiciosos locais mencionados, certos hábitos destes antepassados do Homem, segundo se lê nas publicações do Prof. Dart, que tem ultimamente dirigido esses trabalhos.

O «Australopithecus» da Taungs já era no seu tempo um ser extraordinário no meio dos outros todos. Trocou as florestas quentes e húmidas apropriadas à existência dos grandes quadrumanos, pelas regiões planálticas e frias. Já não se refugiava nas árvores, mas procurava as escarpas rochosas e cavernas para seu domicílio. De frugívoro passou a omnívoro. Andava de pé, devendo ser desembaraçado na carreira para caçar alguns dos animais de que se alimentava, cujos restos ósseos foram encontrados juntamente com os dele, nos depósitos da sua alimentação, constituída por pequenas gazelas, ratos, toupeiras, tartarugas, macacos, caranguejos e ovos de pássaros.

Os seus sucessores, os proto-homens, de Sterkfontein, Kromdraai e Makapansgat, mais evolucionados, eram já humanos pelo seu porte, tendo esta-

tura direita, pela forma do rosto, pelo aparelho dentário e também pela sua vida troglodita, gosto por carne fresca e processos de caçar. Não eram frugívoros como os habitantes pacíficos da floresta, mas seres de hábitos sanguínários, carnívoros e presumivelmente canibais.

Pelo seu porte erecto, podiam transportar armas e fazer uso delas. Viveram na época pre-lítica, pelo menos antes do uso do afeiçoamento da pedra, e os seus utensílios, no geral armas ofensivas, eram, como assim usou Hércules, robustas mocas de madeira, ou úmeros e fémures dos grandes herbívoros que, com as suas pesadas cabeças, serviam igualmente de mocas. Utilizavam também para o mesmo efeito as maxilas dos grandes animais, como mais tarde Sansão contra os filisteus. Aproveitavam os chifres como instrumentos perfurantes e os ossos longos lascados ao comprido eram ponteagudo punhais.

Nos restos encontrados dos seus despojos, vê-se que se alimentavam, não apenas de pequenos animais, mas também de grandes mamíferos, como o chacal, cão do mato, hiena, lião, girafa de uma espécie desaparecida, búfalo, rinoceronte, hipopótamo, javali, macacos grandes, chalicotero (espécie extinta), e antílopes vários, percebendo-se, pelos restos ósseos encontrados, que quase todos os animais tiveram morte violenta. Caçavam em maior quantidade, como é natural, animais velhos ou muito novos. A morte destes era dada, na maior parte das vezes, com fortes pancadas na cabeça. Aparecem com certa frequência nos referidos locais crânios de macacos grandes, com duas fracturas juntas e paralelas que se ajustam às saliências das extremidades dos ossos longos. Muitos destes proto-homens foram também assim mortos. É interessante notar que os sinais destas lutas, em que as armas eram pesadas mocas, aparecem igualmente em Makapansgat, Taungs e Sterkfontein.

Restos de ossos e conchas de tartaruga e caranguejos indicam que caçavam também nas correntes de água. Os abutres e marabus eram apanhados quando enfartados por já não poderem levantar voo.

Ainda não está bem confirmado que utilizassem o fogo, mas disso há sus-

peitas. Pode-se considerar, entretanto, que o uso do fogo e bem assim o afeiçoamento da pedra para a obtenção de utensílios devem constituir sòmente atributos do Homem verdadeiro, ainda que primitivo.

As cavernas de Makapansgat, por exemplo, são também interessantes pela grande variedade de camadas estratigráficas de diferentes épocas, entrando mesmo na da história actual, pois aí se refugiou, em luta com os sul-africanos, o poderoso chefe cafre Makapan.

Muitos dos restos ósseos encontrados são de espécies extintas, antecessoras das actuais, mas, em muitos casos, de maior estatura.

Há camadas do Acheulense com restos fósseis de animais, outras com instrumentos de Mesolítico africano, e outras ainda do Paleolítico Superior.

Não se têm encontrado, por enquanto, e ao que presumo, neste e em outros locais restos humanos do Paleolítico Inferior.

Vê-se assim a importância que os estudos da Pre-História estão tomando entre os cientistas africanos e ao mesmo tempo, também, o interesse que podem despertar nos meios cultos dos países civilizados.

#### IV

### *O QUATERNÁRIO NA ÁFRICA MERIDIONAL*

Não se pode hoje conduzir convenientemente o estudo da Pre-História sem se fazer simultâneamente o estudo geológico do Quaternário. A estratigrafia, a climatologia, o conhecimento das flutuações do nível do mar fornecem elementos indispensáveis para a cronologia do Quaternário e por conseguinte para a das diferentes indústrias paleolíticas em jazida geológica.

Pelo facto de a África Meridional ficar no hemisfério oposto ao da Europa, e sendo as suas longitudes praticamente as mesmas, e admitindo que os perío-

dos climáticos e as transgressões marinhas são consequências da deslocação do eixo da Terra, e sendo esta um elipsóide, sucede que tais fenómenos andam desencontrados entre estas duas partes do Velho Mundo. Assim: aproximando-se o pólo da Europa, há mais frio e dá-se simultâneamente, por diminuição do raio terrestre, com afastamento das águas do mar, uma regressão, e ao mesmo tempo aproxima-se a linha do Equador da África Meridional, havendo por conseguinte nesta região mais calor e uma transgressão. De facto nota-se certo paralelismo, no número, na duração e na intensidade entre os períodos climáticos do Quaternário na Europa e os da África Meridional, e o mesmo, pelo que se supõe, para os períodos transgressivos, sendo, porém, de aceitar, como se disse, que uns e outros andem desencontrados.

No que repeta aos períodos climáticos, os cientistas sul-africanos baseiam-se na intensidade das chuvas, e não nas temperaturas, como sucede na Europa com referência aos glaciares.

Criaram assim os períodos pluviais, segundo o que se observa na formação dos típicos terraços aluviais do Quaternário e entre eles colocam os inter-pluviais.

Resumidamente, e sobretudo, supõem-se os seguintes pluviais, sem entrar em conta com as suas sub-divisões.

No começo do Quaternário o pluvial «Older Gravels», que originou terraços à cota, duma maneira geral, entre 45 e 60 metros, às vezes até 90 metros, sobre o nível actual dos rios. Os do rio Vaal contêm diamantes, e por isso têm sido muito remexidos e estudados. Encerram instrumentos rolados do Cafuense e Oldovense, que são indústrias regionais das mais antigas e a que adiante me referirei. Terraços idênticos, com seixos de quartzite e de outras rochas próprias para fabrico de instrumentos, aparecem também no território de Moçambique, nos rios que descem da União, como o Umbelusi, Incomati, Rio dos Elefantes e Limpopo. As aluviões destes rios, porém, não encerram diamantes.

Segue-se o pluvial «Younger Gravels», com deposições entre 6-13 metros,

consideradas de Pleistocénio Médio e Superior. Nelas se encontram, como se vê nos depósitos idênticos dos rios já referidos de Moçambique, o Abevilense rolado e o Acheulense Superior, não rolado, e bem como indústrias posteriores.

Este pluvial é notável pelos volumosos depósitos a que deu origem, mostrando assim grande pluviosidade por longo decurso de tempo, com variações que constituem sub-períodos.

Finalmente, não contando com as pequenas flutuações climáticas, vem o terceiro pluvial, «Youngest Gravels», com depósitos a menor altitude sobre os rios, já no Holocénio.

Outros se sucederam ainda, mas de menos intensidade.

Entre estes pluviais decorreram os inter-pluviais que deram lugar a grande movimentação das areias continentais do Calaari, até às regiões centrais do Transval e Orange, e às alterações de terrenos, com características de climas secos. No sul de Moçambique formaram-se nestes períodos, em que havia fundos marinhos arenosos a descoberto por abaixamento do nível do mar e fortes ventos secos, grandes amontoamentos de areias, hoje dunas consolidadas, algumas muito para o interior.

No estudo das transgressões marinhas notam-se praias mortas a diferentes altitudes, percebendo-se importantes variações de nível do mar durante o Quartenário. Na África do Sul há praias a 120 metros, com Abevilense rolado. Desta cota para baixo encontram-se praias a diversos níveis, com variadas indústrias, cujos instrumentos, rolados ou não rolados, lhes dão características especiais.

Em Moçambique, como veremos adiante, também se notam praias mortas quartenárias, cujas cotas e suas indústrias estão concordes com as da África do Sul.

A este respeito, a marcar a importância dos estudos das praias mortas, ou elevadas, já em tempos afirmou o falecido grande geólogo sul-africano Du Toit que «as flutuações climáticas formam o verdadeiro fundo da Pre-História».

Idênticamente, também o Professor H. Breuil disse que «a chave para a sincronização das civilizações paleolíticas da África do Sul com as do Velho Mundo está na comparação das praias elevadas que contêm instrumentos».

## V

### AS INDÚSTRIAS LÍTICAS NA ÁFRICA A SUL DO SÁARA

Se admitirmos, como parece ser verdade, que a África a sul do Sáara foi o berço da Humanidade, existindo aí populações proto-humanas, ou talvez mesmo humanas, antes do uso do afeiçoamento da pedra para obtenção de utensílios, podemos também admitir, conseqüentemente, que esta bem rudimentar indústria teve igualmente aí a sua origem e primeira evolução, partindo da sua forma mais primitiva, possivelmente uma simples lasca cortante, até determinadas formas mais perfeitas que se difundiram depois pelo restante continente africano e fora dele.

A favor de tal afirmação notaremos a existência nessa parte da África de várias estações consideradas pre-abevilenses, como as do Cafuense e Oldovense, algumas muito ricas e de características bem definidas.

Por outro lado, a estratigrafia coloca estas indústrias nos primeiros tempos do Quartenário, ou até mesmo à saída do Pliocénio.

Este conjunto de circunstâncias, como existência das mais primitivas raças humanas, e bem assim o aparecimento de seixos intencionalmente lascados nas suas formas mais arcaicas e a cronologia de muitas destas estações, parecem indicar que a África Meridional e Equatorial foram o centro de dispersão das primitivas indústrias líticas.

Ao período pre-lítico, na passagem do Proto-homem para o Homem, sucede-se o período eolítico, no verdadeiro sentido desta palavra, definido pelas

indústrias cafuenses, seguido do Paleolítico Inferior, formando o Oldovense, no meu entender, uma cultura proto-abevilense, e não pre-abevilense, como geralmente assim é considerada.

O Cafuense (do rio Cafu, na Uganda) não é mais do que o aproveitamento de um eixo por simples lascamento. Não há aí a preocupação de forma. É admissível que a lasca cortante fôsse primitivamente o único objectivo em vista, passando-se em seguida ao uso do núcleo afeiçoado.

Os utensílios do Cafuense, pela sua grande simplicidade, confundem-se muitas vezes com os produtos da Natureza, podendo assim mostrar falta de autenticidade, mas exactamente estas dúvidas têm de existir numa tal indústria, excessivamente primitiva, e que estabelece o ponto de partida para as outras mais evolucionadas.

Na Uganda e Quénia há estações clássicas do Cafuense, com estratigrafia, e, segundo presumo, também em Moçambique.

No Oldovense (de Oldovai em Quénia) já se tinha em vista a obtenção de instrumentos com gume cortante e forma definida. É característico desta época o machado de mão de talão curto, lascado numa só face, ou em ambas.

Este instrumento, por evolução, tornando-se mais aguçado, passou à forma amigdalóide típica do pico<sup>1</sup> abevilense. Por outro lado, a técnica do lascamento clactonense mostra também derivar do Oldovense por aperfeiçoamento. Muitas

---

<sup>1</sup> Devo dizer, sem que isto signifique sistemática rebeldia a fórmulas consagradas, que não emprego o termo machado para os típicos e aguçados instrumentos amigdalóides do Paleolítico Inferior, porque estes têm a parte contundente em bico, ao passo que o machado é instrumento caracterizado por ter gume.

Empregarei nestes casos o termo «pico», já consagrado para utensílios semelhantes do Paleolítico Superior.

Certos autores ingleses empregam os termos «hand-axe» e «hand-pic» para os instrumentos do Paleolítico Inferior, conforme terminem em gume ou em bico.

vezes é difícil distinguir um núcleo clactonense de um instrumento oldovense de tamanho grande.

Em Moçambique há uma estação do Oldovense que pode ser considerada clássica, embora não tenha estratigrafia, mas com abundância de machados de mão de talão curto, e bem assim de núcleos e lascas clactonenses, tudo ao que parece da mesma época, mas estes últimos não têm ainda a forma amigdalóide do Abevilense, que é desconhecido nesta estação, parecendo assim ser posterior.

Nesta conformidade, como atrás se disse, o Oldovense, que sofreu evolução no sentido do Abevilense, pode já ser considerado como indústria proto-abevilense, e não pre-abevilense, como assim vulgarmente é tido.

O Dr. Leakey, no Quénia, e o Professor v. Riet Lowe, na África do Sul, são também de opinião que o Abevilense tem as suas raízes no Oldovense.

Na Uganda, Quénia e Transvaal, pelo menos, há boas estações desta indústria com estratigrafia.

O Abevilense, caracterizado pelos seus rudes utensílios de lascado largo, alguns de tamanho grande, tem numerosas e boas estações, por vezes de notável estratigrafia, onde se pode observar a sua evolução, como no Quénia. Em Moçambique há também boas estações de diferentes períodos desta cultura, em regra com instrumentos amigdalóides e lascas clactonenses.

A coexistência muito frequente, por assim dizer normal, destas duas técnicas de lascamento, nas várias etapas do Abevilense africano, é uma das características desta cultura, ao contrário da Europa, em que o Clactonense tem carácter accidental, aparecendo, como regra, isoladamente.

Por transição pouco perceptível, na tipologia e na cronologia, passa-se ao Acheulense, embora esta indústria tenha tido técnica de lascamento peculiar, cujos instrumentos são de perfeito acabamento na sua fase final. Por toda a África há boas estações desta cultura, com estratigrafia bem elucidativa, como, por exemplo, no que respeita à cronologia, a de Magude em Moçambique.

Tanto no Acheulense africano como ainda no Abevilense, aparecem, jun-

tamente com os instrumentos amigdalóides, numerosos machados, em bem maior percentagem do que nas correspondentes indústrias europeias, o que mostra ser caracter significativo.

Segue-se o Fauresmith, em que não são estranhas certas afinidades de técnica de fabrico, como é natural, com o Acheulense final.

Até aqui foram indicadas as indústrias do Paleolítico Inferior. Vêm em seguida as do Paleolítico Médio (Middle Stone Age) e Superior, que aparecem numa multiplicidade de formas, por vezes com características regionais. Devo dizer, porém, que em Moçambique estas indústrias ainda não estão bem estudadas, notando-se a existência, entre outras, do Pietersburg, Smithfield e Wilton.

No que respeita à cronologia destas variadas culturas, há, como é natural, certas hesitações, sobretudo nas mais arcaicas, mas, duma maneira geral, já está estabelecida.

O Cafuense parece ter decorrido na África Meridional, no começo do pluvial «Older Gravels», ainda um pouco com clima árido. O Oldovense aparece rolado no «Older Gravels». O Abevilense Inferior foi contemporâneo deste pluvial, na sua fase final. O Abevilense Superior decorreu nos primeiros tempos do «Younger Gravels». O Acheulense, durante este último período e no interpluvial que se seguiu. O Fauresmith vai desde este interpluvial até ao «Youngest Gravels». Finalmente, o Paleolítico Médio e Superior decorreram já no Holocénio.

É interessante dizer que a terminologia actual das indústrias do Paleolítico Inferior Africano, como tem sido mencionado, é, no meu entender, mais perfeita do que a europeia, que no Abevilense engloba formas primitivas, outrora pre-chelenses, que poucas afinidades mostram com o seu instrumento típico de forma amigdalóide. A África Meridional e Equatorial, com o Cafuense para os instrumentos arcaicos, ligeiramente lascados, ou lascas simples, por vezes confundindo-se com os produtos da Natureza, com o Oldovense, caracterizado pelo machado de mão de talão curto, e com o Abevilense onde aparecem as formas

amigdalóides ou os machados, entroncando no Acheulense, com instrumentos muito perfeitos na sua fase final, tem uma terminologia que satisfaz muito bem para as indústrias do Paleolítico Inferior, marcando diferenciação ou afinidades onde elas existem, ao passo que o Abevilense europeu engloba indústrias pouco afins, não só na tipologia, e ainda na cronologia, como possivelmente, quanto às raças que lhes deram origem, como, por exemplo, o Abevilense do tipo lusitânico, equivalente ao Cafuense africano.

A muita homogeneidade das primitivas indústrias líticas que se nota por quase toda a parte em África e fora deste continente, e bem assim a diversidade que se vai percebendo com o decorrer do tempo com a criação de indústrias regionais, parecem indicar-nos paralelamente a homogeneidade das primitivas raças humanas, partindo, ao que parece, dos proto-homens da África do Sul, e a diferenciação que nelas se vai operando sucessivamente com o aparecimento de novas raças e sub-raças.

Vem a propósito a afirmação do Professor H. Breuil, na sua oração presidencial do Congresso da S.A.A.A.S., em 1947, em que diz que «tudo leva a crer que o Homem partiu da África Meridional e Tropical para a conquista do mundo, armado com uma pedra».

## VI

### *LINHAS GERAIS DA PRE-HISTÓRIA MOÇAMBICANA*

Embora a pre-história de Moçambique, muito em especial na sua parte sul, deva ser enquadrada na da África Meridional, não deixa também de ter características especiais, devidas sobretudo à sua situação geográfica.

Esta província ultramarina, para efeitos da Pre-História, pelas suas estações arqueológicas e pelas suas condições naturais, pode ser dividida, esquematicamente, em três grandes regiões.

A que fica ao sul do rio Save, atravessada por grandes rios, como o Maputo, Umbeluzi, Incomati, Rio dos Elefantes, Limpopo, e ainda o Save, tem típicos terraços quaternários, onde há bom material para fabrico de instrumentos, como quartzites e várias rochas eruptivas, e por este motivo abundam aqui boas estações paleolíticas, algumas de estratigrafia. Sendo na sua quase total extensão de terrenos relativamente planos, que se vão encostar aos Libombos, há poucas cavernas e não têm sido encontradas pinturas ou gravuras rupestres. É também desconhecido o Neolítico e indústrias posteriores.

A parte central, daqui até ao Zambeze, incluindo os terrenos marginais deste rio, tem igualmente típicos terraços quaternários, como esses e os do Buzi, onde existem também boas estações paleolíticas. Tem, além disso, abrigos e cavernas e conhecem-se nela algumas boas pinturas rupestres, como as do monte Vumba, perto de Macequece.

Por outro lado, possui construções, possivelmente da época dos zimbábúés, e por isso, sob este aspecto, está ligada com a pré-história da Rodésia, onde estes monumentos têm o seu grande desenvolvimento. Tem também estações neolíticas e vestígios de antigas explorações de minas de ouro e ferro.

A parte que fica a norte das aluviões do Zambeze, sensivelmente as antigas províncias do Niassa e Zambézia, onde predominam as regiões graníticas, é atravessada por vários rios, cujas aluviões não contêm boa matéria-prima para fabrico de instrumentos, pelo que as estações paleolíticas são raras e pouco características. Há, porém, cavernas que, segundo se presume, merecem interesse, e ainda pinturas e gravuras rupestres. Diga-se de passagem que os terrenos limítrofes do Lago Niassa precisam ser reconhecidos geològicamente, pois, à semelhança de Rift Valey, podem encerrar estações paleontológicas.

Até agora em Moçambique, talvez por falta de prospecção, nada se tem encontrado de restos humanos, embora haja sítios com camadas calcáreas e certas cavernas onde eles poderão, porventura, existir.

Pelos meus afazeres profissionais tenho actuado principalmente no reco-

nhecimento da parte meridional de Moçambique, que, por acção de vários cientistas nacionais e estrangeiros, é certamente a região mais bem estudada. É por isso que a ela me referirei, embora ligeiramente, com a indicação de algumas estações de nomeada.

Para estudo da geologia do Quaternário do sul de Moçambique, sabendo-se que os terrenos desta era ocupam a quase totalidade da área, há bastantes elementos, embora com uma certa deficiência de achados paleontológicos, que, no seu conjunto, podem fornecer indicações muito boas.

Os terraços quaternários do grandes cursos de água dão-nos ideia da forte pluviosidade dos períodos pluviais; as extensas regiões arenosas, antigas dunas hoje consolidadas, ou ainda em formação, com coloração diferente, sendo vermelhas as de grande antiguidade, indicam, como atrás se disse, a acção dos diferentes períodos inter-pluviais de climas secos com ventos fortes; a grande vastidão dos terrenos, localmente conhecidos por «mananga», e que constituem, pelo menos os que estão a altitudes mais baixas, antigos fundos marinhos, mais ou menos lodosos, mostra-nos transgressões que, na retirada do mar, os deixaram a descoberto. Certas praias mortas, a diferentes cotas, algumas das quais com instrumentos rolados da época, prestam-se muito bem para estudo dos movimentos altimétricos do nível do mar. Certos terrenos do sub-solo calcáreo ou laterítico são consequência de climas relativamente secos. Embora o conhecimento de fósseis seja pequeno, somos contudo levados a supor apreciáveis modificações ecológicas durante o Quaternário, quanto a regime de chuvas, humidade e temperaturas.

Este conjunto de circunstâncias naturais e da existência de estações de variadas indústrias podem-nos habilitar a compreender a cronologia do Quaternário, e até mesmo a estabelecer a sua correlação com a da África Meridional e de outras regiões mais.

Como regra, as estações paleolíticas nos sítios de condições naturais favoráveis são relativamente numerosas e abundantes, o que pode ser circuns-

tância a favor de relativo denso povoamento, ou de larga duração de ocupação, sobretudo no Paleolítico Inferior.

Num esboço em organização da carta paleolítica do sul do Save, são mencionadas 65 boas estações, quase todas de interesse arqueológico, e algumas, poucas, de interesse geológico para estudo do Quaternário, como praias mortas, locais com fósseis, etc., ficando pôr mencionar muitas outras mais, pouco abundantes, ou pouco características.

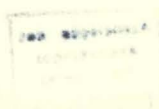
Como exemplo de boas estações, indico apenas as consideradas clássicas para as diferentes culturas do Paleolítico Inferior:

a) *Posto Velho da Moamba*. — É uma praia elevada, a cerca de 110 metros sobre o nível do mar e a cerca de 45 quilómetros para o interior, com indústrias considerada pre-paleolítica pelos Professores Breuil e Riet Lowe, talvez do Cafuense, caso não deva constituir indústria própria, podendo corresponder, possivelmente, à primeira grande transgressão do Quaternário na sua fase regressiva. Os seus instrumentos são lascas simples muitíssimo roladas, parecendo assim coevas, ou anteriores, a esta transgressão.

b) *Machimbilana*. — É uma vasta cascalheira, com grande abundância de peças oldovenses e lascas clactonenses com ausência do Abevilense. Está à cota de cerca de 60 metros sobre o Incomati e os seus utensílios aparecem bastante polidos.

c) *Barragem do Rio dos Elefantes*. — Da barragem há apenas, por enquanto, o local escolhido. É uma estação típica do Abevilense Inferior, com instrumentos rudes e grandes, que por vezes podem ser considerados núcleos, e lascas clactonenses, igualmente de afeiçoamento muito primitivo.

d) *Magude*. — Estação abundante do Acheulense Superior, com instrumentos muito perfeitos, tendo ainda a particularidade de a camada arqueológica estar na sua jazida geológica, assente sobre um grés erodido pelo mar, a 50 metros sobre o actual nível deste e a cerca de 60 quilómetros de distância, e



coberto por um manto de areias vermelhas de uns 4 metros de espessura, depositado durante um dos inter-pluviais do Quaternário.

e) *Portas de Changalene*. — Há neste local várias estações de características diferentes, pertencentes ao Paleolítico Médio e Superior, algumas das quais com estratigrafia. Deve dizer-se novamente que as estações destas indústrias estão em Moçambique ainda mal estudadas.

Grande parte dos locais reconhecidos, ou referidos, é de estações de superfície, embora algumas importantes, mas há também outras com jazida geológica, e até mesmo com fósseis, que já têm dado ensinamento de interesse. Todavia, é de admitir que a nossa riqueza arqueológica, das mais variadas culturas, num território tão extenso como é Moçambique, possa ser de alto valor científico.

## VII

### A INVESTIGAÇÃO DA PRE-HISTÓRIA EM MOÇAMBIQUE

Aparte a recolha em tempos já distantes, de vários instrumentos paleolíticos, em poucos pontos da Província, e bem assim a referência a locais com gravuras e pinturas rupestres, ou ainda a sítios amuralhados, só ultimamente começou a investigação sobre a Pre-História com carácter mais ou menos definitivo.

A Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, ou seus organismos antecedentes, procedeu a reconhecimentos em diferentes locais de N. a S. de Moçambique, com descobrimento de estações arqueológicas e de rochedos com gravuras e pinturas rupestres, de que publicou notícias e relatórios. Os instrumentos recolhidos foram destinados ao Museu da Faculdade de Ciências do Porto. Por sua interferência Moçambique enviou um delegado ao II Congresso Pan-Africano da Pre-História em Argel em 1952.

A Repartição Técnica da Indústria e Geologia tem acolhido e favorecido com muita simpatia o movimento a favor da nossa Pre-História. Teve directa e decisiva interferência na representação portuguesa com três delegados no I Congresso Pan-Africano de Pre-História, realizado em Nairobi em 1947. Subsidiou o estágio de um seu funcionário técnico nos estudos de Pre-História na União da África do Sul. Promoveu vários reconhecimentos a locais de valor arqueológico, procedendo ao mesmo tempo a escavações em alguns deles. Hoje, no seu «Museu Freire de Andrade» encontram-se os espólios de muitas das boas estações de Moçambique, e uma sugestiva colecção das várias indústrias da África do Sul, organizada e amavelmente oferecida pela Universidade Witwatersrand, por intermédio do Professor v. Riet Lowe.

Também no Museu de Macequece, destes Serviços, há algumas colecções de Pre-História de várias épocas.

A Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, mostrou também o seu interesse pela Pre-História, promovendo a ida à região de Lourenço Marques dos Professores Padres Breuil e v. Riet Lowe que fizeram conferências sobre estes estudos, apresentando do que observaram, relatórios técnicos de bastante utilidade.

A Sociedade de Estudos da Província de Moçambique também se tem interessado pela pre-história moçambicana. No seu Boletim têm sido publicados vários artigos sobre esses estudos, e no seu primeiro congresso, que se realizou em 1948, apareceram comunicações a este respeito, que deram lugar a recomendações para protecção e estudo da nossa riqueza pre-histórica. Tem procurado estabelecer intercâmbio científico com a África do Sul, colaborando na já mencionada visita dos cientistas estrangeiros, e na nossa participação em vários congressos do S.A.A.A.S.

Presentemente está muito interessada na organização de um modesto museu de Pre-História, com bastantes exemplares já obtidos, no intuito, quando chegar a oportunidade, de fazerem parte de uma galeria de Pre-História no

Museu Álvaro de Castro, muito visitado por turistas sul-africanos e outros, que sendo o museu de História Natural de Moçambique, salvo umas duas ou três peças, nada possui a este respeito.

Parece, assim, ser de desejar que este museu organize a sua secção de Pre-História, com conservador próprio, o qual, enquanto não houver maior desenvolvimento, se pode ocupar simultâneamente da etnografia indígena, outra falha a notar, não faltando contudo a verba necessária para modestos reconhecimentos.

Apesar de todo este movimento a favor da Pre-História, para o qual não tem sido estranha a acção de particulares, Moçambique não está ocupando ainda a posição que lhe compete, pela sua riqueza arqueológica, e pela vizinhança de países onde estes estudos estão tomando notável incremento.

É de esperar, porém, pela nova legislação a favor dos estabelecimentos e organismos culturais do nosso Império Ultramarino, que bom futuro esteja reservado a esta província.

É isto que se me oferece dizer sobre a pre-história de Moçambique.

**A Espada de D. Afonso Henriques**

pele

sócio efectivo

Carlos de Passos

## A Espada de D. Afonso Henriques

**D**EMORAVA em Sintra, no ano de 1570, el-rei D. Sebastião, quando resolveu ir de longada até à Batalha e a Coimbra, afervorado pelo empenho de contemplar a múmia do Príncipe Perfeito e o túmulo de Afonso Henriques, o qual, havia longo tempo, o inflamava<sup>1</sup>. Na Batalha mandou abrir o caixão funerário de D. João II e colocar de pé o seu cadáver, ainda não minado pelo corrompimento. Depois, na mão direita lhe firmou a espada, que na vida cingira, e estas palavras disse, no momento de D. Jorge de Lencastre (2.º Duque de Aveiro) beijar a mão do finado bisavô<sup>2</sup>, cumprindo uma ordem régia: *Este foi o melhor oficial que houve do nosso officio.*

Sem dúvida, o jovem D. Sebastião revelava pendor teatral!

Ao entrar na cidade de Coimbra ouviu el-Rei um discurso gratulatório proferido pelo Dr. Jorge de Sá Sotomaior, como porta-voz da Câmara conimbricense<sup>3</sup>. O enfático e prosopopeico orador afirmou-lhe que na igreja de Santa Cruz podia admirar-se o vulto de Afonso Henriques *tirado do natural*, assim

---

<sup>1</sup> *Estudos históricos e arqueológicos*, II, 127, Vilhena Barbosa.

<sup>2</sup> Este D. Jorge de Lencastre era neto do seu homónimo, que fôra Duque de Coimbra e filho bastardo de João II e ao qual este rei desejou atribuir a sucessão da Coroa.

<sup>3</sup> Publicado por Augusto Mendes Simões de Castro nas *Notas acerca da vinda e estada de el-rei D. Sebastião em Coimbra no ano de 1570*, 1922.

como a sua espada, *que por meio da bárbara e cega mourisma abriu o caminho por onde depois se houveram tão estremadas e espantosas vitórias.*

Na mesma ocasião foi-lhe transmitido o convite para se alojar nas hospedarias do mosteiro dos cónegos regrantes, oferecidas pelo prior D. Lourenço Leite<sup>4</sup>, nas quais em 1550 se albergara D. João III<sup>5</sup>. No entanto, por conselho de Martim Gonçalves da Câmara, valido régio, secretário da Puridade e dos cruzios inimigo, o Rei preferiu agasalhar-se no paço episcopal.

Ainda, por influxo do mesmo, tentou visitar a igreja como *aforrado*<sup>6</sup>, na companhia de poucos fidalgos. Martim da Câmara não perdia os ensejos de humilhar os cónegos regrantes<sup>7</sup>.

Duas vezes foi a Santa Cruz e em ambas achou as portas fechadas. O Dom Prior houvera informações do intento e mandara vigiar os passos do Rei; assim, quando ele se aproximava da igreja, fechavam-se as portas da mesma.

Tolhido nessas investidas, obrigou-se o Rei a comparecer como quem era. Da visita régia pelo cardeal D. Henrique foi advertido o Prior, que logo mandou ataviar a igreja e dispor o adequado ao solene e honorífico recebimento.

---

<sup>4</sup> D. Lourenço de Jesus Leite, portuense, filho de João Leite e irmão de António Leite, guarda-roupa de João III. À volta de 1551 fiaram-lhe a educação do infante D. António, prior do Crato. Em 1561 foi eleito prior de Santa Cruz, tal como em 1569 e em 1578. Como assecla de D. António de Portugal, prior do Crato, auxiliou fêrvidamente a aclamação régia do mesmo em Coimbra. A derrota da causa obrigou D. Lourenço a refugiar-se no convento franciscano de S. Frutuoso, perto de Braga. O perdão lhe prometeu o general Sancho de Ávila. Apresentou-se-lhe o refugiado, por não crer numa perfídia. Logo o prenderam, à ordem de Filipe II. Recolhido no mosteiro de Santo Isidoro de Léon aí faleceu em 1582. Ver o artigo *D. Lourenço de Jesus Leite*, de Eugénio A. da Cunha e Freitas, no *Boletim dos Amigos do Porto*, II, n.º 1, pág. 33, de 1954.

<sup>5</sup> João III tinha doado os seus paços coimbrãos à universidade por ele fundada.

<sup>6</sup> Incógnito.

<sup>7</sup> Devido à falta de água na cidade, já tinha obtido ordem régia para serem aproveitadas pelos seus moradores as fontes do mosteiro,

Envolvido nas galas pontificiais e na frente do cabido esperou ele por Sua Majestade <sup>8</sup>.

Depois dos pertinentes officios religiosos, com a pompa do estilo, começou a visita à igreja e ao mosteiro pelos túmulos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I, que o Rei, de cabeça nua, ofertando-lhe o hissope D. Lourenço, aspergiu com água benta.

D. Lourenço, então, pegou na espada do Conquistador e pô-la nas mãos de el-Rei. Mui reverentemente a beijou e, voltado para a sua nobre comitiva, esta opinião proferiu: *Bom tempo, em que se pelejava com espadas tam curtas! Esta é a espada que libertou Portugal do cruel jugo dos mouros sempre venoedora e por isso digna de se guardar com toda a veneração.* Ao entregá-la ao Dom Prior, assim lhe declarou: *Guardai, padre, esta espada, porque ainda me hei-de valer della contra os mouros de Africa* <sup>9</sup>.

No real mancebo, é evidente, coriscavam os lumes da bossa declamatória.

A última frase permite supor que já bailava no seu espírito a ideia da conquista marroquina e de nela empregar essa veneranda arma, em furientas

---

<sup>8</sup> Nos primeiros tempos da monarquia portuguesa aos reis cabia o tratamento de mercê. Este, em data ignorada, foi substituído pelo de alteza, que perdurou até ao reinado de D. Sebastião.

Porém, na sua entrevista com Filipe II, sucedida em 1570, o rei castelhano tratou-o por magestade, logo que se abraçaram, afim de lhe impor a retribuição. Filipe II já lograva esse tratamento; assim, impediu o outro, menos prestigiante, demais ante a Corte.

Desde então, a magestade ficou adstrita aos reis portugueses.

<sup>9</sup> Estas notícias deixou Frei Nicolau de Santa Maria na *Crónica dos cônegos regrantes de Santo Agostinho*, pág. 352. Também as aproveitaram Barbosa Machado nas *Memórias del-rei D. Sebastião*, III, 238, Vilhena Barbosa nos *Estudos históricos e arqueológicos*, II, 126, e outros. É de notar que Augusto M. Simões de Castro enunciou dúvidas acerca da genuinidade das mesmas.

espadeiradas. A balofa retórica de Jorge Sotomaior poderia ter concorrido para estimular-lha <sup>10</sup>.

Desta vez, porém, a cena teatral não foi acompanhada pela violação da area tumular de D. Afonso: ou por ceder o régio paladino a solicitações da comitiva ou com temor de danos na mesma <sup>11</sup>.

Na Universidade o Rei ouviu algumas lições e regalou-se com o magnífico acto de um doutoramento, qual foi o do reitor D. Jerónimo de Meneses <sup>12</sup>; na falha de candidatos, propôs-se ele para tomar as insígnias doutorais na Sagrada Teologia, visto el-Rei ainda não ter usufruído o gosto de tão nobre e pomposo acto.

Transcorreram alguns anos. No de 1578 D. Sebastião moía candentes freimmas nos aprestos necessários para a conquista do reino berberesco de Muley-Abd-Amélique <sup>13</sup> — o maior sonho do seu delírio guerreiro.

Não olvidara o desejo de levar para a África a espada e o escudo afonsinos; às vitórias dessas armas queria juntar mais uma. Por isso, numa carta dos 14 de Março, encomendou ao prior de Santa Cruz <sup>14</sup> o envio das mesmas, pois com elas esperava alcançar triunfos iguais aos que tinha propinado a D. Afonso; na volta da África, devolvê-las-ia ao mosteiro <sup>15</sup>.

---

<sup>10</sup> *El-rei D. Sebastião e a espada de D. Afonso Henriques*, 3, A. M. Simões de Castro.

<sup>11</sup> *Estudos históricos...*, II, 130, Vilhena Barbosa.

<sup>12</sup> Depois, bispo eleito de Miranda e bispo do Porto.

<sup>13</sup> O Muley Maluco dos cronistas.

<sup>14</sup> Era nesse ano D. Pedro da Assunção Carneiro.

<sup>15</sup> Essa carta ficou guardada no mosteiro até 1834, quando as Ordens Monásticas foram extintas. Os arquivos das de Coimbra reuniram-se no Colégio dos Militares e em 1837 passaram para o dormitório do Pilar, do mosteiro crúzio. Então a descobriu um funcionário da secretaria da Administração Geral de Coimbra e apossou-se dela. Em 1887 da mesma houve notícia A. J. Santa Rita, secretário geral do Governo Civil. Depois de a obter,

Eis o teor da missiva, não pela forma apresentada na *Crónica dos Cônegos Regrantes*, na qual há vários erros e omissões, mas pela do seu *fac-simile*, patenteado em 1841 no *Antiquário Conimbricense* e em 1924 por A. M. Simões de Castro <sup>16</sup>:

*Padre Geral & Convento do mosteyro de Scta Cruz de Coimbra, Eu El Rey vos envio mto Saudar. Eu me tenho Pubricado em aver de fazer por my cõ a ajuda de nosso Sor hũa empresa em Africa, por muitos E mui grãdes Razões, mui importantes ao bem de meus Reinos, E de toda espanha, de que tambem Resulta benefificio à xpãdade (cristandade) o q me pareceo escrevervos, assy pera encomendardes a nosso Sor o bom sucesso desta empresa, que por seu ser<sup>co</sup> faço, como pera Vos dizer que desejo levar nella a Espada E escudo daquelle grande E Valleroso Primeiro Rei deste R<sup>no</sup> Dom Afonso Anrriquez, cuja sepultura está nesse most<sup>o</sup> por que espero ã nosso Sõr que cõ Estas armas me dê as vitorias que El Rey dõ Afonso cõ ellas teve. Pello q vos encomendo muito que loguo mas mãdeis, por dous Relligiozos desse Convêto q pera isso*

---

mandou-a litografar e remeteu-a à Torre do Tombo (Vd. o artigo do P.<sup>e</sup> António Pereira Coutinho no *Antiquário conimbricense*, n.º 1, pág. 3, de 1841).

Está publicada em: *Crónica dos cônegos regrantes*, II, 361, de Fr. Nicolau de Santa Maria, 1668 — *Antiquário conimbricense*, 1841 (em *fac-simile*) — *Arquivo universal*, IV, 79, de 1861 — *Arquivo Pitoresco*, pág. 256, de 1861 — *Arquivo Popular*, IV, 81, de 1873 — *Estudos históricos e arqueológicos*, II, 126, Vilhena Barbosa — *As armas do senhor D. Afonso Henriques e a Jornada de África*, de A. M. Seabra de Albuquerque, nos *Prelúdios Literários*, jornal de Coimbra, II, 1860, cujo artigo foi publicado em 1886, avulsamente — *A Vida Moderna*, de 28-10-1887 (reprodução do artigo do *Antiquário Conimbricense*) — *El-Rei D. Sebastião e a espada de D. Afonso Henriques*, de Augusto M. Simões de Castro, 1924 (em *fac-simile*); o autor porém, não cita o *fac-simile* do *Antiquário*, embora o conhecesse).

<sup>16</sup> As faltas referidas não são, porém, de grande importância; redundaram, por certo, da incúria da cópia.

*Ellegereis. E como eu embora tornar as tornarei a Enviar a Esse mosteiro, pera as terdes na Veneração & Guarda que hé devido a cujas forão. E por tudo, E por aqui entenderéis q as não quero senão Emprestadas pera o effecto a q Vou, E de quam grãde Contentamêto isto he p<sup>a</sup> mym. Scripta e Lix.<sup>a</sup>. A 14 de Marco de 1578.*

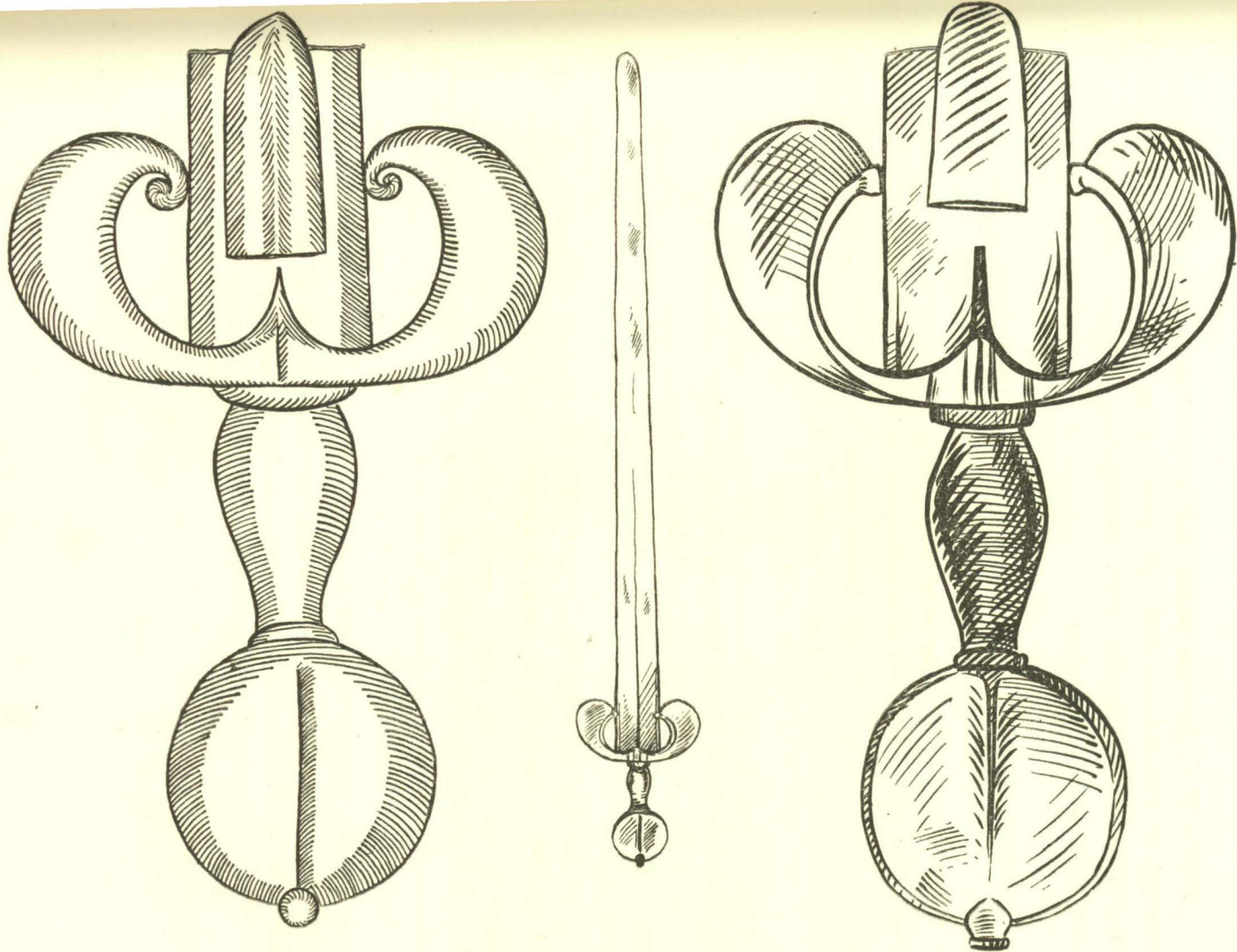
A capítulo, para decisão do grave problema, no dia 24 foram os monges convocados pelo Dom Prior. Este leu a carta régia e unânimemente acordaram todos no pronto despacho do empenho de D. Sebastião. Convindo aproveitar, no entanto, o lance favorável, já que relevante era o serviço prestado, decidiram também pedir ao Rei o seu amparo no empreendimento da canonização de D. Afonso Henriques, *para que com isso tivesse por seus merecimentos a Deus Nosso Senhor mais propício e como a outro Josué désse victória dos mouros de Africa*<sup>17</sup>. Afim de com a justa veneração mandar tais armas a el-Rei, o Dom Prior mandou fazer duas arcas aparatosas, de madeira, com chaves e fechaduras doiradas: uma para o escudo e a outra para a espada. Esta, por estar muito mordida pela ferrugem, foi acaçalada e metida numa bainha de veludo, na qual sobressaíam a ponteira e os adornos de prata.

Levou-as D. Jerónimo de Meneses, vigário do mosteiro, a quem o novo Cid, com vivas demonstrações de júbilo e de estima, ledamente recebeu, afirmando-lhe que, logrado o triunfo sobre os mouros, pela graça de Deus, não forraria diligências para obter a canonização do Conquistador, pois já tinha sido muito do empenho de seu avô, el-rei D. João III<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Essa acta particular foi publicada no *Antiquário Conimbricense*, pág. 48, e por Simões de Castro no seu opúsculo citado, pág. 5 e 8. Acerca da publicação da mesma na *Crónica dos Cónegos Regrantés*, cap. 22, págs. 361, Simões de Castro afirma que há nela vários cortes, algumas interpolações e alterações.

<sup>18</sup> Assim, a ideia da canonização não era do Rei mas dos crúzios. Estes bem compreendiam as fartas vantagens que poderiam ganhar com a santidade del-rei D. Afonso Henriques, pois na sua igreja estavam o túmulo e a espada do mesmo.



ESPADA DE D. AFONSO HENRIQUES

1 — Punho da espada existente no Museu de Soares dos Reis, Porto. 2 — Espada que se guarda no referido Museu (desenho de Isolino Vaz). 3 — Punho da espada conforme o desenho publicado na Europa Portuguesa, de Manuel de Faria e Sousa, edição de 1679, volume II, páginas 69

No dia 24 de Junho a armada real saíu do Tejo em busca das praias marroquinas. Formavam-na 800 velas, entre galeões, galés, caravelas, urcas e outros navios, e nela seguiam 18.000 soldados. João de Lemos, no seu *Cancioneiro*<sup>19</sup>, este vaticínio formulou:

*E partes... levas a espada,  
Levas o escudo real,  
Essa espada tam falada,  
Por mouros tam receada,  
De D. Afonso imortal!  
Se a deixas envergonhada  
Ai de ti! De Portugal!*

As armas de D. Afonso Henriques haveriam ido na galé real ou não?

Dela teriam sido retiradas no babelismo do desembarque e perder-se-iam no louco remoínho da batalha ou não? Teriam voltado ou não ao País e ao mosteiro?

Fr. Nicolau de Santa Maria, na *Crónica dos Cónegos Regrantes* (pág. 361, de 1668), deste modo memorou os episódios relativos a essas relíquias nacionais:

*Mas como Deus Nosso Senhor, por seus altos e secretos júizos, permitiu que o rei fosse vencido dos mouros, dispôs as coisas de maneira que as armas de Afonso Henriques ficaram na armada por esquecimento, não querendo que armas sempre vencedoras fossem vencidas dos mouros, e na mesma armada voltaram a Lisboa e D. Henrique as mandou ao mosteiro de S. Vicente e daqui as levou a Santa Cruz o cónego D. Francisco das Neves, que então estava em S. Vicente. Passando elle por Santarem o prior desta vila fez juntar os principais*

---

<sup>19</sup> Vol. II, pág. 173, de 1859.

della na matriz, subiu ao pulpito e mostrando as armas disse: *Eis aqui, nobres moradores de Santarem, a espada e escudo com que esta nossa terra foi livre dos moiros pelo glorioso e invicto D. Afonso Henriques; alegrai-vos todos com as vêr e venerar e de novo demos graças a Deus por tam grande beneficio. E descendo do pulpito deu a beijar a todos a dita espada como reliquia. E não ha duvida que foi milagre escaparem estas armas em tempos tam confusos e tam revoltos como aqueles.*

Na página 513 renovou, confirmativamente, esses informes:

*Mas como Deus Nosso Senhor, por seus altos juizos, queria castigar este reino, permitiu que elle ficasse vencido e seu exército desbaratado dos mouros, sem mais se saber delle. E que a espada e o escudo do santo rei ficasse na armada e se restituísse outra vez ao mosteiro de Santa Cruz.*

Nas *Memórias para a história de Portugal que comprehendem o governo del-rei D. Sebastião* (III, 238, de 1747), Diogo Barbosa Machado reiterou esse esquecimento, na pura fé da *Crónica* citada.

Novamente, assim, no túmulo de Afonso Henriques patentearam os crúzios a sua espada e o seu escudo.

Em 1834 à fúria demagógica dos liberais imolaram-se as ordens religiosas; com os seus fartos bens àvidamente se locupletaram os fariseus e aventureiros da nova ordem (ou desordem) política. Então, a espada e outros valores artísticos e bibliográficos do mosteiro de Santa Cruz foram doados ao Museu Portuense ou de D. Pedro <sup>20</sup> — o primeiro do género instituído no País, ao qual

---

<sup>20</sup> Neste ensejo é oportuno lembrar o que nas suas *Memórias* deixou escrito o Marquês de Fronteira e de Alorna (ditou-as em 1861 e publicaram-se em 1928 a 1932). Na parte V e na pág. 70 isto se lê: *Admiramos* (as tropas liberais comandadas pelo Duque da Terceira, as quais entraram em Coimbra no dia 8. V. 1834) *a espada do herói de Ourique, que estava sobre o túmulo de Afonso Henriques, desde que ele ali jazia. Tinha escapado a todas as guerras civis e movimentos revolucionários democráticos, mas não escapou à ideia fixa dos homens de 1834. Estes foram buscá-la, quando ainda a Congregação exis-*

no ano de 1911 se outorgou o qualificativo de Museu Nacional de Soares dos Reis <sup>21</sup>. Como propriedade do Museu nele entrou a célebre espada afonsina <sup>22</sup>, sem a bainha e a arca, roubadas em data ignorada. Também desaparecera o escudo <sup>23</sup>.

Faria e Sousa, na *Europa Portuguesa* (II,67, edição de 1679), desta forma o descreveu: *Su materia era una ligerisima tabla cubierta de ante, de largo*

---

*tia e deram-na de presente ao museu de Coimbra (erro), ignorando todos os antiquários e homens entendidos na história a razão disto. Se a Colegiada de Guimarães fosse a guarda da espada de D. Afonso Henriques, entendia-se, porque o rei ali tinha sido baptisado; se a vissemos pendurada numa das colunas da catedral de Lisboa, mesquita que ele tomara de assalto com aquela espada... também se compreendia; mas vê-la no museu é um absurdo, assim como é quase absurdo procurar a explicação de muitas coisas que se fizeram em 1834.*

<sup>21</sup> Ver: *Guia Histórica e Artística do Porto*, 193, do autor, 1935, e o *Inventário do Mosteiro de Santa Cruz à data da sua extinção em 1834*, de António Gomes da Rocha Madail (em *O Instituto*, vol. 101, págs. 522 a 531, de 1943).

A Câmara Municipal de Coimbra de 1834 (interina) só debilmente reclamou desse esbulho. A D. Pedro IV enviou uma petição a justificar a conveniência de na cidade ficarem os bens dos conventos suprimidos. Acerca da espada isto alegava: *A espada do grande Afonso acha-se depositada no santuário do mosteiro de Santa Cruz, não será justo que esta estimadíssima reliquia do fundador da monarquia lusitana se separe da cidade onde repou-sam as cinzas de tam grande herói.*

<sup>22</sup> Segundo a comunicação enviada pelo Ministério do Reino ao Prefeito do Douro (*Exposição histórica da criação do Museu Portuense*, 18, João Baptista Ribeiro, 1836).

Deste documento não há o mínimo rasto. Vasco Valente realizou buscas no arquivo da Prefeitura do Douro, todas vãs. Nos arquivos do Ministério do Reino (agora no arquivo central das secretarias de Estado) e no da Repartição dos Próprios Nacionais (integrado no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças também as efectuou Santos Estevéns, baldadamente, em 1944.

<sup>23</sup> Rodrigues de Gusmão, na nótula publicada na *Revista Literária* (XI, 527, de 1843) e reproduzida em *O Instituto* (de 1857, pág. 174), afirmou que desejara vê-lo em Santa Cruz. Um padre lhe dissera que tinha desaparecido e não se sabia quando.

tenia casi seis palmos y tres de ancho. Desto se puede inferir qual fuesse su estatura (a de Afonso Henriques), porque es de creer no excederia el escudo, después de abraçado, del ombro y de la rodilla, com que a lo menos tendria diez palmos de alto. Na *Crónica dos Cónegos Regrantés* (pág. 513) o seu autor apenas referiu isto: *É de pau de figueira, forrado de couro de boi cru, oleado e pintado, com cinco palmos meio de comprido e três de largo no mais largo.*

O que nele estava pintado era uma cruz potenteia<sup>24</sup>, azul, sobre fundo branco<sup>25</sup>, tal asseguraram Faria e Sousa e Fr. António Brandão, na *Monarquia Lusitana* (III, 178, de 1632). A cruz, porém, devia ser latina, como informaram Duarte Nunes de Leão e André de Resende<sup>26</sup>.

O escudo e a espada eram agentes de um fenómeno curioso, estranho; por isso o registou Faria e Sousa, na *Europa Portuguesa* (II, 67 e 68)<sup>27</sup>: *Ay tradición de que al morirse algun rey desta corona (a lo menos a los antiguos) hablaban en el suelo estas dos alhajas, sin que se rompiessen los fiadores, ni era creible que siempre a aquel punto se hubiesen de romper.* Foi observado por muitas pessoas. Ignora-se, porém, se todas acreditaram nesse ardil, ou tolo ou ingénuo. Era grande o empenho dos crúzios, não alheios aos bens materiais, na canonização de D. Afonso Henriques<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> Cruz potenteia, potentada ou de Santo António é a cruz grega com os braços na forma do T.

<sup>25</sup> As cores azul e branca foram escolhidas para o laço nacional pelas cortes gerais extraordinárias e constituintes de 1821.

<sup>26</sup> Ver *O escudo nacional português*, de António G. R. de Vasconcelos, na *Lusitania*, n.º 3, págs. 326-27, revista de 1924.

<sup>27</sup> Informe transcrito na *Crónica dos cónegos regrantés*, 512 — no *Apparatus historicus*, 186, de 1778 e de Josephus Pereyra — na *História das ordens monásticas em Portugal*, II, 715, de 1888.

<sup>28</sup> Nas inquirições mandadas tirar por D. João Soares, bispo de Coimbra (séc. XVI), a respeito da santidade do rei conquistador, afirmou um crúzio ter visto caírem essas armas

A partir dos meados de 1800 formularam-se várias e discordantes opiniões quanto à genuinidade da espada. Umas refutaram-na, aplaudiram-na outras.

Dura e incisivamente pela primeira vez se manifestou a negativa do P.<sup>e</sup> António da Cruz Pereira Coutinho, a qual foi publicada, sem autoria, no ano de 1841 e no *Antiquário Conimbricense* <sup>29</sup>.

A. M. Seabra de Albuquerque, nos *Prelúdios Literários* (n.º 11, de 1860) <sup>30</sup>, enunciou a dos cofres terem voltado vazios da África, pelo que em Lisboa se forjaram outra espada e outro escudo, iguais aos perdidos. Essas armas foram as que passaram triunfalmente em Santarém e se colocaram no túmulo afonsino <sup>31</sup>.

O autor, anónimo, do artigo publicado em 1861 no *Arquivo Pitoresco* admitiu a legitimidade. Porém, o do inserto no *Arquivo Universal* (IV, pág. 78) e no mesmo ano, também anónimo, declarou como piás fraudes de Nicolau de Santa Maria o esquecimento na galé real e o regresso ao mosteiro.

António Augusto Leal, em 1873, no *Arquivo Popular* (IV, 81), limitou-se a dizer que não estava bem averiguado o regresso.

---

no dia da morte de D. Manuel I. É deveras singular esta notícia referida no *Itinerário da jornada que fez o Sõr Severim d'faria chantre e conego da see d'Evora a Miranda no anno d'1609* (em *Nação Portuguesa*, vol. 7, fasc. 11-12, pág. 302, revista de 1933); *Em hua capella da sanchristia se guarda inda seu escudo, do qual dizem que estando pendurado cahia no chão em o dia q morria qualquer rey deste reyno e q quando se perdeo a batalha de Alcacere cahio e se fez em pedaços.*

Como podia cair na igreja de Santa Cruz se estava na África?

<sup>29</sup> N.º 1, pg. 3, e n.º 6, pg. 47. Jornal arqueológico de Coimbra, raríssimo. Artigos reproduzidos em 1887 e em os n.ºs de 28 de Outubro e 4 de Novembro do jornal intitulado *Vida Moderna*, do Porto.

<sup>30</sup> Jornal de Coimbra, raríssimo.

<sup>31</sup> O autor, em 1886, republicou esse artigo num folheto com o título de *As armas do senhor D. Afonso Henriques e a Jornada de África.*

Nos *Estudos históricos e arqueológicos*, II vol., de 1875<sup>32</sup>, Vilhena Barbosa anuiu ao esquecimento e à posterior reposição no mosteiro: *Não se comprehende a razão porque ficaram esquecidas na armada aquelas armas que o real aventureiro levava comsigo como talisman que lhe havia de alcançar a victória desejada. A ancia de combater, o alvoroço de ver de perto o campo, onde esperava colher os louros da victória e, emfim, a precipitação com que se fez o desembarque das tropas, motivada pela impaciencia do soberano, foram as causas, talvez, daquelle esquecimento singular.*

Esse olvido fortuito dimanou, claramente, da insana fula-fula do desembarque na praia de Arzila. Admitiram-no como verosímil os autores seguintes: Augusto M. Simões de Castro, no artigo *El-rei D. Sebastião e a espada de D. Afonso Henriques* (publicado em 1924 no *Arquivo Coimbrão*, n.º 3, com separata), Manuel Pinheiro Chagas, na sua *História de Portugal* (IV, 268, de 1900), Fortunato de Almeida, na *História de Portugal* (II, 420, de 1924), Queirós Veloso, na *História de Portugal* dirigida pelo Dr. Damião Peres (V, 121) e no livro *D. Sebastião* (pág. 131, 3.ª ed., de 1945)<sup>33</sup>.

Figueiredo da Guerra, contudo, num artigo publicado na *Ilustração Moderna* (n.º 25, pág. 185, de 1928), renovou o parecer de A. M. Seabra de Albu-

---

<sup>32</sup> Artigo reproduzido em *O Tripeiro*, II, n.º 60, de 1910. Em 1897, aos 29 de Julho e 5 de Agosto, como original próprio no jornal portuense *A Vida Moderna* foi publicado por José Augusto Carneiro. A única originalidade era a da assinatura.

Este Carneiro distinguiu-se como extraordinário plagiário. No meu livro de 1919, chamado *Lembranças da Terra* (pág. 177), já denunciei as impudentes malas-artes do insigne troquilhas. Porém, o Sr. Dr. Artur de Magalhães Basto, ignora as causas, tem louvado os seus *méritos* historiográficos.

<sup>33</sup> Em 1932, no jornal intitulado *Reporter X*, de 18 de Junho, Ferreira da Costa publicou um artigo sobre a espada — mofino cacharolete de índole misteriosa, rocambolesca, para estarrecimento do vulgo, fabricado com passos da *Crónica dos cônegos regrantes*, do *Antiquário conimbricense* e do *Arquivo Pitoresco*. Artigo deplorável, assim como de lamentar as irrisórias perguntas nele formuladas.

querque: os estojos das armas chegaram vazios a Lisboa e os cónegos de S. Vicente de Fora mandaram fabricar outras, iguais às perdidas na África. Admirável perícia! Engenhosa fraude!

Contrários ao embarque da espada foram Mons. Roberto Fontana e o Marquês de Fronteira e de Alorna. O primeiro, colector do Vaticano em Lisboa, nos informes despachados ao cardeal Como, secretário de Estado de Gregório XIII <sup>34</sup>, participou-lhe que o Rei, depois de festivamente receber a espada e lembrar com admiração os inúmeros golpes sustentados pelo escudo, aos crúzios devolveu essas armas, devido a estarem muito roídas e limadas pelo tempo. No voto do Marquês de Fronteira, pronunciado nas *Memórias* <sup>35</sup>, os crúzios não emprestaram a espada e o escudo ao rei, quando ele intentou *a sua extravagante expedição de Africa*, por serem *muito escrupulosos na guarda de tão precioso depósito*. É flagrante o erro destes informes, aos quais se opõem quer os elementos bibliográficos existentes quer a tradição.

Branquinho de Carvalho, na *Coimbra quinhentista* (pág. 60) diz que o Rei, no acto de desembarque, teria reconhecido, talvez, não serem apropriadas essas armas à guerra iminente, pelo que as abandonou em Arzila. É uma conjectura apenas.

Em 1947 Luís Keil negou peremptòriamente a genuidade da espada: *nunca poderia ser a verdadeira* e só com valor simbólico era permitido avaliá-la. Por má ventura, esqueceu-se de provar tão firme opinião <sup>36</sup>.

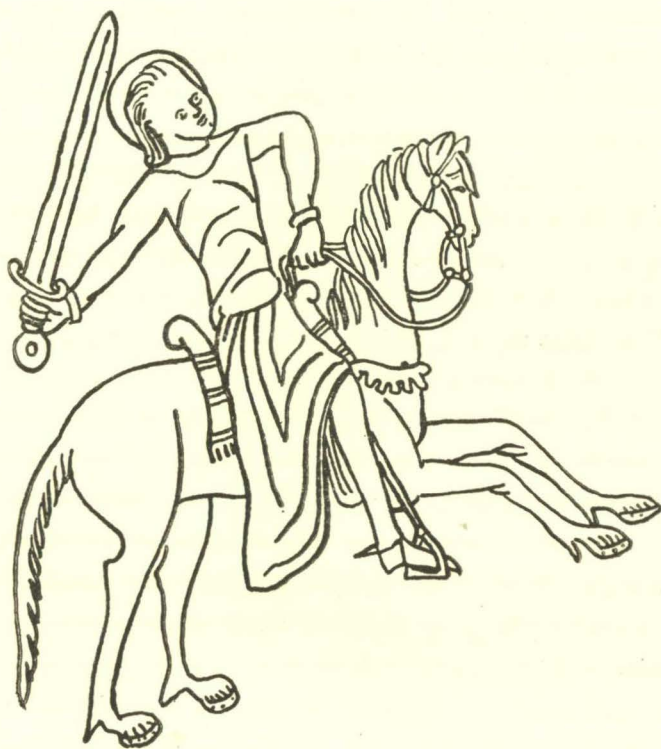
O maior inimigo da espada foi, talvez, o referido António Pereira Coutinho. Com ele e com Luís Keil emparelhou bem, obviamente, Pedro Menda-

---

<sup>34</sup> No *D. Sebastião e D. Henrique*, 176, de 1942 (informe achado pelo autor no arquivo secreto do Vaticano).

<sup>35</sup> Parte 5.<sup>a</sup>, pág. 70. Essas memórias ditou-as o Marquês em 1861 e foram publicadas em 1928 a 32, com a revisão e coordenação de Ernesto Campos de Andrada.

<sup>36</sup> Na sessão extraordinária da Academia Nacional de Belas Artes, realizada em 8 de Maio de 1947 (em *Belas Artes*, revista e boletim da dita Academia, n.º 1, pág. 90, de 1948).



4 — Cavaleiro do século XII (do Apocalipse, do Mosteiro de Lorvão)

nha, figura do livro intitulado *O homem que matou o diabo*, por conta do prosador Aquilino Ribeiro, o qual pretendia *reduzir a pó o embuste de légua e meia da espada*. É evidente que perdeu o fôlego, pois longos anos já decorreram sem essa catástrofe apavorar os fiéis da mesma.

A refutação de Pereira Coutinho apoiou-se em três elementos: a mendacidade normal do cronista Fr. Nicolau de Santa Maria, o inaudito do esquecimento e a falha do assento da volta da espada nas actas capitulares do mosteiro. Esta, na verdade, é ponderável, mas não basta para invalidar o facto do regresso.

No livro dos Assentos e resoluções do mosteiro de Santa Cruz, de 1574 a 1601, só se redigiu a acta do capítulo celebrado em 24 de Março de 1578, no qual se leu a carta de D. Sebastião a pedir as armas e se acordou em atender tal desejo. A volta das mesmas, lógicamente, devia suscitar grande júbilo e o seu registo noutra acta de reunião capitular<sup>37</sup>.

Sem dúvida, o esquecimento das armas na galé real, quando tanto se desvelara o monarca em levá-las para a África, pode julgar-se mui singular; contudo, era facilímo de ocorrer, por efeito da brava ceulema e do pandemónio com que foi efectuado o desembarque. Oportuno se revelou o caso, pois inibiu a espada, sempre vitoriosa dos mouros, de sofrer um grande ultraje — o de pelos mouros ser vencida, e nos propinou a ventura de mantermos essa gloriosa relíquia pátria.

O principal argumento negativo de Pereira Coutinho foi, no entanto, o do cronista Nicolau de Santa Maria se distinguir como doutor na arte de vi-  
ciar a verdade e trapacear ao geito dos seus interesses. Ora o reverendo Cou-

---

<sup>37</sup> Falta igual observou Pereira Coutinho num livro de apontamentos do mosteiro, do século XVIII, embora reproduzisse, em parte, a carta de D. Sebastião. Baldadas foram as buscas realizadas no arquivo de Santa Cruz em 1834, que ordenou o secretário geral do Distrito de Coimbra.

tinho esgrimiou no ar e, injustificadamente, malsinou, neste caso, o arteiro Fr. Nicolau — a quem já bastavam, para seu descrédito, as outras e múltiplas fraudes cometidas —, pois não inventou o esquecimento das armas e o seu regresso ao País. Não. Limitou-se a copiar, sem a devida remissão, o que em 1682 declarou o historiador Manuel de Faria e Sousa. É de surpreender que o reverendo Couceiro não conhecesse o *Epítome de las historias portuguezas*. Eis o escrito nessa obra (vol. II, págs. 551):

*Llevava el Rei la espada i escudo de nuestro nūca vencido i primero Rei dō Alonso, para entrar en batalla cō armas q ya tenia avassallados i rendidos tantos enemigos de la Fe: mas como Dios tenia determinado q fuessen ellos aora vencedores, no quiso que fuessen ellas vencidas: permitio que el Rei desembarcasse sin ellas, i bolvieron al Monasterio de Santa Cruz de Coimbra, cuyos Religiosos se las avian fiado con grandes condiciones, i las guardan con la estima de las joyas mas preciosas*<sup>38</sup>. Esta notícia foi renovada na edição de 1677 (págs. 303) e na *Europa Portuguesa* (III, 29, de 1680). No referido *Epítome* (edição de 1763, II, 26) acrescentou mais este informe: *La espada i el escudo con que peleava i la sobrepeliz con que seguia el coro son oi en aquel monasterio joyas inestimables*.

Assim, 40 anos antes de Fr. Nicolau e em data mui próxima da derrota de Alcácer-Quivir, Faria e Sousa garantia a genuinidade da espada afonsina. Por certo, não haverá quem proponha dúvidas acerca da dignidade histórica desse cronista. Se tal escreveu tal era verdadeiro.

Na *Europa Portuguesa* (II, 69, de 1679) não só descreveu a espada como a reproduziu em desenho<sup>39</sup>; entre ele e aquela mínimas são as diferenças.

---

<sup>38</sup> Este passo de Faria e Sousa em 1924 já o publicou Simões de Castro no artigo inserto no *Arquivo Coimbrão*, n.ºs 3 a 5, intitulado *El-rei D. Sebastião e a espada de D. Afonso Henriques*.

<sup>39</sup> Faria e Sousa também era bom desenhador; algumas estampas que realizou foram louvadas por mestres da arte de pintar.

Antes de 1628, porém, outro testemunho ficou. No relato da visita ao mosteiro de Santa Cruz pelo cónego Manuel Severim de Faria, ocorrida em 1609 <sup>40</sup>, isto se lê: *Está aqui mesmo a sua espada.*

Embora tenham sido opostos muitos embargos à sua legitimidade, várias cubiças já se manifestaram para a subtraírem ao Porto. Em 1863-64 foi reclamada pela cidade de Coimbra <sup>41</sup>; Martins de Carvalho algumas vezes batalhou no *Conimbricense*, desde 1873 a 1903 <sup>42</sup>, para que fosse devolvida a Coimbra. Em 1933 ao coronel Câmara Silva morderam apetites de a guardar no Museu Militar de Lisboa, do qual era director; celeuma viva, então, aquentou a cidade do Porto. Um senhor Jorge Cid, esporeado por mofino despeito, no *Diário de Notícias* (de 24 de Março de 1933) deu à luz um artigo lamentavelmente desdenhoso; nele sobressaíam estes pícaros dislates: o coronel Silva renunciava a espada, visto ser uma arma do século XV—continuasse o Porto a guardar o *sabre*, que lhe deram D. Pedro IV, e a chamar-lhe espada de Afonso Henriques. Flagrantemente verdes eram as uvas e, portanto, a espada baixou à categoria de sabre. Que mentalidade exemplar!

Pois, como o Prefeito do Douro (Manuel Gonçalves Miranda) garantiu em 1834 ao ministro do Reino (Bento Pereira do Carmo), *a espada do grande Afonso... não pode confiar-se a melhor guarda que à dos valentes moradores desta cidade* <sup>43</sup>.

---

<sup>40</sup> *Itinerário da jornada*, citado já na nota 28.

<sup>41</sup> *Inventário do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, de António G. da Rocha Madaíl (em *O Instituto*, vol. 101, pág. 256, de 1943) — *Museu Nacional de Soares dos Reis*, relatórios de 1933 e 34, pág. 158, de Vasco Valente, 1936.

O Governo ordenou um inquérito para averiguação dos títulos justificativos da posse lograda pelo Porto, cujo resultado foi nulo.

<sup>42</sup> N.ºs 2672, 3647, 5448, 5384, 5845, 5848.

<sup>43</sup> Ofício de 8 de Junho, relativo à passagem dos valores bibliográficos e artísticos dos mosteiros de Coimbra para o Porto.



5 — *Degolação (do Apocalipse, do Mosteiro de Lorvão)*

Em 1944 a Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra dirigiu à Câmara da mesma cidade uma exposição referente à espada, solicitando-lhe diligências ante o Governo para se obter o seu regresso a Coimbra. Esse acto gerou grande alvoroço no País. Diogo de Macedo, vogal da Junta de Educação Nacional, foi nomeado para sobre a requisição formular o seu parecer. Natural e justamente condenou a pretensão<sup>44</sup>. Os de Coimbra não desistiram do seu empenho; no ano de 1947 à carga voltou a Casa do Distrito de Coimbra em Lisboa. Despacho favorável negou o Governo à petição, fundamentado no aludido parecer e, também, *por não haver motivo de acusação ao Museu de Soares dos Reis, que ha mais de 100 annos a conserva exposta com especial valorisação e dignidade pelo que representa simbòlicamente.*

Até 1934 se ignorou a existência de um documento relativo à espada<sup>45</sup>, qual o dos *Autos de justificação da veneração que teve a espada de D. Afonso Henriques, feita à instancia do padre procurador geral do convento agostinho da Serra*. Pertence ao arquivo do paço episcopal do Porto. Embora não seja de valor formal para a comprovação da legitimidade, contém algo de ponderável e útil. Esses autos formaram-se no cartório da Câmara Eclesiástica do Porto, sob a garantia de José Pessoa de Carvalho, notário público e escrivão da mesma, devido ao requerimento do padre procurador geral do mosteiro da Serra do Pilar, em Gaia<sup>46</sup>, o qual apresentou aos 3 de Novembro de 1718, já com despacho do Dr. Bernardo Azevedo Carvalho, cónego prebendado da Sé portuense e provedor pelo Cabido em Sé vacante. Era este o seu teor:

*Representa a V. Ill.<sup>ma</sup> o procurador geral dos cónegos regrantes de Sto. Agostinho que para certo requerimento lhe é necessario provar o culto e vene-*

---

<sup>44</sup> Vai transcrito no final.

<sup>45</sup> Publicado em *A Voz*, de 14 de Setembro de 1934, pelo autor.

<sup>46</sup> De cónegos regulares de Santo Agostinho, como o de Santa Cruz.

*ração com que muitas pessoas desta cidade e visinhanças vieram ao mosteiro da Serra beijar a espada do senhor rei D. Afonso Henriques como reliquia daquelle que tinham por justificado na presença de Deus.*

*Pede a V. Il.<sup>ma</sup> lhe faça mercê mandar tirar por testemunhas uma atestação autentica do referido com toda a exacção e que o rev.<sup>do</sup> dr. promotor seja notificado para as ver jurar.*

Depuseram 19 testemunhas, com juramento aos Evangelhos, e cada uma assinou as declarações prestadas. Foram estas: Domingos Fernandes Sousa, de 74 anos — P.<sup>o</sup> António Vareiro da Silva, de 70 anos — Martinho Lopes de Afonseca, de 72 anos — João Costa, barqueiro, de 70 anos — Domingos de Almeida, barqueiro, de 80 anos — Pedro Frutuoso Carneiro, de 65 anos — Pedro Pedrossem, de 77 anos — João Silva, solicitador da Relação, de 69 anos — Fr. Cristóvão Soares, de 65 anos — Capitão Manuel do Couto Azevedo, de 62 anos — Licenciado Jerónimo Ribeiro, de 64 anos — Fr. João da Graça, de 75 anos — Fr. João da Porciúncula, de 68 anos — João Carneiro de Araújo, de 64 anos — P.<sup>o</sup> Manuel Mendes, de 81 anos, abade de S. Nicolau — António Ferreira, de 81 anos — Pedro Borges, de 68 anos — Fr. António da Esperança, reitor de Santo Elói, de 72 anos — P.<sup>o</sup> Miguel da Visitação, lente jubilado e cónego secular de S. João Evangelista, de 67 anos.

Disse o primeiro: Que sendo já moço, há cerca de 50 anos, fora com o pai e muita gente da cidade e de fora ao convento da Serra ver e beijar a espada do senhor rei D. Afonso Henriques, como insigne relíquia posta no altar-mor da igreja com toda a veneração e pompa, a qual foi notavelmente festejada por largo tempo como relíquia daquelle tão soberano monarca, por todos havido como justificado na presença de Deus Nosso Senhor, e depois levada com a mesma solenidade para o convento de Santa Cruz de Coimbra.

Os outros, com mais ou menos pormenores, disseram o mesmo. Por tanto, segundo estes depoimentos, os cónegos de Santa Cruz trouxeram ao convento da Serra, à volta de 1670, em solene procissão de cruz alçada, a memoranda es-

pada afonsina, em cuja igreja, no altar-mor, foi exposta à reverência dos fiéis e patriotas. Que motivou essa vinda e a respectiva exposição da arma? Nenhuma palavra elucidativa há nos autos. Em estímulos de cunho patriótico não se pode pensar, visto irem longe os tempos difíceis de Castelo Rodrigo, do Ameixial e de Montes Claros; então a vantagem seria a de levarem a espada às terras do Alentejo. É de crer numa especulação de ordem piedosa; desde velhos tempos era férvido empenho dos crúzios a canonização de D. Afonso.

Os autos mencionados não propinam, realmente, a confirmação da autenticidade da espada mas valem como interessante subsídio para a sua história e corroboram os elementos positivos já revelados. Acerca da probidade e veracidade dos autos não se podem nem aventar nem aceitar dúvidas, pois foram legalmente realizados<sup>47</sup>.

Contêm mais esses autos algumas achegas pertinentes ao vivo empenho da canonização de D. Afonso. Em 29 de Novembro de 1718 o procurador geral de Santa Cruz apresentou este requerimento na Câmara Eclesiástica do Porto:

*Diz o Rev.º D. Miguel do Sacramento, procurador geral da Congregação de Santa Cruz de Coimbra, que ante V. M. trata de justificar os prodígios que Deus tem obrado pela intercessão de D. Afonso Henriques para se tratar da sua canonisação e, alem do que se tem alegado, lhe é tambem necessario justi-*

---

<sup>47</sup> Neste lance, forro de artes louvaminheiras, devo assinalar como inepta e incongruente a ideia geral de que os negócios da vida religiosa eram só influídos por conveniências oportunas e despachados à ordem do proveito da classe eclesiástica. Aparte as excepções, regiam-se como estipulava a legislação em vigor, sem alheamentos da responsabilidade e da dignidade profissionais e sociais. Essa e outras ideias falsas — como a dos horrores e arbítrios da Inquisição, não maiores, afinal, que os da justiça do século, e a das prepotências no enclausuramento monástico de fracas e desvalidas donzelas (\*) —, frutos de um bastardo e mórbido romantismo, já estão repudiadas pela judiciosa crítica histórica.

(\*) Vd. o artigo *Para a vida conventual no século XVIII*, do autor, na *Brotéria*, Abril de 1931.

*ficar que ha nesta cidade em diversas partes muitos paineis e panos decentes em que está a imagem de Cristo Nosso Senhor e de joelhos pintado o dito rei, isto quando o mesmo lhe appareceu no campo de Ourique, e assim com toda a veneração do povo são vistos em igrejas e ruas, onde ha festas espirituais, sendo tais pinturas muito antigas e vistas ha mais de 50 e 100 annos.*

*Pede a mercê de admitir a justificação do sobredito, citando-se o promotor para ver jurar e perguntar as testemunhas.*

Com juramento aos Santos Evangelhos prestaram declarações vários moradores da cidade, com 50 a 70 anos. Em substância affirmaram todos: Que por muitas vezes e em diversas festas e procissões do Porto viram painéis e panos decentes pintados com as figuras de Cristo e Afonso Henriques, este de joelhos, em memória de Aquele ter-lhe apparecido em Ourique, os quais eram muito venerados pelo povo. Teriam mais de 100 ou 150 anos e o seu sentido tendia a proclamar santo o rei conquistador.

As pinturas deste género, na verdade abundaram no País; em painéis de azulejos também se figurou largamente a cena milagrosa de Ourique <sup>48</sup>.

No mórbido sentimentalismo popular muito se radicara a lenda maravilhosa de Ourique, fomentada pela imódica fantasia de Fr. Bernardo de Brito, ainda que a esse facto não fosse estranha a repercussão das estrofes nobilíssimas de Camões <sup>49</sup> e <sup>50</sup>.

Com a morte inglória de D. Sebastião a fé dos cónegos regrantes não ficou tumulada. Enfim, a hora da canonização havia de surgir. Manifestamente, cumpria esperar, saber esperar — uma virtude eficaz de todas as polí-

---

<sup>48</sup> V. g. os da matriz do Castro Verde, setecentistas (*Ainda a batalha de Ourique*, de Vitoriano José César, na *Portucale*, n.º 35, págs. 205 e 6, revista de 1933).

<sup>49</sup> Alexandre Herculano, na sua *História de Portugal*, III, 34, 8.ª ed., attribui ao arraigado affecto nacional a fama de santo por Afonso Henriques lograda e o empenho de se obter a auréola de santidade para o mesmo.

<sup>50</sup> Canto III, estâncias 44 a 54, dos *Lusíadas*.



6 — Retrato a óleo pintado por Carlos Falch, em 1655.  
Na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra



7 — Busto de pedra, proveniente de Santarém, que se  
guarda no Museu Arqueológico, em Lisboa

D. AFONSO HENRIQUES

ticas. Julgaram-na favorável em 1718? Ainda dessa vez, porém, se lhes gorou o bom exito das esperanças.

Livre-nos Deus, agora, de que algum bando de *patrioteiros*, meramente gralhadores, irrompa a louvar e a reclamar a canonização afonsina<sup>51</sup>. Realmente, não é com megalogorias e loquacidades, com actos insanos, ilógicos e arrebatados, que se enaltecem os heróis da Pátria, já os que lidaram nas conquistas e navegações já os que se afanaram nas arte do espírito. Não. É com a inteligência e o coração.

A espada de D. Afonso Henriques não grangeou a fama europeia das de alguns assinalados guerreiros do medievalismo, uns históricos e outros lendários, tais a Durindana de Rolando ou Roldão, a *Joyeuse* de Carlos Magno, a Balmung de Siegfried, a Caliban do rei Artur. Os anais lusos, no entanto, aclamam-na como a de maior prestígio pátrio — sem nenhum deslouver para a de Nun'Álvares, a de Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador, as de Duarte de Menezes e Duarte Pacheco Pereira, o Aquiles lusitano, além doutras — uma vez que a estrénuos e formidandos golpes na moirama e no leão castelhano demarcou e fundou, com perene vigor, a nacionalidade.

Natural é, pois, o orgulho, a ufanía, o júbilo, da posse de tão preciosa relíquia histórica da Nação.

O tipo da espada do Conquistador não se integra, na verdade, numa época definida, restrita, antes foi geral do século VI ao XV, segundo no-lo testificam estas obras: *Le costume, les armes, les bijoux chez les peuples anciens*

---

<sup>51</sup> *Se uma crença de paz e humildade não consente que Roma lhe conceda essa coroa, outra religião, também veneranda, a da pátria, nos ensina que, ao passarmos pelo pálido e carcomido portal da igreja de Santa Cruz, vamos saudar as cinzas daquele homem sem o qual não existiria a nação portuguesa e, porventura, nem sequer o nome de Portugal* (Alexandre Herculano, *História de Portugal*, III, 134, 8.<sup>a</sup> ed.).

*et modernes* de Frédéric Hottenroth, *Les arts au moyen-âge*<sup>52</sup> e *Mœurs, usages et costumes au moyen-âge*, de Paul Lacroix (1869 e 1871), *Guide des amateurs d'armes et armures anciennes*, de Auguste Demmin (1879). Espadas desse género, com as guardas laminadas e encurvadas para baixo ou em linha recta e com um largo disco terminal, foram usadas pelos guerreiros meroveus e carolíngios (séc. VIII), escandinavos (séc. XI), polacos (sécs. XIII e XIV), alemães (sécs. XIII ao XV) e até mouros.

Na baixa idade-média, porém, a sua voga decorreu nos tempos de 1100 e 1200. Admirem-se as iluminuras do Apocalipse de Lorrão (séc. XII); em duas figuram espadas iguais à afonsina. Também as patenteiam, assim como outras de guardas rectas, os selos de Ricardo Coração de Leão (séc. XII) e de Henrique I da Inglaterra (1135), as obras intituladas *La Chevalerie*, de Léon Gautier (1884), *L'art dans l'armure et dans les armes*, de Maurice Lippman<sup>53</sup>, *British and foreign arms and armours*, de Charles H. Asbdown (1909), *História de Portugal*, dirigida pelo Dr. Damião Peres, no capítulo da *Organização militar*, de Vitoriano José César (II vol., págs. 529, 530 e 534), *A record of european armour and arms through seven centuries*, de Guy Francis LaKing (II, págs. 272, 273 e 275, de 1920). Uma dessas espadas, muito bela, está na Real Armeria de Madrid<sup>54</sup>.

Finalmente, é mui de ponderar o voto do director da Fábrica Nacional de Toledo, que em 1933 foi consultado por Vasco Valente, director do Museu Nacional de Soares dos Reis, acerca da época provável de tão discutida arma. Assim o emitiu numa carta de 11 de Agosto<sup>55</sup>.

*En España se ha repetido mucho, durante los siglos XII y XIII el tipo de espada de gabilanes curvos, recogidos sobre la ancha hoja, y pomo esférico o*

---

<sup>52</sup> Na pág. 130 vê-se a espada de Carlos Magno.

<sup>53</sup> Na *Revue des arts décoratifs*, 1877-78.

<sup>54</sup> *Catalogo historico y descriptivo*, 203, do Conde V. de Don Juan, Madrid, 1898.

<sup>55</sup> Arquivada no Museu Nacional de Soares dos Reis.

Padre Geral e convento do mosteiro desta foz de  
Cimbra, Eu El Rey vos envio m<sup>o</sup> saudaes, Eu me haço  
Publicado em aver de fazer por m<sup>o</sup> c<sup>o</sup>a ajuda d'outro em  
sua empresa em Africa, por muitas e muy grandes Razões,  
muy Importantes ao Bem de meus Reynos, e de toda espanha,  
de que tambem Resulta beneficio a xpãdade e q<sup>o</sup> me poucas  
escruerass, aq<sup>o</sup> pera encomendar des aq<sup>o</sup> o bom sucesso  
dista empresa, que por seu ser<sup>o</sup> fago, como pera vos d'aver  
que desejo Leuar nella a espada e escudo daquelle  
grande e valeroso Príncipe Rey de Castella Dom Afonso  
Anriquez, cuja sepultura está n'esse mosteiro, e q<sup>o</sup> me  
espero e espero que d'estas letras me de as Viçayas  
que El Rey do Reyno de Castella soue: Pello q<sup>o</sup> vos encomen-  
do muyto que logue mas madaes; por dons Reliquias d'el  
Conde e heraltes Ellegeres. E como en embargo de nã  
as trazer a enuiaz a este mosteiro, pera as ter de  
na Veneraç<sup>o</sup> e guarda que se deuido acubas frai, e  
pe ludo. E por aqui entenderem q<sup>o</sup> as não quero senã em  
prestadas pera o effeito a q<sup>o</sup> vou, e se q<sup>o</sup> me q<sup>o</sup> me  
Doutam<sup>o</sup> de isdo se fago m<sup>o</sup>. Scripta d'ixa a A. 4. de  
Março de 1578

Rey

Pena padre e convento do mosteiro desta foz de Cimbra

*de disco de gran diametro, cuyo estilo tiene marcadas influencias goticas. Nosotros tenemos en nuestra exposición una espada copia de las de nuestro gran capitán Gonzalo de Cordoba, muy parecida, que aun siendo muy posterior (1515) está inspirada en dicha epoca remota: igual traza, iguales dimensiones, aunque en labra es mas florida.. Creo, pues, que el croquis que me envia corresponde al gusto de la epoca de su primer rey y que como dicha espada hubo muchas en la peninsula.*

Não se compreende, assim, o motivo de Figueiredo da Guerra equiparar a espada de D. Afonso às adagas inglesas de Quatrocentos, chamadas anelácios<sup>56</sup>. O facto da espada ser curta não permite confundí-la com uma adaga, pois esta arma não se distinguiu só pela curteza. As adagas eram punhais desenvolvidos. Ora longos anos antes, em 1891, não a classificou de adaga e atribuí-a ao século XII ou XIII.

A espada afonsina — jovialmente qualificada de sabre pelo douto Sr. Jorge Cid e de grosseiro montante por Lady Jackson, na *Formosa Lusitania* — é uma arma bi-gúmea, algo rebaixada na parte média (em canal), de folha e empunhadura curtas; as guardas, laminadas, ampliam-se em curvas voltadas para baixo; forma-lhe o remate um disco dourado e pesado. Faria e Sousa descreveu-a e apresentou-a na *Europa Portuguesa* (II, 69, de 1679). Verificam-se leves diferenças no cotejo dessa figura e da espada, o que não pode gerar suspeitas, é claro. Eis as palavras desse historiador: *El pomo venia a ser como una de las piezas del juego de tablas, de la punta del a la hoja ay puntuales cinco palmos. Ela tiene quatro y tẽrcio de largo, tres dedos de ancho en lo alto y va espirando segun parece de la punta que tambien aqui delineamos.* Como já se referiu, as espadas medievais não eram compridas; a de D. Afonso devia ter mais de um metro e dez, visto em 1679 Faria e Sousa anotar o comprimento de 5 palmos. Justamente, ao vê-la, proferiu estas palavras D. Sebastião: *Bom*

---

<sup>56</sup> *Ilustração Moderna*, n.º 25, de 1928.

*tempo, em que se pelejava com espadas tam curtas!* Nem com 1<sup>m</sup>,10 nem com mais alguns centímetros era comprida.

As acaçaladuras do tempo de D. Afonso e a de 1580 contribuíram, é óbvio, para uma redução, a qual aumentou depois com as limpezas determinadas pela ferrugem. Por isso, não correspondem às de Faria e Sousa as medidas actuais, que são estas: altura total 99 cents., diâmetro do disco 7,5 cents., largura das guardas 14,6 cents., altura da lâmina 80,2 cents., largura da lâmina no alto 5 cents. e no centro 4.

Essa pouca altura serviu a alguns para falsa julgarem a espada afonsina, convencidos, lamentavelmente, de que o nosso primeiro rei devia brandir o montante de Ferrabraz. Ignoravam que as espadas dos romanos, godos e lusitanos eram curtas, por se apropriarem à luta de corpo-a-corpo. Na estátua de D. Afonso Henriques erguida em Guimarães e por Soares dos Reis lavrada ostenta-se a espada vinda de Santa Cruz. Não era ele só um escultor de génio, tanto na execução plástica tanto na criação espiritual; influíam-no, também, escrúpulos vivos de sinceridade e veracidade, por efeito dos quais diligências atentas dispendia no estudo dos costumes e ambientes das épocas relativas às suas obras históricas. Por se convencer da legitimidade da espada, ao cabo de activas e oportunas investigações, foi que a representou na estátua<sup>57</sup>. Afinal, muito antes, em 1655, já o pintor Carlos Falch a reproduzira no retrato de Afonso Henriques destinado à Sala dos Capelos, o tabernáculo da Universidade coimbrã.

---

<sup>57</sup> Entendeu Alfredo Pimenta que Soares dos Reis apenas formou uma estátua bonita, por ele não poder integrar-se na alma de Afonso Henriques, visto ser um delicado e trabalhar o mármore como se fosse linha. A *garra* de A. Pimenta, na crítica de arte, não era, decerto, mui aguda. Esqueceu-se, além disso, do magno talento e da probidade profissional de Soares dos Reis. *Quandoque bonus dormitat Homerus.*

<sup>58</sup> Na *Seara Nova*, n.º 320, de Outubro de 1932, e em *A Voz*, de 14 de Setembro de 1935. Esses artigos foram republicados em 1939, n.ºs 8 e 9, na *Revista dos Centenários*.

Em 1932 e 1935<sup>58</sup> afirmei a legitimidade da espada afonsina, a qual repeti no ano de 1939. Nem uma só voz me contraditou, apesar do longo tempo volvido, o que, manifestamente, não significa uma plena concordância.

Confiado nos elementos expendidos novamente a estipulo, regozijado pela fausta perduração de tão magnífica e preciosa relíquia pátria.

Ainda que, porém, seja errado o meu voto e a espada não fosse brandida por Afonso Henriques, julgo que não menos a devemos venerar, em homenagem à tradição — a tradição vale como a força mais viva e fecunda do espírito da grei — e ao seu mirífico e nobre sentido simbólico.

Ajuda-me o poeta portuense Joaquim Pinto Ribeiro, lírico dos meados de oitocentos, a findar com luzimento o meu modesto arrazoado, por meio de algumas estrofes<sup>59</sup> com que exaltou

*A Espada de D. Afonso Henriques*

Sete séculos já no pó tombaram  
Desde que teus lampejos libertaram  
Do furor luso, ó gládio, o aflito moiro  
E sobre nós — estranha maravilha!  
Inda qual sol num belo ocaso, brilha  
A tua maçã de oiro!

Neles as tuas quinas se elevaram,  
Vezes cento, onde nunca esvoaçaram  
De Roma as águias, ébrias de vitória,  
E vezes cento, em seu curso perdido,  
Tem vacilado e empalecido  
O Sol da nossa glória.

---

<sup>59</sup> Do livro *Coroas fluctuantes*, de 1862.

Santa relíquia, a fé das priscas eras  
Te temperou; só tu, só tu puderas  
Tanto prodígio obrar que nos assombra!  
Quantas c'roas reais que assoberbaste!  
Quantos crescentes infiéis forçastes  
De novo a entrar na sombra!

Só tu dirás às eras, triunfante,  
Teu poder e seus feitos de gigante;  
Como os rios em sangue convertias  
E às cidades talhavas as mortalhas  
Se em seu seio, sedenta de batalhas  
Ígneas brisas sorvias.

.....

E após co'esses teus mortos invencíveis  
Salvar teu reino, ó lâmina-rainha,  
Em seu centro virás a repousar-te,  
Tendo o Doiro caudal por talabarte  
E o Porto por bainha.

## PARECER DE DIOGO DE MACEDO

Ao pedir-se-nos um parecer sobre a propriedade dum objecto histórico e, sobretudo, simbólico, parecer este que deve considerar a integridade dos valores arquivados nos museus do Estado, por certo nos foi feito não só como vogal da Junta de Educação Nacional mas, também, como director de um desses museus.

Assim, é nosso dever defender o princípio de que todos os valores confiados à direcção dos museus do Estado deles não devem sair, sob que pretexto for, porque pertencendo eles ao Estado e estando patentes nesses museus em exposição pública não só são património da nação, valorizados pelo ambiente em que se encontram, como servem, no mais elevado espirito de sentido civilizador, a cultura do público e os sentimentos nacionais.

A espada, atribuída ou autêntica, como tendo pertencido a D. Afonso Henriques, que há mais de um século se encontra exposta em lugares de honra, devidamente acondicionada e conservada no Museu do Porto... está naquele caso. Melhor defesa e melhor apresentação não poderá ter.

Das razões históricas, honrosas, para a cidade do Porto, que adquiriu direitos de detentora de tal relíquia, testemunham os officios juntos, de parte a parte, e sobre eles não temos de pronunciar-nos. Uma cidade que não soube defender esse património da nação e da história pátria perdeu, moralmente, todos os direitos, mesmo futuros, de qualquer reclamação, especialmente quando esta é feita por uma sociedade com carácter regional e, consequentemente, particular, em opposição aos interesses e propriedades do Estado.

Em compensação, a outra cidade do mesmo país, que a mereceu com honras régias, pelo modo como a tem sabido defender e continua a defender, mesmo contra pretextos sentimentais e de tradição duvidosamente baseada, merece a consideração e a justiça de quem de direito, para que continue a guardá-la como trofeu da sua própria história.

Além de tudo isto, um museu nacional não pode nem deve consentir nessa alienação, porque não existem motivos de ordem experimental, de conservação e valorisação, para que essa relíquia simbólica dali seja retirada, porque se pretende com a citada reclamação expô-la dentro de uma igreja que não possui a vigilância precisa para a sua defesa, nem condições de perfeita conservação, junto de um sepulcro glorioso, é certo, não só como

obra de arte, onde aquele escrínio não tem lugar sem prejuizo para o próprio monumento, que também deve ser defendido de qualquer acresceto alheio, como pela ossada real que guarda, sufficiente relíquia nacional que pretere qualquer outra, ainda que do valor da referida espada, e, finalmente, porque esta espoliação sem justificadas causas contra a cidade do Porto representa um desrespeito contra a moral de toda a nação nestas exigências sem motivos de queixa, que pode provocar tristemente descontentamentos inúteis entre cidades irmãs e amigas, da mesma nação.

Por quanto dissemos, é nosso parecer que a espada chamada de D. Afonso Henriques continui onde se encontra, pertença e guarda do Estado, e não confiada a uma sociedade de propaganda.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE (A. M. Seabra de) — *As armas do Senhor D. Afonso Henriques e a Jornada de África* (nos *Prelúdios literários*, jornal de Coimbra, II, 1860, artigo reproduzido em folheto e em 1886).
- ALEXANDRE HERCULANO — *História de Portugal*, III, 8.<sup>a</sup> ed.  
*Arquivo pitoresco*, 1861 (*A espada del-rei D. Afonso Henriques*, artigo anónimo).  
*Arquivo universal*, IV 78, de 1861 (*A espada de D. Afonso Henriques*, nota do noticiário).
- ASDOWN (Charles H.) — *British and foreign arms and armours*, 1909.
- BARBOSA (Vilhena) — *Estudos históricos e arqueológicos*, II, 1875.
- BRANCO (Manuel Bernardes) — *História das ordens monásticas*, II, 1888.
- CARNEIRO (José Augusto) — *A espada del-rei D. Afonso Henriques* (em *A Vida Moderna*, 25 de Julho e 5 de Agosto de 1897).
- CARVALHO (J. Branquinho de) — *Coimbra quinhentista*, 1948.
- CASTELO BRANCO (Emílio) — *A propósito do centenário de Soares dos Reis* (em *O Tripeiro*, Outubro de 1947).
- CASTRO (Augusto Mendes Simões de) — *El-rei D. Sebastião e a espada de D. Afonso Henriques* (no *Arquivo Coimbrão*, n.<sup>os</sup> 3 a 5, 1924, artigo com separata).  
— *Notas acerca da vinda e estada del-rei D. Sebastião em Coimbra no ano de 1570* (no *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, I, 1914, artigo com separata).
- CASTRO (Mons. José de) — *D. Sebastião e D. Henrique*, 1942.  
*Catálogo histórico e descritivo da Real armeria de Madrid*, 1898.
- CESAR (Vitoriano José) — *Organização militar* (em *História de Portugal*, II, edição da Portucalense Editora).  
— *Ainda a batalha de Ourique* (em *Portucalense*, revista do Porto, n.º 35, 1933).

- COSTA (Ferreira da) — *Onde está a verdadeira espada do 1.º rei português* (no *Reporter X*, n.º 98, Junho de 1932).
- COUTINHO (P.º António da Cruz Pereira) — *Outra vez a espada de D. Afonso Henriques* (em *O Antiquário Conimbricense*, n.º 6, de 1841, sem o nome do autor).
- DEMMIN (Auguste) — *Guide des amateurs d'armes et armures anciennes*, 1879, 3.ª ed.
- DENIS (Ferdinand) — *Portugal*, 1846.
- GAUTIER (Léon) — *La chevalerie*, 1884.
- GUERRA (Luiz Figueiredo da) — *A espada de D. Afonso Henriques* (na *Ilustração Moderna*, n.º 25, pág. 185, de 1928).  
— *As armas de D. Afonso Henriques e a jornada de África* (no *Archivo Vianense*, n.º 3, de 1891).
- GUSMÃO (Rodrigues de) — *O escudo de D. Afonso Henriques e o laço nacional* (na *Revista Literaria*, XI, 527, de 1843, nótula reproduzida em *O Instituto*, V, 174, de 1857).  
*História de Portugal*, dirigida pelo Doutor Damião Peres, II.
- HOTTENROTH (Frédéric) — *Le costume, les armes, les bijoux chez les peuples anciens et modernes* — Paris, s/d.
- Itinerário da jornada q fez o Sôr M'el Severim d'faria chantre e conego da See d'Évora a Miranda no anno d'1609* (em *Nação Portuguesa*, fascículos XI e XII, revista de Lisboa, 1933).
- LACROIX (Paul) — *Les arts au moyen-âge et à la renaissance*, 1869.  
— *Mœurs, usages et costumes au moyen-âge*, 1871.
- LAKING (Guy Francis) — *A record of european armour and arms through seven centuries*, II, 1920.
- LEAL (António Augusto) — *A espada de D. Afonso Henriques* (em *Arquivo Popular*, IV, pág. 81, de 1873).
- LIPPMAN (Maurice) — *L'art dans l'armure et dans les armes* (na *Revue des arts décoratifs*, 1887-88).
- MACHADO (Diogo Barbosa) — *Memórias para a história de Portugal que comprehendem o governo de D. Sebastião*, III, 1747.
- MADAHIL (António G. da Rocha) — *Inventário do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra à data da sua extinção em 1834* (em *O Instituto*, vol. 101, de 1943, com separata).

- MATOS (Armando de) — *Evolução histórica das armas nacionais portuguesas*, 1939.  
*Memórias do Marquez de Fronteira e Alorna*, parte 5.<sup>a</sup>, 1929.
- PIMENTEL (Alberto) — *O Porto na berlinda*, 1894.
- RIBEIRO (João Baptista) — *Exposição histórica da criação do Museu Portuense*, 1836.
- PEREYRA (Josephus Pinto) — *Apparatus historicus*, 1778.
- RIBEIRO JÚNIOR (J. Pinto) — *Corôas fluctuantes*, 1862.
- SOUZA (Manuel de Faria e) — *Europa portugueza*, II, 1679.  
— *Epitome de las historias portuguezas*, 1628 (Madrid), 1673 e 1677.
- SANTA MARIA (Frei Nicolau de) — *Crónica dos cônegos regrantes de Santo Agostinho*, II, 1668.
- VITERBO (Frei Joaquim de Santa Rosa de) — *Elucidário das palavras, termos e frases que antigamente se usaram*, 1798-1799.

# Os Leões do Paço da Ericeira

pelo

sócio correspondente

Jean Olivier

## Os Leões do Paço da Ericeira

**N**ÃO longe da Ericeira, nos limites duma pequena localidade do norte desta vila, duas pedras lavradas embutidas em paredes de pobre casa de lavoura, atraíram, recentemente, a nossa atenção.

Eram baixos-relevos, antigos, figurando um leão em pé, com a mão levantada e a cabeça erguida voltada para o lado esquerdo: trabalho de artistas sabedores e hábeis. O motivo idêntico era no entanto de estilo e interpretação muito diferentes, sendo também diversas as dimensões: uma das pedras (n.º 1) media 0,<sup>m</sup>56 por 0,<sup>m</sup>51, a outra (n.º 2) 0,<sup>m</sup>46 por 0,<sup>m</sup>36; esta òptimamente conservada, aquela levemente gasta, mas ainda em bom estado.

Querendo sem mais demora indagar da procedência desses pouco vulgares documentos arqueológicos, procurámos obter algumas informações do dono da fazenda.

A tarefa foi laboriosa, pois só depois de longa conversa, conseguimos saber que os «seus leões» foram trazidos em tempos de uma casa fidalga arruinada, na Ericeira.

Pensámos logo que se podia tratar do antigo palácio dos Condes da Vila, cujos restos, que ainda vimos, desapareceram totalmente já lá vão uns vinte e tantos anos.

Sempre no intuito de esclarecer melhor o problema, fomos procurar o proprietário do terreno onde existiu outrora a edificação; pessoa pouco loquaz, que

nos informou, apenas, que efectivamente havia nas paredes arruinadas «qualquer coisa» sem importância.

De outras fontes obtivemos, enfim, a afirmação da existência dos leões de pedra na fachada, e soubemos também que certa pessoa achando-os «engraçados» os tinha levado primeiro para o velho forte de Santa Suzana<sup>1</sup>, e mais tarde para casa: isso sem opposição fosse de quem fosse!

Confirmada foi a identificação, quando lemos no opúsculo *A Vila da Ericeira* (1903-1905), de Gabriel Pereira, o seguinte:

«Ainda existem restos do Palácio do Senhorio desta Villa, o Conde da Ericeira; pela parte superior a algumas janellas veem-se pedras com um lião esculpido...», e logo a seguir: «Estas paredes a que o povo chama o Paço, são dignas de veneração por terem servido de residência, e quem sabe se de academia, ao nosso douto escriptor D. Francisco de Menezes».

Sem mais comentários a este último parecer, comentários, de resto, presentemente bem pouco efficientes, e, antes de prosseguir na redacção desta singela nota, convirá talvez lembrar sucintamente que foi em 1 de Março de 1622 que se concedeu o título de Conde da Ericeira a D. Diogo de Meneses, cuja família era oriunda de Espanha.

A este primeiro Conde, mordomo-mor e gentil-homem de Filipe IV, sucederam: segundo no título, seu sobrinho neto D. Fernando de Meneses, governador e capitão-general de Tânger, e, a seguir, o terceiro Conde, D. Luís de Meneses, general e veador de D. Pedro II, autor de obras muito estimadas no seu tempo; o quarto, D. Francisco Xavier de Meneses, escritor de mérito que prestou à Pátria grandes serviços; o quinto, D. Luís Carlos de Meneses, por duas vezes vice-rei da Índia, como o tinha sido um dos seus longínquos ante-

---

<sup>1</sup> Denominada também na terra «Forte de S. Lourenço». Este forte apesar de estar em parte arruinado, abrigou durante alguns anos, um posto da Guarda Fiscal.



FIGURA 1



FIGURA 2

passados, chamado pelos antigos autores «o grande D. Henrique de Menezes», em cujo governo da Índia sucedeu a Vasco da Gama e de quem fala Camões no canto X dos *Lusíadas*.

«Outro Menezes logo, cuja idade  
«E maior na prudência que nas armas».

Quanto à residência ericeirense desta nobre família, residência que, apesar da sua vastidão, nunca teve importância de maior como obra de arte, e de que falam pouco os cronistas do tempo, nem sequer foi edificada em sítio aprasível. Bastará notar que em 1884, quando se construiu contíguo aos restos do velho edifício o Largo do Conde da Ericeira, também conhecido hoje na terra pelo nome de Avenida, o local era apenas, segundo Lobo e Silva, uma terra de semeadura cercada de muros de pedra-solta.

Do palácio — só encontramos bem breves referências, que de resto se repetem. Citaremos:

— de João Maria Baptista (*Chorografia moderna do Reino de Portugal*, 1876):

«Ainda restam vestígios do antigo palacio dos Condes da Ericeira».

— de Pinho Leal (*Portugal antigo e moderno*, 1873-1890):

«Ainda nesta villa existem as ruínas do palacio dos seus condes. Julga-se obra do 3.º Conde, D. Luiz (1632-1690); nunca chegou a concluir-se».... etc., etc., etc..

Acrescentaremos apenas que, segundo tradição local, a destruição do palácio foi consequência de incêndio em época indeterminada.

Em resumo, pelas informações colhidas, sabemos que o edifício foi levantado na segunda metade do século XVII, pelo 3.º Conde. A casa era quadrangular, medindo uns 50 metros de lado, tinha rés-do-chão e mais um andar, com pátio central. Foi habitada antes de completo acabamento até o incêndio

que a arruinou. Em 1884 era ainda propriedade da Senhora Marquesa de Lourical, Condessa da Ericeira, e teve depois vários donos. Os últimos paredões esburacados, pois já tinham desaparecido pouco a pouco todas as cantarias de portas e janelas, foram finalmente arrasados em 1931.

Quanto aos leões, salvo os apontamentos de Gabriel Pereira, já citados, e que não são, afinal, senão extractos textuais dum artigo de J. F. Henrique Nogueira, publicado no *Panorama*, em 1844, não encontramos outras referências.

Quais serão a origem, a procedência, o significado das duas tão interessantes esculturas?

Poderia alguém julgar tratar-se de figuras pertencentes ao escudo dos senhores da vila: era hipótese inadmissível. A família dos Menezes tinha por armas em «campo de ouro, um anel do mesmo perfilado de vermelho, com rubim n'elle». Outros, mais recentemente, usaram escudo «Esquartelado; no 1.º e 4.º as armas de Portugal, e no 2.º e 3.º em campo azul três flores de liz de ouro em roquete; sobreposto, um escudinho com o anel dos primeiros Menezes».

Nunca apareceram leões nos brasões de armas dos Condes.

De resto, é de notar que as duas pedras lavradas são mais antigas do que o palácio como se deduzirá dos seguintes elementos complementares.

*Fig. N.º 1* — O maior destes baixo-relevos é lavrado num pesado bloco de cantaria, sendo a figura representada com a mão direita levantada à altura da cabeça, o pescoço fortemente inclinado para trás. Pode ser trecentista ou pouco mais antigo. Lembra certas esculturas orientais. As posições das mãos muito afastadas, mas na mesma direcção vertical, indicam possível utilização como suporte de brasão, de medalhão ou de motivo architectónico. Trabalho de artista estrangeiro.

*Fig. N.º 2* — De mais pequenas dimensões e lavrado com mais relevo em placa de pedra lioz. Parece quinhentista. A figura, de apresentação diferente da

primeira descrita, lembra o leão passante, heráldico — trabalho de artista português.

Por ser de origem mais dificilmente determinável e pela original execução, a primeira dessas esculturas oferece interesse invulgar.

Pelo exame de uma sua reprodução por arqueólogo especializado, muitos anos director de serviços arqueológicos no Médio-Oriente, obtivemos a confirmação da possível idade indicada, da origem oriental, e, também, a verificação de uma grande analogia com certas esculturas sírias.

No que respeita ao encontro de documentos desta natureza no nosso continente, não podemos esquecer:

a) A influência oriental que se concretizou principalmente nas belas decorações de estilo romano-bizantino do século XI e seguintes.

b) A partir da mesma época, e devido às cruzadas, o movimento de interpenetração das três civilizações latina, grega e muçulmana, exercendo sobre as Artes e as Letras, na Europa, uma influência considerável.

c) Na Península Ibérica, desde o século VIII, as invasões dos muçulmanos e a tão demorada permanência destes no sul da Espanha, com seus arquitectos, decoradores, etc., que nos legaram obras, por vezes de sabor nitidamente bizantino.

Portanto, encontrando-se nos nossos museus ou colecções particulares esculturas orientais ou de tradição oriental, e sendo bem conhecida a inclinação dos Condes da Ericeira para as Belas Artes, não podiam ter eles trazido de Lisboa, no século XVII, dois baixo-relevos de valor decorativo incontestável, para encimar alguma porta ou janela, rompendo assim com a monotonia de uma fachada de residência fidalga, demasiadamente simples e de pouco valor architectónico?

A hipótese será plausível para quem sabe que os Meneses residiam habitualmente em Lisboa, no sumptuoso palácio da Anunciada, rodeados das suas ricas colecções de quadros, esculturas, etc., dos quais Pinho Leal escreveu:

«O jardim deste palacio continha trabalhos de esculturas muito notaveis; gozava fama de não ter rival na Peninsula... Havia mesmo uma cascata do celebre escultor Bernini, mandada fabricar em Roma, em 1675».

O mesmo autor acrescenta: «Distinguiu-se esta familia em todos os tempos pelo seu fasto e bom gosto: o que hoje attestam os seus palacios, ainda que todos arruinados».

Voltando ao chamado «Paço Ericeirense», nada mais há de mencionar, a não ser que os seus últimos vestígios foram substituídos, do lado do referido largo, hoje conhecido pelo nome de Rua do Paço, sendo prolongamento da mesma, por modestas casas de rés-do-chão, com lojas, taberna,... recolha de burros!

O nome desta rua e de uma travessa vizinha é tudo o que lembra hoje o velho e desventurado edificio que abrigou tão illustres senhores da vila.

Apressamo-nos a dizer, no entanto, que circunstâncias um pouco inesperadas quizeram que os leões do Paço, desde longos anos desprezados pelos grandes e pelo povo, voltassem à Ericeira, de onde, talvez, não deveriam ter saído.

Depois de numerosas tentativas e demorados colóquios, conseguimos adquiri-los: isto, confessamo-lo, no principal desejo de evitar a sua possível destruição, ou mesmo um lamentável isolamento em museu — ou pseudo-museu — de província, nem sempre de fácil acesso, quando não totalmente desconhecido dos investigadores, estudiosos ou eruditos apreciadores de Arte e Arqueologia.

Doravante, quem se interessar pelas relíquias do passado, poderá facilmente encontrá-los não longe do lugar onde existiu o velho edificio, no sítio do Alto da Boa-Vista, encastoados nas paredes de uma moradia conhecida pelo «Mirante».

Os leões, olhando altivamente o mar alto, por cima da casaria branca da vila, lembrarão aos entendidos o Paço desaparecido e seus donos, senhores e

condes da terra; série brilhante na fidalguia portuguesa; voltadas para este mar que levou alguns deles à longínqua Índia e vários outros para terras moiras: tais os quatro irmãos de Diogo de Meneses, valentes guerreiros, que encontraram o captivo ou a morte, pelejando ao lado de D. Sebastião em Alcácer-Quibir, sacrificando-se pela glória e grandeza da Pátria bem-amada.

**Selo e Matriz, Inéditos e Antigos,  
do Concelho de Sintra**

pele

sócio efectivo

Gabriel da Rocha Souto

## Selo e Matriz, Inéditos e Antigos, do Concelho de Sintra

### 1.º — GENERALIDADES

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Secretário Geral;  
Ilustres Membros da Mesa desta Assembleia Geral; e  
Prezados Consócios:

V OU falar a V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> acerca de um selo e matriz, inéditos e antigos, que pertenceram à Câmara Municipal do concelho de Sintra.

No entanto, e antes de começar, pròpriamente, o tema da presente comunicação, cumpre-me agradecer — o que gostosamente faço — ao Ex.<sup>mo</sup> Secretário Geral, Sr. António Machado de Faria, o honroso convite que me dirigiu, para que proferisse, nesta Assembleia Geral, uma comunicação de natureza arqueológica.

Ocorreu-me este tema, de que já tratei, em 1955, com agrado dos meus consócios, na Comissão de Numismática e de Sigilografia, onde foi decidido que se repetisse a mesma comunicação perante a Comissão de Heráldica e Genealogia — e tema que foi objecto, por sinal, de um parecer da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 1954, por intermédio do Sr. Prof. Dr. Joa-

quim Fontes, e a pedido do Ilustre Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Sintra, Sr. Dr. Moreira Baptista, que solicitara oficialmente o referido parecer da Associação dos Arqueólogos Portugueses, acerca das armas de Sintra.

Ao estudo do selo e do brasão do concelho de Sintra, dedicara eu, também, dois artigos de divulgação, que publiquei no semanário *O Distrito de Setúbal*<sup>1</sup>, — pelo que a minha comunicação de hoje vai representar, de certo modo, um desenvolvimento, e um complemento, dos referidos trabalhos e parecer, meus e da nossa Associação.

## 2.º — SELOS ANTIGOS

A palavra «selo» anda ligada a uma ideia de sigilo, ou inviolabilidade, e de garantia, ou de prova de origem e de autenticidade.

A Justiça, por exemplo, apõe selos de lacre em locais, ou embalagens, que devem ficar invioláveis para exame; os particulares apunham, geralmente, ainda há poucos anos, um sinete sobre lacre, nas suas cartas enviadas sob registo; e os comerciantes e Organismos Corporativos apõem, muitas vezes, um selo de garantia, em certos produtos, como prova da sua origem, e garantia de boa qualidade.

Ora, segundo parece, foi a partir da segunda metade do século XIII, que se generalizou a prática do emprego dos selos<sup>2</sup>, como sinal distintivo da autenticidade de certos documentos, que devessem ser apresentados a entidades ou pessoas diferentes daquelas de que emanavam, selos estes que, ao contrário do

---

<sup>1</sup> Ano III, n.ºs 153 e 163, respectivamente, de 16 de Junho, e de 18 de Agosto de 1954.

<sup>2</sup> Segundo o Sr. António Machado de Faria, a prática do emprego dos selos teria começado, até, bastante mais cedo.

que sucede com a generalidade dos selos oficiais actualmente em uso, que são impressos, por compressão e em relevo, no próprio papel — aqueles eram moldados sobre uma camada de cera ou de lacre, com o distintivo plástico, ou as armas dessa entidade, ficando pendente, umas vezes, de fitas, outras vezes de cordão, e outras, ainda, de fio, que eram geralmente de linho, de lã, ou de seda.

É o que sucede, aliás, ainda hoje, e por tradição, com os diplomas de licenciatura das Universidades Portuguesas, que são escritos sobre pergaminho, com o selo da respectiva Universidade pendente de fitas de seda de cor simbólica, e resguardado dentro de uma caixa de prata, que pode ser aberta, sempre que se queira observar o selo.

Não são muito numerosos os trabalhos portugueses sobre selos antigos, e, sem desprestígio para quaisquer outros, lembro-me de um importante trabalho, da autoria do Sr. Conde de Tovar, intitulado *Esfragística Medieval Portuguesa*, e publicado no vol. II do «Arquivo Histórico de Portugal»; de um estudo dedicado aos *Selos Antigos do Concelho de Santarém, Séc. XIII*, com numerosas fotografias, e que foi escrito pelo Sr. Dr. João Martins da Silva Marques, professor da Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e publicado no «Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém», em 1936<sup>3</sup>.

Na 7.<sup>a</sup> edição definitiva da *História de Portugal* de Alexandre Herculano, dirigida pelo Sr. Prof. Dr. David Lopes, também foram publicados vários selos de outros Concelhos, por Pedro de Azevedo, nos volumes IV, V, e VI.

Lembro-me igualmente de que no vol. III de *O Arqueólogo Português*, de 1897, também Pedro de Azevedo publicou um trabalho, acerca de «*Alguns Selos Antigos do Concelho de Santarém*», com figuras, em que nitidamente foram reproduzidos os selos mencionados naquele trabalho<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> *Boletim*, ano 6.º, n.º 43, págs. 199 e segs.

<sup>4</sup> O referido trabalho encontra-se de págs. 173 a 176.

A colocação dos selos nos documentos tinha uma técnica, acerca da qual pode ver-se, por exemplo, um interessante trabalho, da autoria de J. Roman, intitulado *Manuel de Sigillographie Française*, e publicado em 1912.

Ora, socorrendo-me do referido trabalho do Sr. Prof. Dr. Silva Marques, diz este que foi na segunda metade do século XIII que o uso desta espécie de monumentos começou a generalizar-se, até que, no século seguinte, podemos dizer que se popularizou — sendo certo, porém, que, segundo diz também — quanto a alguns dos nossos concelhos, tais como: Abrantes, Benavente, Coruche, Ferreira, Ourém, Estremoz e Sintra, nenhum dos selos antigos subsistiu, nem era conhecido, já, em 1936, à data da publicação do mencionado trabalho do Sr. Dr. Silva Marques.

### 3.º — MATRIZES

Ora, se vários selos antigos não chegaram até nós, não obstante serem, presumivelmente, mais ou menos numerosos os exemplares de cada um deles, — também se compreende, de certo modo, que as respectivas matrizes tivessem desaparecido, igualmente, no decurso dos séculos, sendo apenas uma a que me lembro, neste momento, de ter visto descrita em trabalhos arqueológicos.

Trata-se de uma matriz publicada em 1900, em *O Arqueólogo Português*, de um selo do Padre Mestre Gonçalo Origiis, dominicano em Santarém, e beneficiado de S. Nicolau, já idoso em 1287, e falecido, presumivelmente, até 1298, pelo que esta matriz pertence, como outras características que apresenta também o indicam, aos selos portugueses da segunda metade do século XIII<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Não figura a referida matriz, e selo, entre os apresentados pelo Sr. Prof. Dr. João Martins da Silva Marques, a págs. 212 do seu referido trabalho, em que, apesar de dedicado especialmente aos selos do concelho de Santarém, enumera igualmente os selos «de indivíduos e corporações no mesmo existentes ou a ele ligados», «que se encontram actual-

Para se evitarem fraudes, com a aposição de matrizes ou selos em documentos que não fossem verdadeiros, e segundo explica o Sr. Prof. Dr. Silva Marques, a guarda dos selos era objecto de cuidados especiais.

A *Ordenação Afonsina*, por exemplo, dispunha que nos concelhos que tivessem chanceler fosse a ele que incumbisse a guarda e aposição dos selos; e que, onde o não houvesse, ficassem os selos guardados debaixo de três chaves, de modo que só com a presença simultânea das três pessoas, detentoras das três chaves, era possível alcançar e apor as matrizes nos selos dos documentos officiais<sup>6</sup>.

Uma vez substituídas por outras, porém, talvez que as matrizes antigas fossem destruídas ou fundidas para evitar a sua utilização futura, o que explicaria o seu desaparecimento, e a raridade com que se encontram.

#### 4.º — MATRIZ E SELO DO CONCELHO DE SINTRA

Tudo isto me sugeriu algumas considerações acerca de um selo e matriz da Câmara Municipal do Concelho de Sintra, que possui na minha colecção particular, e que, embora recentes, merecem algumas referências particulares, visto não se conhecer, segundo o Sr. Prof. Dr. Silva Marques, em 1936, e segundo parecer da nossa Associação, em 1954, qualquer selo ou matriz daquele concelho, tendo as armas actuais sido inventadas, em 1929, e aprovadas por portaria de 22 de Janeiro de 1930.

---

mente publicados» — sendo certo, porém, que o selo do Padre-Mestre Gonçalo Origiis se encontrava já igualmente publicado, e com gravura, desde 1900, a págs. 24, 25 e 26, do vol. V de *O Arqueólogo Português*.

<sup>6</sup> *Ordenação Afonsina*, L.º 1.º, T.º 27.º, § 20.º, em «Portugalíæ Monumenta Historica — Leges & Consuetudines», II, 36.

O exemplar a que me refiro, e que comprei em Lisboa, como coisa inútil, em Junho de 1953, é de metal amarelo, com um cabo arredondado e alto de madeira, pintado de preto, tudo em perfeito estado de conservação <sup>7</sup>.

A forma da face destinada às aplicações sobre o lacre ou cera é elíptica, com o diâmetro maior de 30 mm., e o diâmetro menor de 24 mm. A altura da matriz, pròpriamente dita, é de 40 mm.

E a descrição do selo é a seguinte:

Na orla, a legenda «CAMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE SINTRA», estando esta última palavra escrita com «C» curvo inicial.

No campo: Sobre rochedos, um pano de muralha, com 4 torres na frente, indicativo da qualidade de vila fortificada.

Dentro, um castelo com torres, encimadas por telhados em agulha, coroados por crescentes, alusivos à origem islâmica da vila, sendo outras torres encimadas por telhados arredondados, ou zimbórios, semelhantes aos que podem observar-se no palácio da Pena, e coroados estes por uma espécie de bolas, que existiram, e não me lembro se existem ainda, no referido palácio <sup>8</sup>.

Para melhor compreensão deste conjunto artístico, simultâneamente «heráldico» e «geográfico», visto que corresponde à estilização de muralhas e torres realmente existentes em Sintra, podem V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> observar, mais rigorosamente, a presente prova, em lacre, que o Sr. Comandante Alfredo Mota, ilustre Vice-Presidente da Comissão de Numismática e de Sigilografia, teve a gentileza de mandar realizar, e de me oferecer, em confronto com fotografias antigas de Sintra, que mostram os zimbórios coroados de bolas, e um dos tais telhados em agulha, de arquitectura islâmica.

---

<sup>7</sup> As suas dimensões são as seguintes: altura da matriz e respectiva anilha de metal, 20 mm.; altura do cabo, 80 mm.

<sup>8</sup> Depois de feita esta comunicação, fui a Sintra e verifiquei que o zimbório grande do Palácio da Pena ainda tem a tal bola.



*Prova do selo de Sintra  
que serve de tema a este estudo*

## 5.º — HISTÓRIA DAS OBRAS DO PALÁCIO DA PENA

Sabido, portanto, que este selo é anterior ao que actualmente se conhece da Câmara Municipal do Concelho de Sintra, cumpre determinar qual a época do seu emprego, o que vem encaminhar-nos para três outros assuntos, na verdade interessantes, e que são:

- a história das obras do palácio da Pena;
- a história da ortografia «Sintra» com «S»; e
- a história do brasão de armas daquela vila.

D. Maria II reinou, como se sabe, desde 1834 até 1853. Em 1834 casou em primeiras núpcias com o Duque de Leuchtenberg, que veio a falecer em Lisboa, logo no ano seguinte, ou seja, em 1835, e em 1836 casou, pela segunda vez, com o Duque Fernando de Sachsen-Coburg-Gotha, que depois foi D. Fernando II, pai de D. Pedro V, e grande protector das artes em Portugal, — que foi quem encarregou o Tenente-General do Exército, e seu compatriota, Wilhelm Ludwig, Barão von Eschwege, que viveu de 1777 a 1855, das obras da construção do palácio da Pena, que teriam ficado prontas — salvo erro meu — por volta de 1840<sup>9</sup>.

Na obra «Oito Séculos de História Luso-Alemã», da autoria de E. A. Strasen e de Alfredo Gândara e publicada pelo Instituto Ibero-Americano de Berlim em 1944, vêem-se, a págs. 295 e 297, várias gravuras do palácio da Pena, durante e após a sua construção, algumas delas ainda sem os zimbórios arredondados que actualmente podem observar-se.

Como ignoro, porém, qual o aspecto anterior do convento de Frades Je-

---

<sup>9</sup> Depois da presente comunicação verifiquei ser esta, efectivamente, a data que se encontra numa lápida, sobre o portão principal do Palácio da Pena.

ronimitas, Manuelina, sobre o qual D. Fernando II mandou construir e acrescentar o palácio da Pena <sup>10</sup> — passarei imediatamente ao estudo do segundo dos problemas indicados, que é o da história da palavra «Sintra».

#### 6.º — A REDACÇÃO «SINTRA» E A ORTOGRAFIA «CINTRA»

O segundo dos assuntos para que o exame desta matriz nos encaminha é o do estudo da história da ortografia «Sintra» com «S» inicial.

Com efeito, a legenda que se vê neste selo apresenta a palavra «Cintra» escrita com «C» curvo, o que leva a examinar, por uma questão de método e de curiosidade, qual a evolução cronológica da palavra «Sintra».

No século XII:

- a *Geografia* de Edrisi tem «Chintra», onde «Ch» é igual a «S»; e
- o Foral de 1154 tem «Sintria».

No século XIII:

- na *Chancelaria de D. Afonso III*, em 1261, aparece «Sintria»;
- e na de *D. Dinis*, em 1286, aparece «Sintra».

No século XIV:

- aparece «Sintra» na *Chancelaria de D. Afonso IV*, em 1336;
- e aparece também «Sintra» na de *D. Fernando*, em 1382.

No século XV:

- aparece ainda «Sintra» na de *D. Duarte*, em 1435;
- na de *D. Afonso V*, em 1441;
- e na de *D. João II*, em 1482.

No século XVI, porém, já aparece «Symtra» na *Chancelaria de D. Manuel*, em 1517.

---

<sup>10</sup> Veja-se a obra *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, referida no texto, a págs. 325.

Na primeira edição dos *Lusíadas*, em 1572, a palavra «Sintra» também aparece com «S».

Fr. Bernardo de Brito, na *Geografia da Lusitânia*, também escrevia «Sintra» com «S», em 1597.

Rui de Pina, Azurara, João de Barros, Gaspar Correia, D. João de Castro, Duarte Pacheco e Damião de Góis também escreveram «Sintra» com «S»<sup>11</sup>.

E, finalmente, numa legenda esculpida em mármore, com a data de 1691, e existente sobre a entrada de uma pequena ermida da Rua Visconde de Luz, em Cascais, lê-se também «Sintra», escrita com «S», e não com «C» curvo inicial<sup>12</sup>.

Com efeito, e segundo explica o Sr. Prof. Dr. José Leite de Vasconcelos, «até ao século XVI havia em português distinção absoluta entre a pronúncia de S e a de C».

Por isso, uma palavra que se pronunciasse com «S», como «Sintra», não podia escrever-se com «C»<sup>13</sup>.

No século XVI, porém, e, segundo o mesmo senhor Prof. Dr. José Leite de Vasconcelos, em virtude da confusão que na pronúncia do Sul se estabelecia entre «S» e «C», a palavra «Sintra» começou a pronunciar-se «Cintra».

Ora, os eruditos e poetas, desconhecendo a verdadeira causa desta pronúncia e ortografia, e como sabiam que na Serra de Sintra tinha existido, em épocas remotas, o culto da Lua, passaram a defender relações fonéticas entre

---

<sup>11</sup> Veja-se o vol. V do *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, publicado em 1936, e com um prefácio do Sr. Dr. José Joaquim Nunes, Prof. Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde, a págs. 528, se apresentam numerosos exemplos de escritores que defenderam e usaram a ortografia «Sintra», escrita com «S».

<sup>12</sup> Veja-se o *Prontuário de Ortografia* de António da Costa Leão, 12.<sup>a</sup> edição, Lisboa, 1951, págs. 219 e 220, nota n.º 37.

<sup>13</sup> Veja *Religiões da Lusitânia*, vol. II, 1905, notas 1.<sup>a</sup> de págs. 217 e 5.<sup>a</sup> de págs. 219.

«Cintra», com «C», e a palavra «Cynthia», que era uma das designações latinas de Diana, a deusa lunar <sup>14</sup>.

Assim, numa carta dirigida por El-Rei D. Sebastião ao Pontífice, em 1560, lê-se «Sintiae», forma que tem da antiga o «S» inicial, e da latina a terminação do genitivo.

Fr. Amador Arrais escreveu «Syntra» com «S» e «Y», e, falando também de «Scynthia, forma em que concorrem o «S» e o «C», já diz «isto he, da Lũa».

E esta explicação — curiosa, mas, de certo modo... «lunática» — generalizou-se de tal forma que, em 1741, D. Francisco Xavier de Meneses, na *Henriqueida*, tem mesmo a seguinte nota didáctica: — «Cintra deve escrever-se com C, e não com S, porque lhe deu o nome CINTHIA, que é a lua, a quem este monte era dedicado».

Depois, em 1791, o uso da palavra já estava tão generalizado que Domingos Maximiano Torres tomou o nome arcádico de ALFENO CYNTHIO, por ser da freguesia de Sintra, e publicou no referido ano um volume de versos, em que diz, pomposamente, que «Há de CYNTHIA na alta serra uma verde penedia...».

Costa e Silva escreve «Serra de CINTHRA» no poema *Isabel*, e escreve «CYNTHIA» igual a «CINTRA» no poema *Emília e Leónido*...

Mendes Leal, nos seus «Cânticos», diz também, enfaticamente, que «Os

---

<sup>14</sup> Uma opinião, diversa da do Sr. Prof. Dr. José Leite de Vasconcelos, é a do Sr. António Machado de Faria, segundo a qual a explicação mitológica teria precedido a diferença da redacção gráfica. Em abono desta doutrina, pode apontar-se, por exemplo, a carta de D. Sebastião ao Pontífice, de 1560, em que aparece a redacção «SINTIAE», com «S» inicial, mas já nitidamente influenciada pelo vocábulo «CINTHIA».

Termo seguinte desta evolução, seria o vocábulo «SCYNTHIA», empregado por Fr. Amador Arrais, já com a referência «isto he da Lũa» — que mostra ter sido a explicação romântica anterior à modificação ortográfica, ao contrário do que sustentou o Sr. Prof. Dr. José Leite de Vasconcelos.

rudes píncaros tremem, sobre a CINTHIA penedia», e, em nota, acrescenta que «CINTRA» é o «Promontório CINTHIO»...

Finalmente, ainda em 1901, o italiano Prospero Peragallo traduziu, em Génova, um poemeto latino, do Cardeal Domenico Jacobini, intitulado, precisamente, «In Cynthiam».

Contra esta ortografia fantasista reagiram Alexandre Herculano — que sempre escreveu «Sintra» com «S», e que faleceu em 1877; D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, na sua obra *A Princesa D. Maria*; o Sr. Prof. Dr. José Leite de Vasconcelos, no vol. II das *Religiões da Lusitânia*, de 1905; e outros autores modernos, que conseguiram que a ortografia «Cintra», com «C» curvo, fosse definitivamente substituída, nos princípios deste século, pela ortografia, própria e correcta, que se encontra no português antigo.

Em resumo (portanto, e quanto ao que nos interessa, temos que a palavra «Cintra», escrita com «C» — que aparece na matriz a que me refiro — foi empregada por escritores e poetas desde o século XVI até princípios do presente século, pelo que a mesma matriz, quanto às legendas, é necessariamente anterior à reforma dos brasões, de 1929.

## 7.º — O BRASÃO DE ARMAS DO CONCELHO DE SINTRA

Chegámos, assim, ao terceiro problema para cujo estudo a referida matriz nos encaminha, e que é o da descrição e evolução histórica do brasão de armas da Câmara Municipal do Concelho de Sintra.

Quanto a isto, a obra mais antiga que me foi dado consultar foi a de Vilhena Barbosa, de 1860, intitulada *As Cidades e Vilas da Monarquia Portuguesa que têm Brasão de Armas*.

Nesta obra diz Vilhena de Barbosa «*que, segundo alguns autores*», que não indica, *a Vila de Sintra tem por armas um castelo com três torres, mas que*

*o Brasão que se acha na Torre do Tombo, e que copiou em gravura, sem todavia indicar, também, os dados necessários para a sua busca, é uma torre ou castelo, sobre uma serra, e em campo verde.*

Seguindo na esteira deste autor, Pinho Leal diz, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, que *Cintra tem por armas uma torre sobre penhascos, em campo verde e que outros querem que seja um castelo com três torres.*

«*As primeiras*» — diz — «*é como estão na Torre do Tombo*»...

Depois, em 1906, no dicionário intitulado *Portugal* e dirigido por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, aparece novamente a mesma afirmação: «*Tem por armas, segundo alguns autores, um castelo com três torres; mas o brasão que se acha na Torre do Tombo é uma torre ou castelo sobre uma serra, e em campo verde*».

Mais tarde, já em 1936, e depois, portanto, de aprovado oficialmente, por portaria, o brasão actual do Concelho de Sintra, ainda o vol. V da obra de grande extensão, intitulada *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, continuava afirmando, na esteira de Vilhena Barbosa, que «*Sintra tem por armas, segundo alguns autores, um castelo com três torres; mas o brasão que se acha na Torre do Tombo é uma torre ou castelo sobre uma serra, e em campo verde*».

Voltando, portanto, ao assunto do selo a que me refiro, temos que o único brasão que vários autores apresentam, e reproduzem, já desde 1860, — é um castelo ou torre sobre penhascos, absolutamente diferente do brasão de armas que mostrei a V. Ex.<sup>as</sup>, o que me faz presumir que tal brasão seja anterior a todos os trabalhos mencionados, e, portanto, a 1860.

O perfeito estado de conservação da matriz, o correcto tipo de letra romana da legenda e o emprego da ortografia «Cintra» com «C» curvo fazem-me pensar, mais concretamente ainda, na segunda metade do século XVIII, ou na primeira metade do século XIX, até 1860.

Finalmente, dado que os zimbórios representados no selo reproduzem, pre-

sumivelmente, os que se vêem no palácio da Pena, e que são posteriores às obras ordenadas por D. Fernando II — tudo isto leva à conclusão possível de que o selo tenha sido empregado entre 1840 e 1860.

#### 8.º — O BRASÃO DE ARMAS ACTUAL DO CONCELHO DE SINTRA

Consultada a nossa Associação pela Câmara Municipal de Sintra, em Maio ou Junho de 1954, acerca do conhecimento da existência de qualquer selo antigo daquele Concelho, anteriormente a 1929, — foi esta de parecer que se algum selo antigo fosse conhecido quando o Instituto Histórico de Sintra propôs as armas e selo actuais daquele Concelho, tal selo teria sido assinalado, e, até, possivelmente conservado no brasão actual, por representar as mais antigas armas oficiais do Concelho, e por não conter, por acaso, quaisquer elementos próprios e exclusivos do regime monárquico.

Para terminar, resta, portanto, falar-vos acerca do brasão de armas actual da Câmara Municipal do Concelho de Sintra, o qual tem uma história simultaneamente invulgar e curiosa.

Ao longo dos tempos, as Câmaras Municipais das cidades e vilas do País tinham empregado, como elemento decorativo dos respectivos brasões de armas, as cores pálidas do azul e branco da Monarquia e a coroa real das armas do Reino — que apareciam tradicionalmente nas bandeiras e estandartes municipais.

Implantada a República e decorridos já vários anos de regime republicano, houve a certa altura uma recepção no Palácio Presidencial, em que figuraram as bandeiras dos Municípios, e logo alguém protestou contra o facto de, num regime republicano, se admitirem, nas bandeiras, cores e ornamentos que tivessem vindo e se tivessem conservado desde o tempo da Monarquia.

O caso poderia assumir, hoje em dia, bem mais modestas proporções, em

face do respeito que actualmente se nota pela conservação, na medida do possível, das coisas do passado, — mas a verdade é que, quando isto aconteceu, a reacção contra tal facto não se fez esperar, e o Ministério do Interior, pela Direcção-Geral da Administração Política e Civil, ordenou, logo uns dez dias depois da recepção presidencial, a todos os Governadores Civis, que tomassem as providências necessárias, para que às respectivas Câmaras deixassem de usar, nas suas bandeiras, os referidos emblemas e cores, que viessem do antigo regime.

E, novamente outros dez dias depois, nova circular foi expedida pelo Ministério do Interior, para que as Câmaras enviassem, à Direcção-Geral da Administração Política e Civil, fotografias suficientemente nítidas, e com os esclarecimentos competentes, das bandeiras respectivas, para que fosse deliberado quais os elementos que deveriam ser banidos de todas as bandeiras.

A Câmara Municipal de Sintra era, naquela altura, dirigida, não por um Presidente, mas por uma Comissão Administrativa nomeada pelo Governo, e esta, por reacção para com tudo quanto fosse antigo, na bandeira do Município, e não obstante, segundo reconhece Afonso de Dornelas, a bandeira não ter qualquer emblema do antigo regime, decidiu, pura e simplesmente, substituir as antigas armas e selo da Câmara Municipal, e promover que se inventassem outras, baseada nas seguintes razões, que transcrevo tanto quanto possível textualmente, do trabalho que Afonso de Dornelas escreveu sobre o assunto:

1.<sup>a</sup> — *«Não agradar esteticamente essa bandeira, por ser de seda creme, pintada com cores muito leves»;*

2.<sup>a</sup> — *«Terem as Armas de Sintra, como peça heráldica principal, um edificio de arquitectura oriental, sem representar, portanto, qualquer dos edificios antigos existentes...»;*

3.<sup>a</sup> e última razão — *Ser, enfim, uma invenção que necessitava ser substituída»...*

Por isso, pediu a Câmara Municipal de Sintra, ao Instituto Histórico daquela vila, em 1929, que lhe formulasse um parecer, baseado nos princípios

heráldicos, ordenando-lhe novas armas, em conformidade com a história e circunstâncias locais — e com novas cores (por certo mais vivas...) para a bandeira municipal.

O Instituto Histórico de Sintra encarregou, por sua vez, o distinto arqueólogo Afonso de Dornelas de relatar tal parecer, e este arqueólogo, prudentemente, e conforme ele próprio conta no seu parecer, começou, não por um estudo histórico, mas por se dirigir à Direcção-Geral da Administração Política e Civil, para se inteirar, antes do mais, de quais as «intencções» governativas referentes às alterações a fazer nas armas municipais da vila e concelho de Sintra.

Com grande tacto, e dentro das instruções da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Sintra, no sentido de se banir do respectivo brasão tudo quanto parecesse de natureza oriental, Afonso de Dornelas teve de realizar o delicado trabalho de inventar um novo brasão, que se integrasse, por um lado, dentro da verdade histórica e heráldica, e, por outro lado, que obedecesse aos desejos da Comissão Administrativa.

Assim, substitui o edifício por uma torre; conservou os penhascos da serra de Sintra; colocou os crescentes no campo do brasão; e, em vez de um pano de muralhas com quatro torres, símbolo heráldico de vila fortificada, desenhou uma coroa mural, representando o mesmo pano de muralhas com quatro torres, símbolo heráldico de idêntico significado.

Referindo-se à serra, cuja representação conseguiu manter, Afonso de Dornelas justificou-se da seguinte forma:

*Essas pedras enormes, que formam as penhas onde está construído o Castelo — disse — devem figurar nas Armas, como base da torre torreada.*

E, referindo-se ao pano de muralhas, explicou o seguinte:

*As cidades têm como distintivo uma coroa mural de cinco torres; as vilas,*

---

<sup>15</sup> O parecer de Afonso de Dornelas encontra-se publicado a págs. 275 e segs. do vol. II do *Elucidário Nobiliárquico Português*, e foi aprovado pelo Instituto Histórico de Sintra, em sessão de 15 de Agosto de 1929.

*uma coroa mural de quatro torres; e os lugares chefiados por uma junta de freguesia, uma coroa mural de três torres.*

*Estas torres, — disse — são constituídas por panos de muralha e por torres ameadas, representando as muralhas que, antigamente, cercavam as povoações ou as fortalezas que as defendiam.*

E, finalmente, quanto aos crescentes moiriscos, «adoçou» a sua inclusão da seguinte forma:

*A obra dos portugueses em Sintra — disse — tem sido a continuação da obra ali feita pelos mouros.*

*O castelo, que nós lhes tomámos, foi primeiro conservado para defesa, e depois por beleza.*

*O Palácio da Vila foi continuado por nós — mas começado por eles.*

*O castelo parece que estava conservado para ser utilizado como fortificação ainda na segunda metade do sec. XIV, quando esteve pela Rainha D. Leonor Teles, sendo Governador de Sintra o Conde de Seia, D. Henrique Manuel de Vilhena.*

E, assim, Afonso de Dornelas concluiu, e bem, que *como Sintra foi tomada aos Mouros, o selo poderá ter manifestações architectónicas que indiquem esta origem.*

*Nas suas Armas — diz — devem figurar os emblemas característicos e heráldicos dos Mouros, e as quinas de Portugal.*

*Os crescentes, encimados por estrelas, que os Mouros usavam, devem servir — termina o distinto arqueólogo — para nos indicar a civilização que, anterior à nossa, Sintra possuía.*

Assim conseguiu Afonso de Dornelas que o brasão do Concelho de Sintra não fosse completamente modificado, e arbitrariamente revogado — e assim termino eu, também, as presentes declarações, que, pela sua nenhuma erudição, apenas podem ter servido, nesta Assembleia Geral, para entretenimento, e desfastio, dos espíritos de V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup>.

**IV Congresso Internacional das Ciências  
Pre-Históricas e Proto-Históricas**

pelo

sócio efectivo

Afonso do Paço

## IV Congresso Internacional das Ciências Pre-Históricas e Proto-Históricas

**R**EALIZOU-SE este Congresso em Madrid, de 21 a 27 de Abril de 1954 e a ele tivemos o gosto de assistir, por especial deferência do Instituto de Alta Cultura, como delegado da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

O I Congresso desta série efectuou-se em Londres em 1932 e o II em Oslo em 1936<sup>1</sup>. O III, que fora marcado para Budapeste em 1940, por motivo da segunda guerra mundial que se desencadeou em 1939, apenas pôde reunir-se em Zurique no ano de 1950.

### A — ABERTURA DOS TRABALHOS E SESSÕES DE ESTUDO

A abertura solene dos trabalhos teve lugar na sala de Actos do Conselho Superior de Investigações Científicas, pelas 11,30 do dia 21, tendo pronunciado

---

<sup>1</sup> Afonso do Paço: «II Congresso Internacional das Ciências Pre-Históricas e Proto-Históricas (Oslo, 1936)». *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. III, Lisboa, 1938.

— *Idem*: «Necrópole de Alapraia». Academia Portuguesa da História — *Anais*, vol. 6, Lisboa, 1955.

discursos: o Prof. Doutor Luís Pericot, da Universidade de Barcelona, presidente do IV Congresso; o Prof. Doutor E. Vogt, presidente que fora do III Congresso; o Prof. Abbé Henri Breuil, em nome dos cientistas estrangeiros.

Antecedendo este acto oficial, houve às 10,30 um outro que reuniu, pode dizer-se, todos os congressistas católicos. Referimo-nos à missa que o Abbé Henri Breuil rezara na capela que sôb a invocação do Divino Espírito Santo existe na Calle Serrano, 121, sede do Conselho Superior de Investigações Científicas, por alma do Dr. Blas Taracena Aguirre, presidente eleito em 1950 para o IV Congresso e que a morte ceifara pouco depois, e demais cientistas falecidos entre as reuniões de Zurique e Madrid.

Fica bem, na Espanha Católica, um amplo e luxuoso templo sob a protecção do Espírito Santo, no seu maior centro de investigações científicas, bem como a presença do crucifixo nas salas de aulas dos diferentes Institutos e a existência de lindas capelas em cada uma das Faculdades da Cidade Universitária.



As sessões de estudo tiveram lugar no edifício onde se encontram reunidos os diferentes Institutos do Conselho Superior de Investigações Científicas, em Duque de Medinaceli 4, sempre muito concorridas, por vezes não comportando as salas toda a assistência.

Do «programa oficial — sessões científicas», elaborado 10 dias antes da abertura do Congresso, constavam 167 comunicações, mas este número aumentou extraordinariamente pouco depois, por motivo de novas inscrições, havendo mesmo grandes dificuldades de tempo para que todos pudessem ler os seus trabalhos.

Porém a desistência de alguns e a não comparência de outros, aliadas a arranjos da última hora, ajudaram a resolver o problema.

Os trabalhos estavam divididos pelas seguintes secções:

- I — Questões gerais e Metodologia
- II — Paleolítico e Mesolítico
- III — Neolítico e Eneolítico
- IV — Idade do Bronze
- V — Idade do Ferro e Colonização
- VI — Roma e Invasões <sup>2</sup>
- VII — Antropologia Pre-Histórica.

Funcionavam três secções ao mesmo tempo, no geral das 9 horas da manhã até às 13, e de tarde das 16 às 19 horas, salvo quando visitas de estudo ou trabalhos exteriores obrigavam a alteração.

Para a leitura de cada comunicado científico e sua discussão reservava-se meia hora, sendo de uma maneira geral os presidentes muito rigorosos na observância do horário para que não houvesse atropelos. Isto permitia que se pudessem fazer umas 24 comunicações durante a manhã e 18 de tarde.

O funcionamento da sala n.º 1 no rés-do-chão, e das n.ºs 2 e 3 respectivamente no 3.º e 4.º andar, dava lugar a que no fim de cada trabalho houvesse grande movimento de pessoas subindo e descendo apressadamente as escadas de acesso, procurando cada um assistir, no diferentes andares, às comunicações que lhe despertavam maior interesse.

Estas correrias escadas abaixo e acima, de manhã e de tarde, deixavam no fim do dia fatigados os congressistas que frequentavam assiduamente as sessões de estudo.

---

<sup>2</sup> Ao signatário foi dada a presidência da VI Secção durante os trabalhos da tarde do dia 24 de Abril.

Não nos sendo possível, no curto espaço que nos foi concedido para esta notícia, dar uma ideia, mesmo sumária, das valiosas e importantes comunicações apresentadas, referimos só as dos delegados do nosso país.

### B — DELEGAÇÃO PORTUGUESA

De há muito que o Presidente do Congresso, Prof. Doutor Luís Pericot insistia para que a representação lusitana, a da «nação irmã», fôsse grande, e muitos arqueólogos estrangeiros, principalmente espanhóis e ingleses, davam a conhecer que desejariam discutir pessoalmente problemas de interesse comum.

Afora o agrupamento de Espanha, o português ombreava em número com o inglês e o alemão, os mais numerosos, cada uma com cerca de 25 arqueólogos inscritos, afora os acompanhantes.

A representação lusitana era assim constituída:

a) *Delegação subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura:*

Coronel Mário Cardoso  
Prof. Doutor J. R. dos Santos Júnior  
Prof. Dr. João Manuel Bairrão Oleiro  
Tenente-coronel Afonso do Paço  
Dr.<sup>a</sup> D. Irisalva da Nóbrega Moita

b) *Bolseiros do Instituto de Alta Cultura:*

Dr. Fernando Russell Cortês  
Dr.<sup>a</sup> D. Maria de Lourdes Costa Artur  
Abel Viana

c) *Delegação da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Ultramarinas:*

Prof. Doutor A. A. Mendes Correia  
Prof. Doutor António de Almeida  
José Camarate de Andrade França

d) *Delegação dos Serviços Geológicos de Portugal:*

Eng. D. António de Castelo-Branco  
Dr. Georges Zbyszewski  
Eng. A. Octávio da Veiga Ferreira

e) *Arqueólogos não fazendo parte de delegações:*

Maxime Vaultier  
Dr. António Mesquita de Figueiredo  
Dr. Manuel de Sousa e Oliveira  
António Dias de Deus  
Dr. António Fialho Pinto  
P.º Henrique Louro

f) *Congressistas acompanhantes:*

Senhora Mendes Correia  
Senhora António de Almeida  
Senhora Russell Cortês  
Senhora e Filho de Mesquita de Figueiredo  
Joaquim Ferraro Vaz

Estavam ainda inscritos no Congresso mas não puderam comparecer:

Joaquim Sellés Pais de Vilas-Boas  
Eduardo Prescott Vicente

Dr. Eduardo da Cunha Serrão  
Dr. George Leisner  
D. Vera Leisner.

Se a representação era numerosa, vinte arqueólogos e seis aderentes, não fora pequeno o número de comunicações apresentadas, que ventilaram a maior parte dos sectores da nossa arqueologia, tanto peninsular como ultramarina.

Pelo que diz respeito ao Continente, foram tratados os seguintes problemas:

1) *PALEOLÍTICO*

*Dr. George Zbyszewski:*

«Considerações gerais sobre o paleolítico de Portugal».

*Dr. Manuel de Sousa e Oliveira:*

«Algumas considerações sobre as indústrias paleolíticas do extremo Norte de Portugal».

2) *MESOLÍTICO*

*Prof. Doutor A. A. Mendes Correia:*

«Notas antropológicas sobre os recentes achados de Muge».

*Dr. Georges Zbyszewski:*

«Os mamíferos do Concheiro da Moita do Sebastião (Muge)».

*Eng. A. Octávio da Veiga Ferreira:*

«A fauna malacológica, de crustáceos e peixes, da Moita do Sebastião (Muge)».

*Abbé Jean Roche:*

«Novas escavações na Moita do Sebastião — Muge (Portugal)»<sup>3</sup>.

3) NEOLÍTICO e ENEOLÍTICO

*Dr.<sup>a</sup> D. Irisalva Nóbrega Moita:*

«Subsídios para o estudo da cultura dolménica do Alentejo».

*Eduardo Prescott Vicente e*

*Dr. Eduardo da Cunha Serrão:*

«Nota preliminar sobre a estação eneolítica de Negrais».

*Eng. A. Octávio da Veiga Ferreira e*

*Leonel Trindade:*

«A necrópole pre-histórica do Cabeço da Arruda (Torres Vedras)».

*Ten.-cor. Afonso do Paço e*

*Maxime Vaultier:*

«Uma taça da gruta do Porto Covo».

*Ten.-cor. Afonso do Paço e*

*Dr.<sup>a</sup> D. Maria de Lourdes Costa Artur:*

«Castro de Vila Nova de S. Pedro: Nota sobre as duas últimas campanhas (1952 e 1953)».

«Castro de Vila Nova de S. Pedro: o problema da metalurgia».

*Ten.-cor. Afonso do Paço e*

*Dr.<sup>a</sup> D. Maria de Lourdes Bártolo:*

«Nota sobre a estação arqueológica de Montes Claros (Monsanto) e o seu campaniforme».

---

<sup>3</sup> Este trabalho deve considerar-se para todos os efeitos uma contribuição portuguesa a este Congresso. O Abbé Jean Roche, procedeu a escavações nos concheiros de Muge conjuntamente com Octávio da Veiga Ferreira, sob o patrocínio do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular da direcção do Prof. Mendes Correia e em colaboração com os Serviços Geológicos de Portugal. O trabalho apresentado relatava tais escavações.

*Eng. A. Octávio da Veiga Ferreira*

*Abel Viana:*

«A importância do cobre peninsular na idade do bronze da Península».

4) BRONZE

*Dr. Fernando Russell Cortês:*

«Alabardas de bronze da Serra de Bornes».

*Dr. Manuel de Sousa e Oliveira:*

«Notas para o estudo da idade do bronze no Norte de Portugal».

5) FERRO

*Prof. Doutor J. R. dos Santos Júnior:*

«A cultura dos berrões em Portugal».

6) ROMA E INVASÕES

*Coronel Mário Cardoso:*

«A lavra do ouro na província de Trás-os-Montes na época romana».

*Prof. Doutor Amorim Girão*

*Dr. João Manuel Bairrão Oleiro:*

«Geografia e campos fortificados da época romana».

*Dr. Fernando Russell Cortês:*

«Divindades ilíricas dos Pirinéus e Portugal».

*Ten.-cor. Afonso do Paço:*

«Citânia de Sanfins: intensidade da sua romanização».

Na parte respeitante às nossas províncias ultramarinas, foram apresentadas ao Congresso as seguintes comunicações científicas:

*Prof. Doutor A. A. Mendes Correia.*

*Prof. Doutor António de Almeida*

*José Camarate de Andrade França:*

«A pre-história de Timor e a ocupação humana da Indonésia Oriental».

*Prof. Doutor António de Almeida*

*José Camarate de Andrade França:*

«Pre e proto-história de Angola».

«O paleolítico do enclave de Cabinda».

«Arte rupestre em Angola».

«Primeira notícia sobre escavações de uma gruta em Leba - Humpata».

Desnecessário é dizer que todos os problemas apresentados ao Congresso pela nossa delegação mereceram o maior interesse, manifestado nas discussões que provocaram. Começando pelo Portugal de Além-mar, referirei em primeiro lugar o entusiasmo do Prof. Abbé Breuil e de outros cientistas pelo paleolítico de Timor e considerações que sobre ele e o povoamento da Indonésia Oriental fizera o Prof. Doutor Mendes Correia.

É agradável salientar que, depois da brilhante e entusiasta exposição que

Camarate França fizera das indústrias de Angola, um belga, pioneiro do Congo, chamou a atenção para as canseiras, fadigas e perigos que representavam as numerosas colheitas que o «écran» acabava de projectar, rendendo depois rasgado elogio à acção colonizadora de Portugal, baseada nos princípios cristãos, factores estes que serviram de modelo a tudo quanto o seu país tem podido realizar no território vizinho.

As meticulosas exposições que se fizeram sobre: os campos fortificados dos romanos, a expansão da cultura dos berrões, das divindades líricas, dos dólmenes, da lavra mineira em Trás-os-Montes, escavações de Muge, etc., provocaram curiosas interferências de congressistas estrangeiros.

O problema da taça provida de pé da gruta de Porto Covo, originou viva discussão, tendo o presidente da secção, Prof. Schaeffer, juntamente com Vaultier, opinado por uma influência oriental, contra o que se manifestou o Prof. Castillo, que a julga de origem espanhola.

O campaniforme de Montes Claros levou os Prof. Childe, da Universidade de Londres, e Castillo, de Barcelona, a advogarem a necessidade de o Município de Lisboa promover a continuação dos trabalhos iniciados.

O problema da metalurgia de Vila Nova de S. Pedro foi principalmente discutido por H. Case, do Museu de Oxónia. Comparou este arqueólogo britânico os resultados por nós obtidos com os que ele próprio apresentara ao Congresso, conjunto de 40 análises químicas e espectrográficas de toda a Inglaterra e Irlanda.

Sugeriu-se sobre este assunto uma série de análises químicas e espectrográficas de materiais das regiões ribeirinhas do Mediterrâneo e costa atlântica da Europa ocidental, tendo-se comprometido a colaborar no trabalho cientistas dos Museus de Valência, Madrid, Barcelona, Marrocos, Roma e Istambul, bem como da França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Suécia e Ilhas Britânicas.

Idênticos estudos se achou conveniente iniciar sobre contas de calaíte ou jadeíte e mesmo outras matérias-primas utilizadas no fabrico de variada uten-

silagem pre-histórica, servindo-se para tanto de todos os recursos da moderna ciência.

As consultas que tínhamos feito a variados congressistas que se ocupam do eneolítico sobre problemas que nos surgiram em Vila Nova de S. Pedro, alguns dos quais já focados nas reuniões do «Congressillo» do campaniforme, a que adiante faremos referência, o conhecimento que deste castro existe principalmente na Espanha, Inglaterra, Irlanda e França, criaram um ambiente de interesse pela exposição que se fez das últimas campanhas de escavações ali realizadas, documentada com gráficos e fotografias que para tanto nos forneceu a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, entidade que, dentro do Ministério das Obras Públicas, tem subsidiado as escavações de Vila Nova de S. Pedro e Sanfins.

Basta dizer que o Prof. Doutor Julio Martinez Santa-Olalla, que presidia aos trabalhos, disse mais ou menos estas palavras, apoiadas por Childe, Breuil, Pigotte, O'Riordain, Maluquer de Motes, etc.:

*«El mundo científico internacional, a lo largo de quince años, ha venido teniendo noticias por las publicaciones del inolvidable Padre Eugenio Jalhay y el Sr. Alfonso do Paço, de las excavaciones en Vila Nova de San Pedro, que tienen el más alto interés histórico y documental, no sólo para la historia portuguesa sino para la Historia universal, especialmente del Mediterráneo y Próximo Oriente y Países Atlánticos europeos.*

*El IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistóricas y Protohistóricas, ha tenido la viva satisfacción de oír la comunicación del Sr. do Paço sobre los últimos resultados obtenidos.*

*Ante la importancia trascendental del yacimiento y, para conocimiento y orgullo de las Autoridades portuguesas, se hace constar la felicitación de la Sección V del IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistóricas y Protohistóricas, al Sr. do Paço y a la señorita Costa Artur y, se*

*encarece a la nación portuguesa la importancia fundamental de Villa Nova de San Pedro y la esperanza que tienen de que para dichas excavaciones, reciban sus Directores todo el apoyo moral y material necesario para realizar la campaña con regularidad, para restaurar los hallazgos, para conservar los monumentos y, para analizar y hacer cuantos estudios técnicos complementarios sean necesarios, bien en Portugal o en el extranjero».*

Os últimos serão os primeiros e nesta ordem de ideias desejamos pôr em devido relevo a comunicação do Prof. Mendes Correia sobre a antropologia de Muge. Esta estação arqueológica ocupa desde 1880 uma posição de destaque não só dentro da arqueologia nacional, mas também na internacional. Os seus problemas tomam sempre o primeiro plano onde quer que apareçam.

Os quatro trabalhos apresentados ao Congresso sobre Muge estudam sob variados aspectos os famosos concheiros do Ribatejo, nos quais o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular da direcção do Prof. Doutor Mendes Correia, de colaboração com o Instituto para a Alta Cultura, Serviços Geológicos de Portugal e «Centre de Recherches Scientifiques» de Paris, realizaram importantes escavações, das quais não podemos separar o patrocínio da Ex.<sup>ma</sup> Marquesa do Cadaval, D. Olga de Robillant Pereira de Melo, que ao estudo e conservação da Arqueologia existentes nas suas propriedades dedica muito especial carinho.

Por último cabe-nos salientar que a delegação dos Serviços Geológicos, visitando também museus e colecções da especialidade, estabeleceu um contacto científico dos mais proveitosos para as duas nações peninsulares. É preciso ter-se presente que os Serviços Geológicos, «doublé» de geólogos e arqueólogos, são os nossos melhores companheiros de trabalho e possuem na sua casa uma preciosa herança pré-histórica que lhes vem dos tempos de Carlos Ribeiro.

## C — CONFERÊNCIAS MAGISTRAIS

Já que não nos é possível referir as comunicações apresentadas ao Congresso por cientistas dos outros países, desejamos ao menos assinalar as três conferências magistrais pronunciadas por eminentes arqueólogos espanhóis, nos dias 22, 24 e 26, ao findar os trabalhos da tarde, pelas 20 horas:

Dia 22 — *Prof. Doutor Luis Pericot*: «El paleolítico español».

Dia 24 — *Prof. Doutor Julio Martinez Santa-Olalla*: «Neolítico y Bronce en la península hispanica».

Dia 26 — *Prof. Doutor Martin Almagro*: «La Edad del Hierro en España».

Escusado será dizer que as três lições foram verdadeiramente notáveis, à altura dos ilustres catedráticos que as proferiram.

Cada um estudou com clareza e profundamente o sector arqueológico que lhe fora atribuído, dando-nos o conjunto uma ideia geral do panorama arqueológico espanhol desde o paleolítico até ao final da Idade do Ferro.

## D — VISITAS A MUSEUS e COLECÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Posto que todos os museus e colecções arqueológicas estivessem facultados aos congressistas, não queremos deixar de nos referir dum modo especial a dois deles:

a) — *Museu Arqueológico Nacional*:

Após a sessão de abertura dos trabalhos no «Consejo», foram os congressistas transportados em autocarros para o Museu Arqueológico Nacional, que abria pela primeira vez as suas portas depois de uma transformação radical que

sofrera sob a orientação do actual director, Prof. Doutor Joaquim Maria de Nasvascués, para quem serão sempre poucos todos os rasgados elogios que lhe possamos endereçar.

Num magnífico guia se referem não só os materiais expostos, mas também as vicissitudes por que passou este estabelecimento público nos últimos anos.

As diversas salas, cujo número anda por quatro dezenas, algumas das quais de grande amplitude, estão recheadas de abundante material, distribuído da seguinte maneira:

Sala	I — Colonização Grega e Finícia
»	II — Arqueologia Ibérica
»	III — Escultura Ibérica
»	IV — Escultura e Architectura Clássicas
»	V — Cerâmica Grega e Italiota
»	VI — Pátio Romano
»	VII — Epigrafia Romana
»	VIII — Antiguidades Paleo-cristãs e Visigodas, em pedra
»	IX — Escultura Medieval
»	X — Escultura e Epigrafia Funerárias, das Idades Média e Moderna
»	XI — Arte e Epigrafia Hispano-Árabe
»	XII — Artes de Madeira Medievais e Modernas
»	XIII — Imaginária e Pinturas Medievais e Modernas
»	XIV — Vidros da Edade Moderna
»	XV — Louças Espanholas
»	XVI — Sala do Artesonado de Almadralejo
»	XVII — Louças e Porcelanas de Alcora e Retiro
»	XVIII — Porcelana Estrangeira

- Sala       XIX — Arqueologia Páleo-cristã e Visigoda
- »       XX — Artes Industriais Hispano-Árabes
- »       XXI — Artes Industriais Mouriscas
- »       XXII — Artes Industriais Medievais
- »       XXIII — Artes Industriais Modernas
- »       XXIV — Vestíbulo do Museu de América
- »       XXV — Pre-História Espanhola — Idade da Pedra
- »       XXVI — Pre-História Espanhola — Idade do Bronze
- »       XXVII — XXXVII — Salas reservadas às colecções de pre-história, na presente ocasião ocupadas pelo Museu de América
- »       XXXVIII — Antiguidades Egípcias
- »       XXXIX — Numismática
- »       B — Salão de recepção e Biblioteca
- »       C — Sala de leitura e Biblioteca
- »       D — Salas das Juntas e Biblioteca

Nas escadarias e jardins há abundantes estátuas.

À sala da colecção Siret dedicamos um estudo mais aprofundado e até mesmo o Prof. Navascués nos permitiu uma visita especial depois de encerrado o Congresso e o Museu.

É que tal colecção tinha para nós muito particular interesse, pelas afinidades que existem entre os materiais ali expostos e os de Vila Nova de S. Pedro <sup>4</sup>.

Uma das curiosidades deste Museu, arrumado segundo os preceitos modernos, é o de ter as jóias de ouro e prata expostas em vitrines, algumas vezes especiais é certo, mas juntamente com as restantes indústrias do seu tempo, permitindo assim uma mais perfeita ideia geral da época.

---

<sup>4</sup> À Sn.<sup>ta</sup> Trinidad Taracena, filha do nosso malogrado amigo D. Blas Taracena, que nos acompanhou, os maiores agradecimentos.

b) — *Museu do Seminário de História Primitiva do Homem*

Este Seminário, que funciona na cidade universitária, Faculdade de Filosofia e Letras, sob a direcção do Prof. Doutor Julio Martinez Santa-Olalla, organizou para os congressistas uma exposição especial dos seus materiais, destinados principalmente a estudos comparativos dos alunos de Arqueologia. Ali se encontram indústrias pre-históricas de Espanha, Marrocos, Guiné, vários países da Europa e mesmo antiguidade oriental e clássica. Como elementos de Portugal há interessantes mostruários de Muge, Penha e castro de Vila Nova de S. Pedro.

Esta visita, que teve lugar ao findarem os trabalhos da manhã de 22 de Abril, estendeu-se a todas as dependências do Seminário, envolveu a assinatura do livro de honra e a oferta de publicações.

Como nota graciosa desta reunião realizou-se nos jardins da Faculdade um festival de coros e danças espanholas executados por um castiço grupo de rapazes e raparigas da Falange.

Escusado será dizer que tão simpática exibição permitiu aos congressistas admirar e aplaudir a riqueza folclórica de Espanha, merecendo o conjunto especial referência pelo atavio dos seus componentes, justeza de trabalho, beleza dos números executados e escolha estética dos figurantes, elementos estes que não são de desprezar quando se pretende obra que marque.

No final foi servido a todos «un vino español», em que o Prof. Santa-Olalla e os seus colaboradores do Seminário foram para todos de extrema gentileza.

#### E — VISITAS DE ESTUDO E EXCURSÕES

Referiremos aqui, apenas, a visita de estudo às escavações do Manzanares e a Segóvia, passando em branco as excursões que se realizaram antes e depois do Congresso, por nelas não termos tomado parte.

a) — *Visita aos terraços de Manzanares*

Às portas de Madrid, são ricos em indústrias do paleolítico os terraços do antigo rio Manzanares, que nos revelou a existência de importantes agrupamentos populacionais do quaternário.

Às 16 horas do dia 23 foram os congressistas conduzidos em autocarros para esta visita, oferecida pelo «Comisario General de Excavaciones Arqueológicas», em nome do Ex.<sup>mo</sup> Director Geral de Belas Artes, tendo-se preparado para tanto um corte no lugar de Casablanca (Villaverde Bajo).

Aos congressistas foi dado observar a importante jazida e os objectos recolhidos em trabalhos anteriores, expostos em vitrines, bem como procurar outros por suas próprias mãos.

Os geólogos Zbyszewski, Breuil, etc., inquiriam detalhados informes que lhes eram dados pelo Prof. Santa-Olalla, Comissário de Escavações Arqueológicas, e seus colaboradores.

O local achava-se primorosamente embandeirado e num agrupamento de flâmulas drapejavam as cores de todos os países representados no Congresso.

b) — *Excursão e visita de estudo a Segóvia*

Ocupou todo o dia de domingo 25 de Abril, tendo-se partido de Madrid manhã cedo e regressado de noite.

O transporte fez-se em esplêndidos autocarros da Direcção Geral de Informações e Turismo, que gentilmente pusera as suas viaturas à disposição do Congresso. A viagem, além de nos permitir um maior contacto com a paisagem espanhola, principalmente do Guadarrama, fez-nos passar junto das neves que ainda cobriam os píncaros da montanha, da zona de sanatórios de altitude, do famoso «Alto de los Leones» tão celebrado na última guerra civil, do antigo palácio real conhecido pelo nome de «La Granja de S. Ildefonso», de que visitámos os jardins e a esplêndida colecção de tapeçarias.

Depois Segóvia, com o seu monumental aqueduto romano de 728 metros de comprido, cerca de 29 de altura e um total de 166 arcos, os seus velhos templos e um museu a inaugurar: a Secção de Arqueologia do Museu Provincial de Belas Artes.

A região é rica sob o ponto de vista arqueológico, de que, é certo, só uma pequena parte está na localidade. Cabré e o Marquês de Cerralbo recolheram por ali bastante paleolítico e neolítico e reconheceram arte rupestre, principalmente em Duratón.

A colecção Cerralbo possui campaniforme desta região e o museu agora inaugurado contém belíssimas peças achadas recentemente no Samboal.

A Idade do Ferro está também amplamente representada, bem como o romano.

O visigótico tem aqui como que o seu solar, sendo notáveis as necrópoles de Castiltierra (em que se calcula haja umas 8.000 sepulturas), Duratón e Madrona, cujas escavações em curso têm enriquecido em muito o actual museu provincial.

As autoridades locais e António Molinero Peres, Comissário Provincial de Escavações Arqueológicas, foram incansáveis de gentilezas para com os congressistas.

Um esmerado almoço oferecido pelo «Ayuntamiento y Deputación» no «Gran Hotel de las Sirenas» serviu de motivo para se trocarem as mais amistosas saudações.

Seguiu-se uma visita a Madrona, onde se assistiu à abertura de algumas sepulturas visigóticas, num cemitério em exploração pela Comissaria Geral de Escavações Arqueológicas, sendo as fases do trabalho relatadas por um microfone e transmitidas a todos através de alto-falantes.

## F — EXPOSIÇÕES, BANQUETES E CONCERTOS

Num Congresso, para contrabalançar o ambiente pesado das comunicações científicas, há sempre qualquer coisa de agradável para distrair o espírito que, pela boa disposição que nos traz, contribui para um melhor rendimento intelectual e serve para estreitar entre cientistas um contacto que o silêncio das comunicações e conferências não permite estabelecer.

De entre os assuntos agrupados sob esta rubrica permitimo-nos destacar os seguintes:

a) — *Exposição de Arte rupestre levantina*

No círculo «Amigos del Arte» inaugurou-se ao fim da tarde de 21 uma bem curiosa exposição de arte rupestre levantina, que muito agradou. As vastas salas estavam repletas de quadros contendo cópias em tamanho e cor natural das bem famosas pinturas, proporcionando-nos o prazer de as ver em reprodução, já que uma visita ao local para muitos não era fácil.

b) — *Banquete em honra dos congressistas*

Nestas reuniões científicas há sempre um banquete em que todos se agrupam e vestem as melhores galas.

A «cena» desta reunião internacional, oferecida pelo Comité Organizador, realizou-se no «Hotel Nacional», pelas 22 horas do dia 22, num ambiente de bom gosto, e escusado será dizer que tudo decorreu no meio da maior camaradagem e animação, servindo de pretexto para efusivas saudações e cumprimentos, bem como reunir todos os congressistas sempre dispersos nos mais variados afazeres.

c) — *Concerto no «Parque del Retiro»*

No dia 23, depois da visita aos terraços quaternários do Manzanares, os autocarros transportaram os congressistas aos Jardins de D. Cecílio Rodrigues

(Parque del Retiro), onde teve lugar um concerto escolhido de música espanhola, que incluía Gimenez, Granados, Falla e Villa, executada pela Banda Municipal, sob a direcção do maestro Echevarría, gentileza com que desejou obsequiar-nos «El Alcalde Presidente del Excelentissimo Ayuntamiento de Madrid».

Nos mesmos jardins foi depois servido um copioso «vino», agradável como o ameno fim de tarde e paisagem de maravilha que nos rodeava.

d) — *Concerto de Quarteto de stradivarius*

Para distrair um pouco de um dia bem pesado de comunicações e conferências, realizou-se na noite de 24, no Palácio Real do Oriente, um primoroso concerto de quarteto de *stradivarius*, que a todos encantou, não só pela maestria dos executantes, como pela preciosidade dos instrumentos que se arrecadavam em bem recatada casa-forte que ficava ao lado do salão de música.

e) — *Concerto de piano por D. Francisco Garcia Carrillo*

Este recital de arte espanhola, que teve lugar na Municipalidade, na noite de 26, incluía música antiga, do século XVII e XVIII, terminando por obras modernas de Albéniz, Granados e Manuel de Falla.

f) — *Recepções em Legações e Embaixadas*

Algumas Legações e Embaixadas acreditadas em Madrid organizaram por sua vez recepções em honra dos delegados seus compatriotas, para as quais eram convidados, além de individualidades espanholas, congressistas de outros países.

Destas reuniões, marcou, pela larga representação internacional, a que se realizou às 13 horas do dia 26 nos salões da Embaixada de França.

No dia 27, S. Ex.<sup>a</sup> o Embaixador de Portugal, Dr. José Nosolini, e Ex.<sup>ma</sup> Esposa, acompanhados de pessoal da Embaixada, receberam, num ambiente de

distinção e simpatia bem lusitana, todos os congressistas portugueses. Serviu-se um «Porto de Honra», que deu motivo a amistosas saudações, falando em nome dos congressistas o Prof. Mendes Correia.

g) — *Reunião no Instituto Arqueológico Alemão*

Em todos os congressos costuma haver reuniões que permitem aos jovens dançar um pouco e dar expansão aos seus entusiasmos.

Este Congresso, porém, organizado por gente sisuda, não pensou na juventude senão sob o ponto de vista científico.

O encanto, porém, foi quebrado pelo Presidente do Instituto Arqueológico Alemão, Prof. Doutor Erich Boehringer, e director do mesmo em Madrid, Prof. Doutor Helmut Schlunk, que convidaram o «elemento joven participante en el Congreso de Prehistoria» a reunir na sua sede na noite de 25 de Abril, depois do regresso de Segóvia, tendo-se dançado animadamente até alta madrugada.

O Prof. Schlunk e Ex.<sup>ma</sup> Esposa, bem como os demais elementos do Instituto, foram de cativante gentileza para todos.

G — «CONGRESSILLO» do CAMPANIFORME

Para o estudo em conjunto da cultura do vaso campaniforme e de tudo quanto lhe diz respeito, propusemos, com o Prof. Doutor Alberto del Castillo, ao Presidente do Congresso a conveniência de se realizar uma espécie de «Congressillo», em que tomassem parte os mais interessados no assunto e, sem limite de horas, se pudesse discutir amplamente o problema.

Na primeira reunião cada um expôs o aspecto que o caso apresentava no seu país, não havendo nenhum que tivesse as características do que dissemos existir em Vila Nova de S. Pedro, razão porque esta estação portuguesa passou a ter, para todos, um interesse verdadeiramente singular.

A camada de estrato sem campaniforme e as indústrias eneolíticas que encerra, as muralhas, o forno de cozer cerâmica, a metalurgia, a agricultura e as sementes até agora assinaladas, foram casos que, comparados com os achados soltos de outros países, levaram a considerar a importância excepcional que no momento actual aquela estação apresenta.

A exposição que depois fizemos do panorama geral do problema do campaniforme no nosso país, comparando Alapraia com S. Pedro do Estoril, Palmela, Montes Claros, região de Sintra ou de Torres Vedras, fazendo sobressair as indústrias especiais de mármore ou calcários que o acompanham e mesmo abundante metalurgia, fizeram com que as atenções de todos se fixassem no caso português, incitando-nos a procurar, dentro dos elementos que possuímos, novos dados para a solução de tão magno problema.

## H — CONTACTOS COM DELEGAÇÕES ESTRANGEIRAS

Uma das razões que nos levaram a solicitar do Instituto de Alta Cultura uma ida a este Congresso, foi o desejo de discutir, de viva voz, com arqueólogos estrangeiros, alguns problemas relativos aos sectores arqueológicos em que mais temos trabalhado.

As delegações com quem mantivemos maior contacto foram a espanhola, inglesa, francesa, irlandesa, belga, holandesa, sueca e italiana, e os seguintes problemas que mais procuramos aclarar:

### 1.º — *Vila Nova de S. Pedro:*

- Encontro de uma camada estratigráfica e de certas cerâmicas de um fabrico muito aperfeiçoado.
- Aparecimento de muralhas.
- O achado de um forno para cozer cerâmica.

— Indústrias anteriores ao campaniforme e contemporâneas deste tipo cerâmico.

— O problema da metalurgia do cobre e do bronze.

2.º — *Montes Claros (Monsanto)*:

— Características do campaniforme desta estação.

— Indústrias líticas que o acompanham.

— Sua provável relação com indústrias similares vizinhas.

3.º — *Alapraia, S. Pedro do Estoril e Porto Covo*:

— Indústrias características desta zona.

— O problema do campaniforme de Alapraia II e IV e de S. Pedro do Estoril.

— O problema das taças providas de pé.

4.º — *Penínsulas de Lisboa e de Setúbal*:

— Os problemas arqueológicos destas regiões durante o campaniforme.

— Características das indústrias das duas margens do Tejo.

— O problema das contas de calaíte, jadaíte, etc.

5.º — *Citânia de Sanfins*:

— A Citânia de Sanfins nas guerras dos Cântabros, Astures e Calaios, de 29 — 19 a. C.

— Problema da consolidação de muralhas e casas.

6.º — *Concelho de Marvão*:

— Algumas das características da arqueologia deste concelho, prin-

cialmente no que respeita a povoados tipo Monte Velho e sua relação com outros da vizinha Espanha.

— Necessidade da reunião, com espanhóis, de um pequeno congresso local para estudo destes problemas.

\*  
\*     \*

Levar-nos-ia muito longe o relato dos diferentes contactos havidos com cientistas estrangeiros, e para não alongar demasiado referiremos apenas um:

Encontramos em Vila Nova de S. Pedro, na parte inferior da camada bem definida de estrato pré campaniforme, fragmentos de cerâmicas de uma perfeição e técnica de fabrico só muito mais tarde igualada.

Tais cerâmicas, só existentes na camada inferior do estrato, desaparecem totalmente na parte média e superior do mesmo.

Não sendo obra das gentes que habitaram em Vila Nova, apenas nos demonstram contactos destas com povos de uma civilização muito superior, antes de ali se estabelecerem.

Estes fragmentos cerâmicos foram vistos por dezenas de especialistas do Eneolítico.

Só o Prof. Schaeffer, de Paris, um dos mais notáveis orientistas dos nossos dias, nos disse que poderiam sofrer comparação com certas cerâmicas do Minóico II, 2.000 a 1.800 a. C.

Tal informe de Schaeffer harmoniza-se perfeitamente com as cronologias atribuídas ao Eneolítico por muitos dos cientistas de hoje.

## I — SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO CONGRESSO

Na mesma sala nobre de actos do Conselho Superior de Investigações Científicas, onde tivera lugar a abertura solene do Congresso, realizou-se pelas

13,50 do dia 27 de Abril, a sessão do seu encerramento, sob a presidência do Ex.<sup>mo</sup> Ministro da Educação Nacional, D. Joaquim Ruiz-Gimenez.

Discursos vários, entre eles do presidente cessante e do presidente eleito para o próximo congresso, a reunir na Alemanha Ocidental em 1958.

Nota simpática no meio de todo este cerimonial: o Ministro da Educação Nacional impôs a Grã-Cruz de Afonso o Sábio ao Abbé Henri Breuil, decano dos pre-historiadores e grande especialista da arqueologia espanhola.

\*

\*        \*

Ao encerramento do Congresso seguiram-se duas excursões, uma para o Norte e outra para a região mediterrânea, não tendo nós, por carência total de tempo para isso, tomado parte em nenhuma delas, recolhendo a Lisboa na noite de 29, depois de mais demoradas visitas a museus.

Lisboa, Maio de 1954

## COLOCAÇÃO DAS ESTAMPAS FORA DO TEXTO

	Entre págs.
Pano de muralha interior posto a descoberto durante a escavação de 1951 . . . . .	96-97
Vista do castro tirada do lado norte, vendo-se os primeiros cubelos	98-99
Cubelos n.ºs 1, 2 e 3 . . . . .	98-99
Detalhe do recôncavo entre os cubelos n.ºs 2 e 3 . . . . .	100-101
Vista do forno . . . . .	100-101
Planta do castro em 1955 . . . . .	102-103
Perfis segundo os cortes (A-B e C-D da figura 6) . . . . .	110-111
Planta e corte do forno . . . . .	110-111
Planta de uma fortificação de Los Millares (conforme L. Siret)	111-112
Degolação (do <i>Apocalipse</i> , do Mosteiro de Lorvão) . . . . .	166-167
D. Afonso Henriques . . . . .	170-171
Leões do Paço da Ericeira . . . . .	186-187
Prova do selo de Sintra . . . . .	200-201

*Acabou-se de imprimir aos 30 de Abril  
de 1957 e foi composto e impresso na  
Editora Gráfica Portuguesa, Limitada,  
sita na Rua Nova do Loureiro, números  
18 a 34 — Lisboa*

Associação dos  
Arqueólogos  
Portugueses  
**BIBLIOTECA**